



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



Porto Velho / Rondônia

Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - Ano 2021

O presente Relatório de Gestão, elaborado e apresentado em conformidade com os normativos do Tribunal de Contas da União, que regulamentam a matéria (IN 84/2020 , DN 187/2020 e DN 188/2020), demonstra aos órgão de controle e à população em geral os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no exercício 2021, traduzindo a Estrutura de Governança e os Valores Institucionais que norteiam a atuação do Tribunal – Eficiência, ética, transparência, sustentabilidade, inovação e acessibilidade, bem assim, o resultado das ações implantadas para o alcance dos Objetivos Estratégicos, visando sempre o gerenciamento eficiente dos recursos e a agregação de valor aos serviços oferecidos à sociedade.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

01

Visão Geral da Organização

02

Planejamento Estratégico e Governança

03

Gestão de Riscos e Controles Internos

04

Resultados da Gestão

05

Prestação Jurisdicional

06

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

07

Demonstrações Contábeis

08

Outras Informações Relevantes

09

Anexos e Apêndices

PALAVRA DO PRESIDENTE

Durante o exercício de 2021, prosseguimos no nosso incansável mister de respeito pela coisa pública e busca pela excelência nos serviços disponibilizados por esta Justiça Eleitoral.

Sem dúvidas, foi um exercício dedicado à continuação da execução de um arrojado pacote de obras, a exemplo do reforço estrutural e das reformas interna e externa da sede deste Tribunal.

Outra meta perseguida foi a modernização das instalações dos cartórios eleitorais e, também, o avanço na política de segurança institucional.

Na área de pessoal, foi realizada a recomposição do quadro de servidores efetivo com o provimento de 10 (dez) cargos efetivos para a Justiça Eleitoral de Rondônia (7 técnicos e 3 analistas judiciários), por meio do aproveitamento de listas de aprovados do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Tribunal Regional do Trabalho. Essa iniciativa preencheu claros de lotação e melhor equalizou a relação entre o quantitativo de servidores efetivos e de demandas acumuladas na Secretaria e zonas eleitorais.

Na esfera judicial, destaca-se o impulsionamento das tratativas para celebração de acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça para adesão ao “Programa Justiça 4.0”, que objetiva a promoção do acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.



Ainda no âmbito judicial, merece registro a criação do Núcleo de Cooperação com a finalidade de institucionalizar meios para dar maior fluidez e agilidade à comunicação entre as unidades deste Tribunal, além da interlocução com a rede nacional de cooperação judiciária, não só para cumprimento de atos judiciais, como também para harmonização e agilização de rotinas e procedimentos forenses, fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária.

A transparência também foi outro objetivo perseguido ao longo deste biênio e, por isso, os esforços dedicados renderam a honrosa conquista do 2º lugar no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, 4ª edição, 2021, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Outra importante conquista foi a obtenção do 1º lugar no XIX Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça por meio do vídeo inscrito na categoria projeto/campanha institucional de interesse público.

Ao final da gestão, quis o destino nos impor mais um desafio: com a ação das chuvas intensas e dos fortes ventos ocorridos no dia 29 de outubro de 2021, o telhado da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia foi completamente arrancado, inutilizando a cobertura do edifício-sede, sendo necessária a imediata convocação da equipe de gestão para adoção de medidas de urgência.

Diante dessa situação caótica, as equipes técnicas montaram uma intensa força-tarefa para os trabalhos de recuperação e retorno das atividades ao edifício-sede, que se concluiu em cerca de apenas 27 (vinte e sete) dias, com a conseqüente retomada das atividades normais.

Após a reflexão sobre as adversidades superadas e conquistas alcançadas, conclui-se que a maior *missão* conferida ao gestor é inspirar as ações de sua equipe e ajudar a instituição a executar exatamente aquilo que tem que ser feito e da melhor forma possível.

Assim, com base nos resultados alcançados, parabênizo, além das autoridades que apoiaram incondicionalmente o trilhar desta gestão, agradeço a cada um dos servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras, que mais uma vez se empenharam e não pouparam esforços para o alcance dos resultados obtidos.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente do TRE-RO

Sumário

01

Visão Geral da Organização

📄 Corte Eleitoral	08
📄 Diretora e Secretários	08
📄 Organograma	09
📄 Visão Geral da Organização e Ambiente de Atuação	10
📄 Planejamento Integrado das Eleições	11
📄 Cadeia de Valor	12

02

Planejamento estratégico e Governança

📄 Planejamento Estratégico e Governança	14
📄 Planejamento Estratégico Institucional do TRE/RO	15
📄 Descrição da Estrutura de Governança	16
📄 Destaques da Gestão no Exercício 2021	17
📄 Rank Transparência	21
📄 Prêmio CNJ de Qualidade	22
📄 Código de Ética	23
📄 Principais Canais de Comunicação com a Sociedade	24
📄 Ouvidoria	25
📄 Cartas de Serviços ao Cidadão	31

03

Gestão de Riscos e Controles Internos

📄 Auditoria Interna	33
---------------------	----

04

Resultados da Gestão

📄 Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026	36
📄 Painel de Indicadores	37
📄 Escola Judiciária Eleitoral	40
📄 Diplomação dos Eleitos	50

05

Prestação Jurisdicional

📄 Prestação Jurisdicional	42
📄 Multa Eleitoral	42
📄 Contas Partidárias	43
📄 Anotações Partidárias	44
📄 Partidos em formação	47
📄 Prestação Jurisdicional 2º Grau	49
📄 Metas Nacionais	50
📄 Metas Específicas	53
📄 Corregedoria Eleitoral – TRE/RO	54
📄 Prestação Jurisdicional 1º Grau	54
📄 Correção de Inconsistência no DataJud	55
📄 Inspeções e Correções realizadas	56
📄 Provimentos, Portarias Conjuntas e Orientações expedidas	61
📄 Estatísticas Processuais	63
📄 Programas e Projetos	65
📄 Projetos para 2022	68
📄 Ações de Destaque	70

06

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

📄 Declaração da Diretora Geral	74
📄 Gestão Administrativa, Orçamentária, Financeira e Contábil	75
📄 Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações	77
📄 Pleitos Eleitorais	78
📄 Gestão Financeira	78
📄 Principais Desafios e Ações Futuras	81
📄 Gestão de Pessoas	82
📄 Educação e Desenvolvimento	82
📄 Estagiários	85
📄 Competência e Desempenho	85
📄 Saúde	86
📄 Gestão de Licitações e Contratos	88
📄 Principais Contratações	97
📄 Contratações mais relevantes	100
📄 Material de prevenção da COVID-19	101

Sumário

06

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Desfazimento de Ativos, Alienação de Bens inservíveis e empréstimos de materiais	102
Destaque da Gestão no exercício 2021	110
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	111
Tecnologia da Informação	120
Gestão de Custos	128
Sustentabilidade	134
Gestão da Informação	153
Igualdade de Gênero e empoderamento das mulheres	153
Resgate e preservação da Memória Eleitoral	159
Book de Membro da Corte	160
Entrevista com os Ex-Presidentes	161
Novo Rerigmento Interno do TRE/RO	165
Difusão da Informação	166
Comunicação Institucional	169

07

Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador Geral	172
Demonstração Contábeis	173
Balanco Patrimonial	173
Demonstração das Variações Patrimoniais	175
Balanco Orçamentário	176
Balanco Financeiro	178
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	179
Notas Explicativas	180
Notas Explicativas – Balanco Patrimonial	181
Notas Explicativas – Demonstração das Variações Patrimoniais	195
Notas Explicativas – Balanco Orçamentário	201
Notas Explicativas – Balanco Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa	202
Outras informações relevantes	203

08

Outras Informações Relevantes

Processo para determinar a Materialidade das Informações	206
Determinações e Recomendações do TCU	206

09

Anexos e Apêndices

Planejamento Estratégico	208
Relatório da Comissão de Processo Disciplinar e Sindicância	209
Lista de Abreviações	210



01

Visão Geral da Organização

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO

1 Corte Eleitoral



Desembargador
**MARCOS ALAOR DINIZ
GRANGEIA**
Presidente
De 19/01/2020 até 31/12/2021



Desembargador
ALEXANDRE MIGUEL
Vice-Presidente
/Corregedor
De 19/01/2020 até 31/12/2021



**CLÊNIO AMORIM
CORRÊA**
Jurista
De 17/11/2020 até 16/11/2022



MARCELO STIVAL
Juiz Federal
De 11/11/2019 até 10/11/2021



**FRANCISCO BORGES
FERREIRA NETO**
Juiz de Direito
De 09/03/2020 até 08/03/2022



**EDSON BERNARDO
ANDRADE REIS NETO**
Jurista
De 14/07/2020 até 13/07/2022



**JOÃO LUIZ ROLIM
SAMPAIO**
Juiz de direito
De 04/08/2020 até 03/08/2022



**WALISSON GONÇALVES
CUNHA**
Juiz Federal
De 11/11/2021 até 10/11/2023



**BRUNO RODRIGUES
CHAVES**
Procurador Regional
Eleitoral
De 01/10/2019 até 30/09/2021

2 MPE

3 Secretaria



**LIA MARIA ARAÚJO
LOPES**
Diretora-Geral



**FRANCISCO PARENTES
DA COSTA FILHO**
Secretário de Administração,
Orçamento, Finanças e
Contabilidade



**EDGARD MANOEL
AZEVEDO FILHO**
Secretário de Gestão de
Pessoas

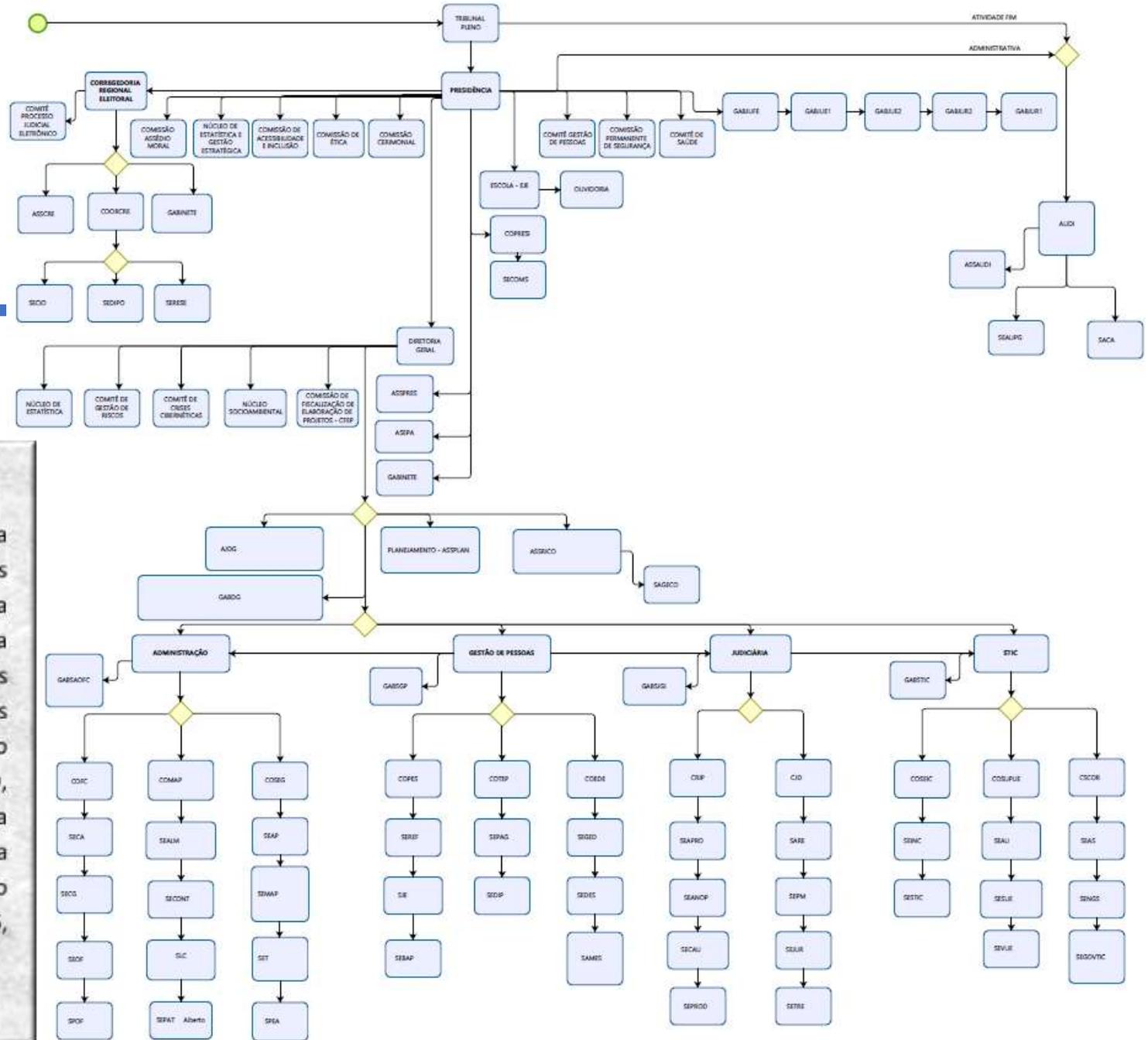


**AUREA CRISTINA
SALDANHA O. ARAGÃO**
Secretária Judiciária e de
Gestão da Informação



**EDUARDO GIL
TIVANELLO**
Secretaria de Tecnologia
da Informação

ORGANOGRAMA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO



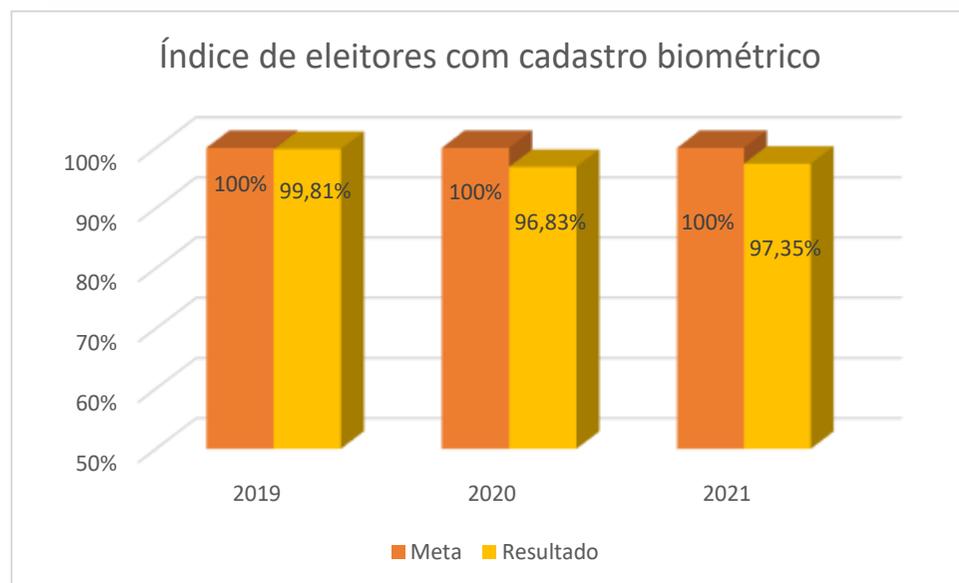
O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia desempenha suas competências constitucionais através da atuação de sua Secretaria, das 29 Zonas Eleitorais, da Corregedoria Regional Eleitoral, dos Juizes Eleitorais e da Corte Eleitoral, cujas atribuições estão expressas no Código Eleitoral e Regimento Interno do TRE-RO, Resolução nº 14, de 26/10/2021, publicada no DJe nº 214, de 16/11/2021, páginas 09 a 35, e Regimento Interno do Corpo Administrativo do TRE-RO, Resolução nº 06, de 07/04/2015.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, órgão do Poder Judiciário Federal, tem como finalidade precípua gerir o processo eleitoral em Rondônia e assegurar a organização e o exercício dos direitos políticos aos cidadãos, especialmente o direito de sufrágio, estabelecendo para tanto diretrizes que visam garantir a segurança, a lisura e a eficiência do processo eleitoral. Contribuindo, assim, para o fortalecimento da democracia e a consolidação do estado democrático de direito.

A Justiça Eleitoral de Rondônia, como justiça especializada, atua em três esferas: na jurisdicional, em que exerce a competência para julgar questões eleitorais; na administrativa, em sua competência para organizar e realizar as eleições, referendos e plebiscitos; e na regulamentar, em sua competência para elaborar normas de funcionamento e organização de suas atividades.

O ambiente de atuação da Justiça Eleitoral de Rondônia compreende o território do Estado com seus 52 municípios e uma população de 1.815.278 (um milhão, oitocentos e quinze mil e duzentos e setenta e oito) de habitantes (segundo estimativa do IBGE para 2021), dentre esta, um contingente de 1.168.877 (um milhão, cento e sessenta e oito mil e oitocentos e setenta e sete) de eleitores (fonte: Intranet do TRE-RO e TSE), dos quais, 97,35%, recadastrados biometricamente (fonte: TSE). Esta atuação se realiza através do Tribunal Regional Eleitoral e suas 29 (vinte e nove) Zonas Eleitorais.



No Tribunal, as atividades jurisdicionais são de competência da Corte Eleitoral, Presidência, Corregedoria e Secretaria Judiciária. As atividades administrativas são desempenhadas pela Secretaria do Tribunal.

Além de sua atividade fim, a Justiça Eleitoral de Rondônia atua firmemente na segurança das eleições e na formação da consciência cidadã junto à população do Estado de Rondônia, de forma a capacitar e mobilizar o contingente de jovens eleitores para o exercício livre e consciente do direito de votar, materializando este mister por meio de ações e projetos institucionais, notadamente através dos projetos do Programa “Eleitor do Futuro”.

Nas Zonas Eleitorais a jurisdição é exercida por um Juiz de Direito, integrante do quadro do TJ-RO, designado em conformidade com a Resolução TSE nº 21.009/2002, que estabelece normas relativas ao exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau, regulamentada no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia pela Resolução TRE-RO nº 23 de 30 de setembro de 2020.

Dentre os municípios de Rondônia registram-se situações bastante peculiares, pontuadas por localidades de difícil acesso e aldeias indígenas, cujo acesso só é possível por meio de barcos ou helicópteros, exigindo da JE-RO planejamento e logística bastante diferenciada para atendimento destas localidades.

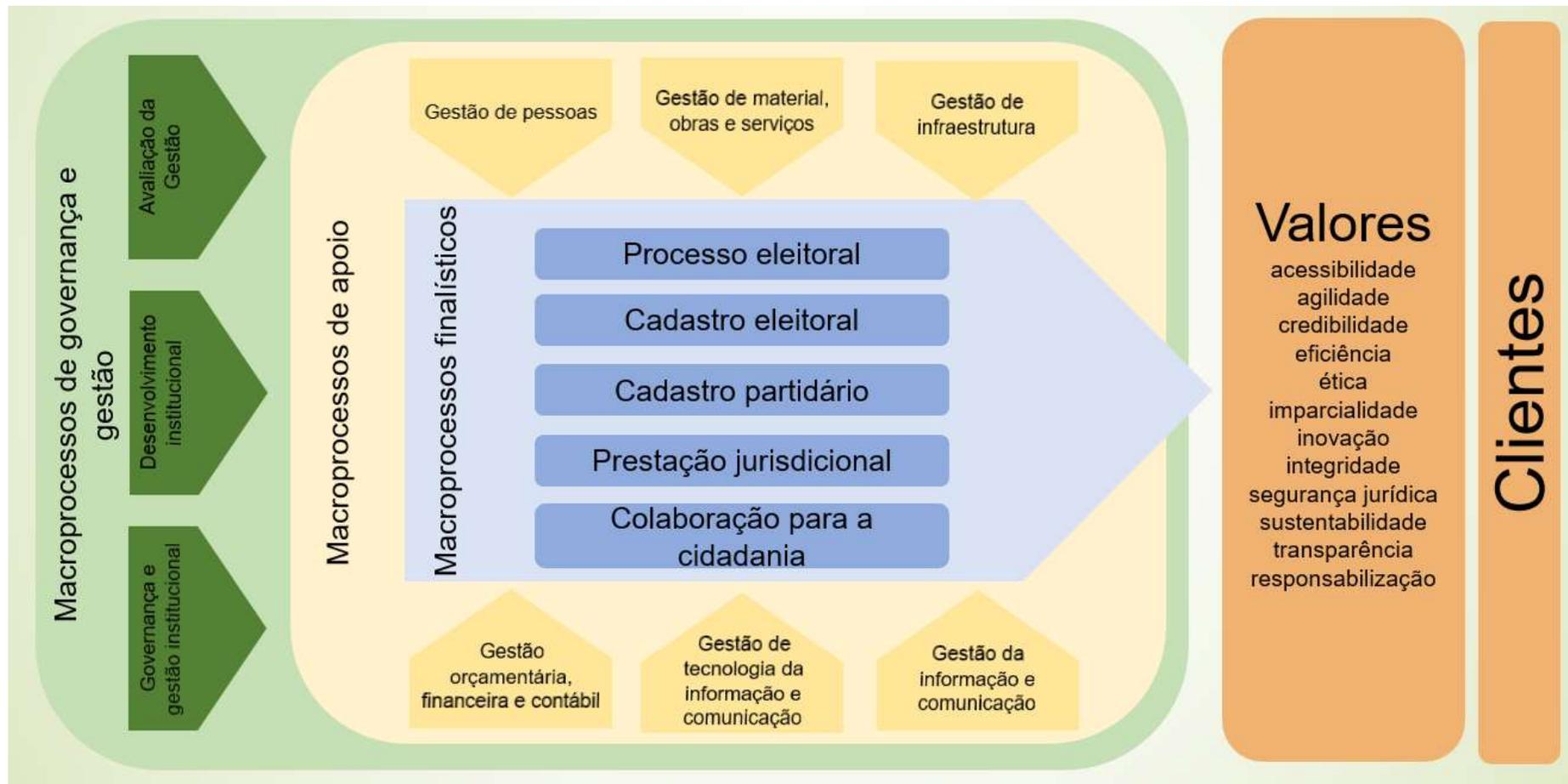
A atuação Administrativa e Jurisdicional da Justiça Eleitoral de Rondônia é orientada por sua Missão Institucional de “Realizar Justiça”, por sua Visão de Futuro consistente em “Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país”, e por seus valores institucionais: **Acessibilidade, Agilidade, Credibilidade, Eficiência, Ética, Imparcialidade, Inovação, Integridade, Segurança Jurídica, Sustentabilidade, Transparência e Responsabilização.**

O Planejamento Estratégico Institucional, alinhado ao Planejamento do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 325/2020), com vigência para o período de 2021-2026, normatizado pela Resolução TRE-RO nº 08/2021, estabeleceu como macrodesafios ou eixos de atuação institucional: Garantia dos Direitos Fundamentais; Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a Sociedade; Agilidade e produtividade na Prestação Jurisdicional; Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais; Promoção da Sustentabilidade; Transformação digital; Comunicação eficaz; Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária; Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira e Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Ressaltamos que com a continuação da pandemia da COVID-19 em 2021, os projetos foram adaptados para o trabalho tanto presencial como para o teletrabalho, facilitando assim o desempenho dos servidores nesta situação.



CADEIA DE VALOR



A Justiça Eleitoral de Rondônia gera valor para seus usuários/clientes (sociedade, eleitores, candidatos, advogados e partidos políticos), por meio da execução criteriosa de seus projetos e processos organizacionais, orientada por sua missão e visão de futuro e por seus objetivos estratégicos.

Estes processos organizacionais, também denominados processos de trabalho, estão representados em uma Cadeia de Valor que coloca em perspectiva a maneira pela qual diferentes processos organizacionais se inter-relacionam para a geração de bens e serviços voltados ao atendimento das necessidades dos clientes (Eleitores, Advogados, Candidatos, Partidos Políticos, Sociedade, etc.)

A visão sistêmica que a Cadeia de Valor proporciona a identificação e o dimensionamento dos resultados e impactos gerados pelas atividades executadas.

The background features a collage of financial data visualizations. It includes several bar charts with varying bar heights, line graphs with upward-trending lines, and circular gauges showing percentages such as 84%, 75%, and 54%. The overall color palette is a range of green tones, from light to dark. The text '02' is prominently displayed in the upper left quadrant.

02

Planejamento Estratégico e Governança

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

No TRE-RO, o Planejamento Estratégico materializou-se no compromisso institucional pela melhoria do desempenho e da governança corporativa, impulsionado pelos novos modelos e práticas de gestão e orientado por normativos de controles externos como TSE, CNJ e TCU.

A primeira iniciativa de elaboração do planejamento estratégico deste Tribunal data de 2003, o qual seguiu evoluindo para tomar força em 2009. Depois disto, dentro do contexto nacional de modernização do planejamento estratégico, em evolução crescente, o TRE-RO foi promovendo adequações e atualizações que culminaram com a revisão geral de seu PEI em 2014, vigente para o período 2015-2020, aprovado pela Resolução TRE-RO nº 12/2015, desta feita alinhando-o com a Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014.

Em 2020, iniciou-se a revisão e o alinhamento do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, instituída pela Resolução CNJ nº 325/2020, o que ficou prejudicado pela pandemia de COVID-19. Só se tornou possível a elaboração em 2021, onde, com a contratação de uma empresa de consultoria, através de inúmeras reuniões on-line, foi possível apresentar o escopo do Planejamento em 15 de julho de 2021.

Na formulação do Planejamento Estratégico 2021-2026 foram contempladas temáticas relacionadas aos macrodesafios do Poder Judiciário (Res. CNJ 325/20) e estabelecidos 25 indicadores de desempenho para monitoramento da estratégia. A partir deste monitoramento, realizado em reuniões de análise (RAE), o planejamento institucional tornou-se mais tangível e compreensível como instrumento de gestão.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRE-RO

Para o TRE, o Planejamento Estratégico 2021 – 2026, norteia sua estratégia prescritiva e mostra a missão, a visão de futuro e os valores que a organização deve entregar, além das perspectivas objetivos estratégicos suficientes e necessários para o alcance dos resultados definidos pelo Mapa Estratégico.



O gerenciamento e a execução ocorrem de baixo para cima, na ordem:

1. Aprendizado e crescimento organizacional criando as condições para a mudança;
2. Processos internos integrados numa cadeia de valor adequada para a entrega dos resultados definidos em termos de tempo e qualidade;
3. Sociedade, onde são medidos e apurados a entrega do valor público e o relacionamento com os públicos de interesse da organização.

▶ APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Perspectiva da base do mapa estratégico, trata do protagonismo e do desenvolvimento das pessoas na era digital, além de compreender os recursos e o suporte tecnológico necessários ao alcance das estratégias organizacionais.

▶ PROCESSOS INTERNOS

- Destaca e prioriza os processos e procedimentos críticos para a promoção da melhoria contínua do TRE RO com o objetivo de tornar a eleição mais segura, a prestação jurisdicional mais rápida e eficaz, aumentar a produtividade e aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

▶ SOCIEDADE

- Perspectiva de resultados situada na parte superior do mapa estratégico, compreende os resultados organizacionais, a entrega de valor público e o relacionamento com a sociedade.

DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Na governança externa do TRE-RO destacam-se o TSE, como Órgão máximo da Justiça Eleitoral, que exerce sobre seus Tribunais Regionais funções administrativa, normativa e jurisdicional; o CNJ, em sua função fiscalizadora de atos administrativos do Poder Judiciário; e o TCU, especialmente em sua função de fiscalização e controle das contas públicas.

Na governança interna temos como principais instâncias o Plenário do TRE-RO, com seu poder de decisão sobre matérias e atos jurisdicionais e administrativos; o Conselho Administrativo em sua atribuição de discutir e deliberar questões administrativas visando ao cumprimento dos planos de gestão; Comitê Estratégico em sua função de análise e acompanhamento da estratégia; Comitê de Priorização de 1º Grau, em sua competência para assegurar a representatividade das Zonas Eleitorais nos atos de gestão; e o Comitê Diretivo de TIC em sua atribuição de coordenar a formulação de propostas e definir os princípios e as diretrizes que orientam a forma de utilização da Tecnologia da Informação e da Comunicação do TRE-RO de maneira integrada e transparente.

Compõe, ainda, a estrutura de governança do TRE-RO a Ouvidoria Eleitoral, na defesa dos direitos e garantias do cidadão e promoção do aprimoramento dos serviços prestados; a Corregedoria Regional Eleitoral, em sua função de fiscalização da regularidade dos serviços eleitorais do 1º Grau de jurisdição; a unidade de Controle Interno e Auditoria, em suas funções de controle e auditoria da gestão.

Destacamos ainda alguns dos importantes instrumentos que atuam na governança do TRE-RO: a Assessoria Jurídica, que analisa a conformidade dos atos administrativos; o Planejamento Estratégico, que estabelece o direcionamento institucional; o Plano de Logística Sustentável, que estabelece as diretrizes de atuação socioambiental; o Planejamento Orçamentário Participativo, que garante a participação de representantes de todas as unidades deste Tribunal na elaboração da proposta orçamentária anual, e o Plano Anual de Capacitação, construído de forma participativa.



O planejamento e a estrutura de governança do TRE-RO apoiam o alcance dos objetivos institucionais promovendo o alinhamento das estratégias institucionais com os Planos de Gestão e de Ação, bem como o monitoramento do cumprimento destes planos.

Em 2021 a governança sobre as atividades e a gestão do TRE-RO foram exercidas, especialmente, por meio de Reuniões de Análise de Estratégia (SEI 0001668-12.2021.6.22.8000), reuniões do Comitê Gestor da Estratégia e do Colegiado Administrativo e de reuniões de trabalho, coordenadas pela Diretoria-Geral e ASPLAN, para planejamento e acompanhamento da execução dos projetos e planos. Bem assim, do Comitê Diretivo de TIC (CDTIC) em sua atuação de coordenação da formulação de propostas e definição de princípios e diretrizes de TIC.

A participação das partes interessadas foi estimulada por meio de pesquisa interna e externa para definição das Metas Nacionais (SEI 0001480-19.2021.6.22.8000) e por meio da elaboração participativa do planejamento orçamentário para o exercício 2022.

DESTAQUES DA GESTÃO NO EXERCÍCIO 2021

PLANEJAMENTO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES 2022

O Planejamento Integrado das Eleições 2022, autuado no SEI 0002962-02.2021.6.22.8000, é um programa voltado ao planejamento das principais atividades necessárias à realização das eleições e é elaborado no ano que antecede ao pleito, e ajustado, se necessário, no primeiro trimestre do ano eleitoral.

Para o pleito 2022 foram selecionados 30 (trinta) projetos/processos de trabalho, elencados no quadro abaixo, cujos gerentes são encarregados da elaboração do Plano Geral do Projeto (PGP), utilizando como parâmetro os planejamentos e as lições aprendidas nos pleitos anteriores. Estes PIEs serão consolidados em reunião geral com a participação de representantes de todas as unidades impactadas, sob a coordenação da Diretoria-Geral e da Assessoria de Planejamento.

Acessibilidade	Alimentação de Mesários e Colaboradores	Avaliação das Eleições	Comunicação do Processo Eleitoral	Diplomação	Fechamento do Cadastro
Infraestrutura e suporte de TI	Logística e Suporte de Urnas Eletrônicas	Mesário na Telinha	Montagem de Ambientes provisórios para as Eleições	Normatização das Eleições	Patrulha Eleitoral
Pesquisa de Satisfação	Prestação de Contas Eleitorais 2022	Registro de Candidaturas	Segurança das Eleições (COSE)	JECRIME	Disque-Eleição 148
Controle de Acesso à Sede no dia das eleições	Gabinete de gerenciamento de riscos	Serviço Extraordinário (planejamento e gerenciamento)	Seminário Eleições 2022	Suporte de Sistemas	Técnicos de Apoio às Eleições
Transporte	Treinamento de Mesários	Votação Paralela (Auditoria de funcionamento das UEs)	Gerenciamento das Contratações para as eleições	Supervisão das Atividades de Apuração	Voto do Preso Provisório

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

No biênio 2020/2021, a Justiça Eleitoral em Rondônia realizou ao todo 219 sessões de julgamento, sendo 188 ordinárias, 25 extraordinárias, e 6 solenes, com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube do TRE-RO. Em relação ao processamento e julgamento de feitos, foram distribuídos 121 processos e baixados 230 processos.

OUIDORIA REGIONAL ELEITORAL

Em 2021, foram gerados no âmbito da Ouvidoria do TRE-RO a quantidade de 909 processos administrativos, consistindo em 02 elogio, 03 críticas, 28 pedidos de acesso a informações, 9 denúncias (a maioria de cunho eleitoral), 63 reclamações e 804 processos de Atendimento ao Cidadão.

No ano de 2021 ocorreram 6.282 atendimentos no Disque 148, sendo uma média de 500 ligações mensais atendidas pela equipe ordinária da Ouvidoria.

O TRE/RO instituiu em seu âmbito o Balcão Virtual como modalidade de atendimento adicional à forma presencial com base na Resolução CNJ nº 372, de 12 de fevereiro de 2021 e Portaria nº 7/2021

AÇÕES DE SAÚDE

A SAMES realizou eventos de conscientização sobre a necessidade de cuidados com a saúde física e mental, sendo esses:

- Comemoração do dia mundial de saúde (evento virtual com a Fisioterapeuta Denise Teodoro)
- Dia do desafio (em referência a 27ª edição da campanha mundial de incentivo a prática de atividades físicas (evento virtual com a fisioterapeuta Ruth Clea Mesquita)
- Campanha para a conscientização da importância da vacina contra Covid-19 e orientação sobre o plano de imunização
- Campanha sobre a saúde da mulher (Informativos digitais)
- Campanha sobre doação de sangue
- Campanha sobre cuidados após vacinação contra Covid - 19 (informativos digitais)
- Campanha contra pneumonia
- Campanha de saúde bucal
- Campanha setembro amarelo
- Campanha para divulgação dos protocolos de prevenção à Covid-19
- Campanha de conscientização do protocolo para o retorno ao trabalho presencial no TRE-RO
- Campanha de vacinação da Gripe
- Campanha de Prevenção ao câncer de Mama e Saúde da Mulher

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Projetos desenvolvidos:

1. Implementação do PJeCor
2. Grupo de trabalho para análise e julgamento de processos na classe Prestação de Contas Eleitorais
3. Reprocessamento de dados das Eleições 2018

INFRAESTRUTURA E OBRAS

No exercício de 2021 a gestão do TRE/RO deu continuidade ao projeto de realizar melhorias e modernizações nas estruturas físicas dos imóveis da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia.

No interior do Estado foram liberadas Ordens de Serviços para reformas pontuais em vários Fóruns Eleitorais. Melhorando a capacidade funcional dos imóveis e proporcionar melhores condições de trabalho e atendimento ao público.

Na capital do Estado foram liberadas Ordens de Serviços para reformar o Anexo III – Setor de Transporte, bem como a modernização da Presidência, Corregedoria, Diretoria Geral e Seção de Assistência Médica e Social (SAMÉS), e foi dado início à revitalização do estacionamento do Prédio Sede. Também foi executada obra de reforço estrutural do Prédio Sede

Devido a fortes ventos que atingiram a cidade de Porto Velho em outubro/2021, o Prédio Sede do TRE-RO sofreu dano integral em seu telhado e parte de instalações elétricas. Assim, foi necessário reconstruir parte da subestação elétrica aérea e reconstruir toda a cobertura do Prédio Sede.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No exercício de 2021 houve a revisão do Plano Estratégico Institucional, inaugurando o novo ciclo que abrange o período 2021 a 2026. Com o novo referencial estratégico, a TIC promoveu a revisão do seu Plano Diretor mantendo o alinhamento com a Estratégia Nacional de TIC do CNJ e com o Plano Institucional.

Título Net

Em razão da necessidade de manutenção do distanciamento social a Justiça Eleitoral implementou o serviço **Título Net** para que o eleitor possa ser atendido sem sair de casa, Demandas como a primeira via do título (alistamento), mudança de município (transferência), alterações de dados pessoais, alteação de local de votação e revisão para a regularização de inscrição cancelada foram prestados por este serviço remoto em 2021.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2021 a Seção de Comunicação Social do TRE-RO realizou diversas campanhas institucionais voltadas para o público interno e externo, entre elas “10 dicas do TRE-RO para prevenção do coronavírus”, “Março Lilás”, “Fechamento de cadastro via TítuloNet”, “Momento eleitoral: dicas para o trabalho em home office”, “Saúde mental na quarentena”, “Covid-19: Essa luta é nossa”, “Sinal Vermelho contra a violência doméstica”, “Calendário Eleitoral”, “Coordenação de Segurança das Eleições”, entre outros

As redes sociais foram uma grande ferramenta utilizada para a vinculação de vídeos e posts, onde as principais plataformas de distribuição foram o Instagram, Facebook, Twitter, YouTube e WhatsApp. A SECOMS também foi responsável pela coordenação, produção, edição, roteirização e direção de mais de 150 horas de filmagens, assim como a edição de mais de 20 vídeos institucionais. Os vídeos estão publicados no canal do YouTube do TRE-RO.



O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia conquistou o 2º lugar na quarta edição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, após cumprir 82 dos 83 requisitos exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chegando a pontuação de 99,48% de atendimento, juntamente com os Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe.



O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia conquistou Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade 2021, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo uma importante conquista pelo reconhecimento do trabalho realizado pelas autoridades, servidores e colaboradores integrantes da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia. A divulgação dos vencedores do Prêmio CNJ de Qualidade 2021 aconteceu durante o XV Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O prêmio avaliou e reconheceu o trabalho dos tribunais brasileiros em quatro eixos temáticos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia, que juntos somam 100%. O TRE-RO atingiu 86,34% do total de pontos possíveis, ocupando, assim, Ouro nesta edição, que concede ao TRE Rondoniense posição de destaque no cenário nacional.

A premiação busca atuar em benefício da excelência na gestão e no planejamento das atividades, na organização administrativa e judiciária e na sistematização e disseminação de informações e produtividade.

CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética da Justiça Eleitoral de Rondônia foi instituído por meio da Resolução TRE-RO nº 15/2019, aprovada em 8 de agosto de 2019.

Entre os objetivos do Código de Ética da Justiça Eleitoral de Rondônia está o de tornar explícitos os princípios e normas do comportamento ético esperado dos servidores no TRE-RO, fornecendo parâmetros para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura das ações e do processo decisório adotados no Tribunal para o cumprimento de seus objetivos institucionais. Bem assim, reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados no Tribunal, facilitando a compatibilização dos valores individuais de cada servidor com os valores da instituição.

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

São diversos os canais de comunicação que o TRE-RO utiliza e disponibiliza para viabilizar a comunicação com a sociedade e partes interessadas em seus processos institucionais e serviços. Em seu Portal, na Internet (www.tre-ro.jus.br), o TRE-RO disponibiliza informações e notícias sobre suas atividades e serviços, agrupados em cinco temas principais, bem assim, as Cartas de Serviços do 1º e 2º graus para dar conhecimento sobre seus serviços e formas de acesso.

As redes sociais, facebook, instagram, twitter, youtube e flickr, também são amplamente utilizadas e podem ser acessadas a partir do portal deste Tribunal na Internet.

Classicamente, também, utiliza serviço de telefonia, inclusive celular, para contato rápido e direto. A comunicação telefônica via 148 (0800 148 0148) é bastante difundida para contato com a Ouvidoria do Tribunal e, em anos eleitorais, também para informações e denúncias sobre o Processo Eleitoral.



OUVIDORIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2021



A Ouvidoria Regional Eleitoral – ORE é instância de controle e participação social cuja finalidade é contribuir ao aprimoramento da gestão deste Tribunal e dos serviços públicos prestados, facilitando o acesso e a defesa dos direitos do usuário, por meio da interlocução com as unidades internas e do tratamento de manifestações tipificadas como reclamações, denúncias, elogios, sugestões, solicitações e atendimentos ao cidadão, consoante Lei nº 13.460, de 2017 e Resolução TRE-RO nº 27/2010.

A Ouvidoria também atua como unidade responsável pela coordenação da tramitação dos pedidos de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), conforme a determinação contida na Resolução TRE-RO nº 39/2016.

Atualmente, a Ouvidoria disponibiliza como canais de atendimento: o Formulário Eletrônico contido no *site* do TRE-RO, a conta de e-mail institucional (ouvidoria@tre-ro.jus.br), o Disque Eleição 148 (0800 148 0148), Whatsapp Business (69) 3211-2173 e o Balcão Virtual contido no site do TRE/RO.

Além das formas eletrônicas, os cidadãos têm a possibilidade de encaminharem suas manifestações, bem assim os pedidos de acesso à informação por correspondência física ou comparecimento pessoal à sala da Ouvidoria situada no Edifício-Sede deste Tribunal. Porém, esta última opção ficou suspensa até o mês de setembro de 2021 em razão da Resolução TRE-RO nº 10/2020.

Assim, as formas remotas de comunicação prevaleceram em detrimento do atendimento presencial em 2020.

ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS

No caso do Formulário Eletrônico, as manifestações dos usuários são convertidas de maneira automatizada em processos administrativos do Sistema Eletrônico de Informações-SEI.

Em relação ao tratamento das demandas, quando não podem ser atendidas diretamente na Ouvidoria, são encaminhadas às unidades competentes para análise e resposta final ao usuário.

ATENDIMENTOS EM 2021

a. Formulário Eletrônico SEI (site oficial)

No ano de 2021, foram gerados no SEI o total de 909 processos, consistindo em 02 elogio, 03 críticas, 28 pedidos de acesso a informações, 9 denúncias (a maioria de cunho eleitoral), 63 reclamações e **804 processos de Atendimento ao Cidadão**. Esta última modalidade de manifestação representou cerca de **82,17% do total das demandas em 2021** recebidas no SEI.

Importante destacar que **o total de demandas de 2021 significou um crescimento em mais de 1.523,21 % em relação à 2020**.

Observa-se que o crescimento exponencial de demandas da referida unidade decorreu da suspensão dos atendimentos presenciais nas unidades do TRE-RO, sobretudo, nos cartórios eleitorais. Essa nova realidade fez surgir uma maior necessidade de orientação e acompanhamento das demandas dos cidadãos.

Soma-se a isso o fato de grande parte do eleitorado dispor de acesso a conexão de internet, embora não possuam muita experiência em navegação na rede mundial de computadores.

No tocante aos Pedidos de Acesso à Informação, em obediência ao determinado no Art. 30, III, da Lei n. 12.527/2011, informa-se que dos 28 (vinte e oito) requerimentos, houve o deferimento de 100% dos pedidos de acesso à informação. 71% dos pedidos foram feitos por usuários do sexo masculino.

b. Ligações Telefônicas (Disque 148 / 0800 148 0148)

Serviço permanente da Ouvidoria Regional Eleitoral de Rondônia, disponibilizado nos prefixos telefônicos 148 e 0800 148 0148.

O Atendimento em 2021 foi realizado por equipe composta de 02 (dois) servidores e 2 (dois) colaboradores terceirizados, lotados na Ouvidoria no mês de março.

No ano de 2021 ocorreram **6.282 atendimentos** no 148, uma **média de mais de 500 ligações mensais atendidas pela equipe ordinária da Ouvidoria**.

c. Correio Eletrônico (E-Mail)

Este relatório deixa de constar tais informações, tendo em vista que houve indisponibilidade de acesso às mensagens eletrônicas encaminhadas no e-mail da ouvidoria no período. Tal fato está sendo tratado com a Secretaria de Tecnologia da informação deste Tribunal.

d. Whatsapp Business (69) 3211-2173

O WhatsApp Business é uma ferramenta que possibilita o envio e recebimento de arquivos de mídia: textos, fotos, vídeos, documentos e chamadas de voz facilitando a comunicação do eleitor com o Tribunal Regional. O WhatsApp recebe as manifestações dos usuários 24 horas por dia, entretanto os atendimentos são analisados durante o horário de expediente ordinário. No ano de 2021, foram atendidas um total de 1.777 solicitações.

e. Balcão Virtual

A ferramenta Balcão Virtual é um canal direto de comunicação entre o cidadão e as unidades judiciárias. O balcão foi implementado neste tribunal no dia 18 de março de 2021 com base na Resolução CNJ 372, de 12 de fevereiro de 2021 e Portaria Conjunta de nº 7/2021. Os usuários do Balcão Virtual são: advogados, partes, membro do Ministério Público Eleitoral, Defensoria Pública da União, candidatos, partidos políticos e eleitores. De 18 março até 31 de dezembro de 2021, foram atendidas um total de 96 solicitações no Balcão Virtual.

Dessa forma somando as entradas pelo Formulário Eletrônico com os atendimentos via Telefone, a Ouvidoria somou a quantidade de 9.064 atendimentos no ano de 2021

INOVAÇÕES

No ano de 2021, o TRE-RO instituiu no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia o Balcão Virtual como modalidade de atendimento adicional à forma presencial com base na **Resolução CNJ nº 372, de 12 de fevereiro de 2021** e Portaria Conjunta nº 7/2021. Tal medida foi de suma importância para garantir a efetividade do direito de acesso à informação pública prestando atendimento remoto durante o horário de expediente ordinário.

Em razão da necessidade de manutenção do distanciamento social, a Justiça Eleitoral implementou o serviço do **Título Net** para que o eleitor possa ser atendido sem sair de casa. Demandas como a primeira via do título (alistamento), mudança de município (transferência), alteração de dados pessoais, alteração de local de votação e revisão para regularização de inscrição cancelada foram prestados por este serviço remoto em 2021.



PARTICIPAÇÃO NO RANKING TRANSPARÊNCIA CNJ

A Ouvidoria atuou junto ao Comitê Gestor de Informações na Internet gerenciando a participação do TRE-RO no Ranking da Transparência 2021. Executou a função de auxílio e orientação às unidades deste Tribunal para a disponibilização das informações requisitadas pelo CNJ.

Na ocasião, **o TRE-RO alcançou 99,48% de adequação** aos itens avaliados, classificando-se como **o 2º Tribunal** do Poder Judiciário no Ranking, dentre um total de 92 Tribunais participantes. Tal feito proporcionou ao TRE-RO subir 26 posições, visto que em 2020 havia ficado na 28ª colocação.

PREMIO CNJ DE QUALIDADE 2021

No item específico de Ouvidoria, o TRE-RO alcançou a pontuação máxima de 20 pontos, uma vez que a Unidade comprovou o cumprimento ao Art. 7º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015 ao dar resposta resolutiva, à demanda encaminhada pelo Conselho, no prazo de 30 dias.

TABELAS DE DADOS

Canais de Atendimento		
Tipo	Especificação	Disponibilidade
Formulário Eletrônico (www.tre-ro.jus.br)	https://sei.tre-ro.jus.br/ouvidoria/	Ininterrupta
Correio Eletrônico (E-mail)	ouvidoria@tre-ro.jus.br	Ininterrupta
Ligações Telefônicas	Prefixos: 148 e 0800 148 0148	Horário de Expediente
Whatsapp business	Fone: 69 3211-2173	Ininterrupta
Balcão Virtual	https://www.tre-ro.jus.br/imprensa/noticias-tre-ro/2021/Marco/tre-ro-disponibiliza-balcao-virtual-como-opcao-adicional-de-atendimento-1	Horário de Expediente

Formulário Eletrônico (SEI)	
Tipos	Quantidade
Atendimento ao Cidadão	804
Crítica	03
Denúncia	09
Elogio	02
Reclamação	63
Serviço de Atendimento ao Cidadão (LAI)	28
Total de Processos	909

Ligações Telefônicas		
Meses	Quantidade	Período
Janeiro	458	Atendimento ordinário
Fevereiro	690	
Março	873	
Abril	915	Fechamento do cadastro (*)
Maio	983	
Junho	497	Atendimento ordinário
Julho	482	Atendimento ordinário
Agosto	473	Atendimento ordinário
Setembro / outubro / novembro (período eleitoral)	491	Atendimento ordinário
Dezembro	420	Atendimento ordinário Reabertura do cadastro (***)
Total de ligações em 2021		6.282

Legenda Tabelas:

(*) Período em que as operações com o título de eleitor, a exemplo da transferência, atualização de dados e regularização do título são suspensas para preparação dos dados para a eleição. Antes desse período a procura por tais operações aumenta significativamente.

(***) Reinício das operações relacionadas ao título eleitoral.

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A carta de serviços busca informar o cidadão sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral de Rondônia, as formas de acesso a esses serviços e os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. Em consonância com a responsabilidade institucional deste Tribunal de promover a acessibilidade de seus serviços, a presente Carta será disponibilizada, na página do TRE-RO na internet, também em BRAILLE e em áudio.

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO – SEGUNDO GRAU

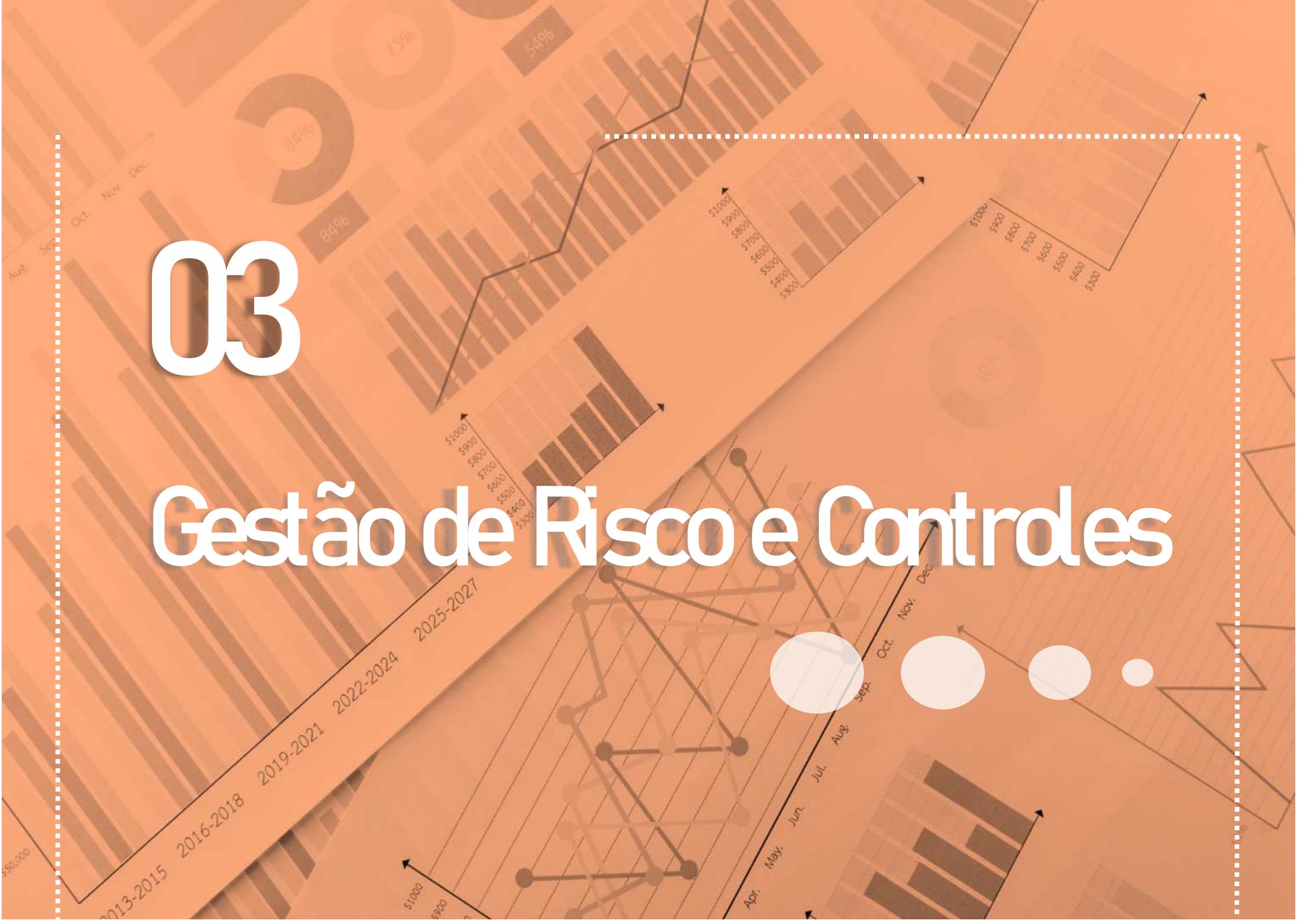
A carta de serviços busca informar o cidadão sobre os serviços prestados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, a forma de acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos e padrões de atendimento estabelecidos pelo TRE-RO.

Para o cumprimento dos compromissos ora assumidos, o Tribunal fará a avaliação e controle de suas ações, visando ao contínuo aperfeiçoamento dos serviços prestados, de modo a assegurar o pleno acesso à informação e efetiva resposta às necessidades do cidadão. Além disso, o Tribunal disponibiliza canais de comunicação entre a instituição e o cidadão, a exemplo da Ouvidoria, facultando ao cidadão apresentar reclamações, críticas e sugestões, de modo que participe ativamente na melhoria da qualidade do atendimento prestado.

Em consonância com a responsabilidade institucional deste Tribunal de promover a acessibilidade de seus serviços, este documento terá divulgação permanente, sendo disponibilizado no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, na página do TRE-RO na Internet.

03

Gestão de Risco e Controles



Auditoria Interna

A estrutura organizacional da Auditoria Interna encontra-se diretamente subordinada à Presidência, com reporte funcional à Corte Eleitoral. Suas atribuições estão elencadas no artigo 18 da Resolução TRE-RO nº 19/2020.

A Auditoria Interna (AUDI) é uma unidade independente de avaliação e consultoria que visa agregar valores às operações da organização, de modo a auxiliar na concretização dos objetivos organizacionais, mediante avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

Quanto à sua atuação fiscalizadora, orientada pelo Manual de Procedimentos de Auditoria, Inspeção Administrativa e Fiscalização, nos termos da Portaria nº 381/2014 da Presidência do TRE-RO, no decorrer do exercício de 2021 foram previstas a finalização de duas auditorias: Auditoria de Contas 2020 e Auditoria Integrada com foco em ativos de TIC.

Foram realizadas duas Auditorias: Ação Coordenada de Auditoria de Acessibilidade do CNJ, que se encontra, internamente, na fase de envio do relatório de achados, e Auditoria de Contas 2021, com previsão normativa para entrega em março/2022 e uma Consultoria devidamente finalizada em novembro/2021, conforme Plano Anual de Auditoria Interna – PAA de 2021, devidamente aprovado pela Presidência na Decisão

Os relatórios das auditorias finalizadas em 2021, assim como os planos de auditoria de longo prazo e anual estão publicados no Portal da Transparência deste Tribunal no link <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/plano-de-auditoria/plano-de-auditoria>.

Atividades realizadas pela Auditoria Interna em 2021

ATIVIDADES DE AUDITORIA REALIZADAS EM 2021

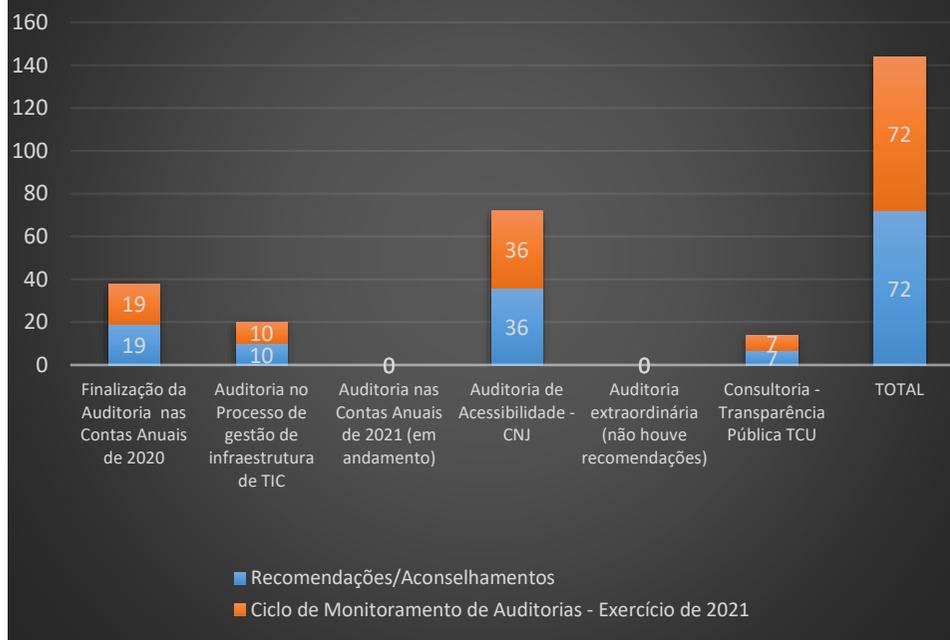
1	Finalização da Auditoria nas Contas Anuais de 2020 - Financeira integrada com Conformidade, elaboração do relatório final e emissão de Certificado
2	Auditoria no Processo de gestão de infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos – Auditoria Integrada do TSE (relatório de achados e relatório final)
3	Auditoria nas Contas Anuais de 2021 - Financeira integrada com Conformidade - Integrada com o TSE (planejamento e execução)
4	Ação Coordenada do CNJ – Auditoria de Acessibilidade
5	Auditoria extraordinária
6	Consultoria

A AUDI cumpriu o PAA 2021 com a realização das auditorias previstas e os monitoramentos das recomendações emitidas nos exercícios anteriores a 2021, bem como suas atividades ordinárias de apoio ao Controle Externo (TCU), por meio da análise de conformidade dos atos de pessoal e outros legalmente estabelecidos.

O resultado dos trabalhos de auditoria do exercício 2020 é considerado satisfatório, dado a complexidade das ações desenvolvidas e o montante dos valores auditados, em especial, no tocante à necessidade de se restringir intensamente às atividades para atender à Auditoria de Contas Anual, implementada pelo TCU e das demais demandas decorrentes das atividades ordinárias da unidade.

No que concerne especificamente ao ciclo de monitoramento de auditorias realizadas no exercício de 2021, foram monitorados um total de 05 (cinco) procedimentos (auditorias e consultoria), sendo emitido um total de 72 (setenta e duas) recomendações, sendo que todas elas já tiveram seu plano de ação elaborado (primeiro ciclo de monitoramento 100% executado).

Monitoramentos das Auditorias Realizadas pela AUDI

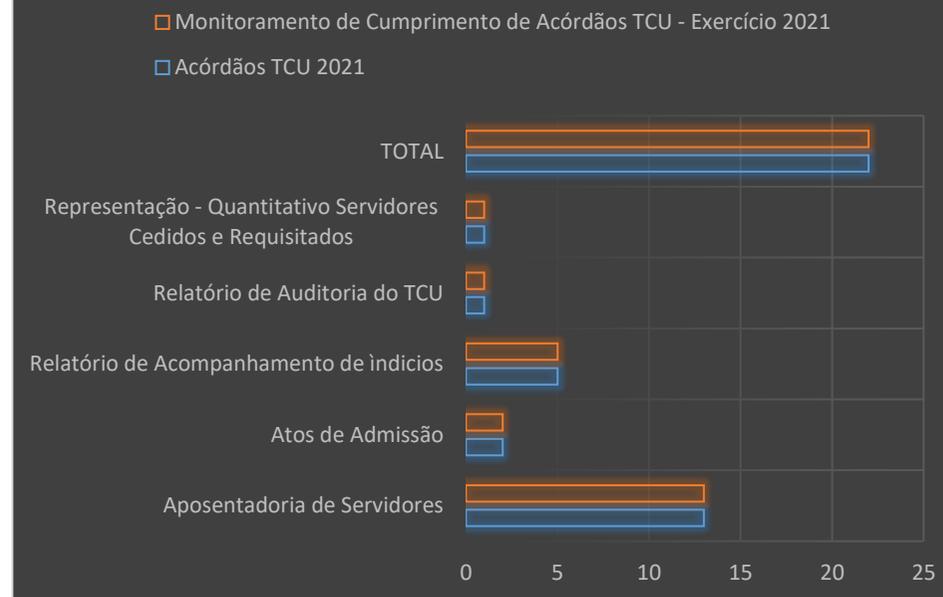


No que tange ao cumprimento de acórdãos proferidos pelo TCU, foram emitidos pela Corte de Contas um total de 22 (vinte e dois) acórdãos no exercício de 2021, todos integralmente cumpridos e observados por este Regional.

Por fim, em novembro de 2021 foi elaborado o Plano Anual de Auditoria Interna – PAA para o exercício 2022 e o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP 2022-2025. O Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINTE de 2020 foi encaminhando ao TCU, juntamente com o Relatório de Gestão.

Em síntese, os trabalhos da unidade de Auditoria Interna do TRE-RO contribuíram para o alcance dos objetivos do sistema de controle interno, previstos no artigo 74 da Constituição Federal, com foco na eficácia, na eficiência e na efetividade dos processos, resultando na melhoria operacional dos procedimentos e, assim, agregando mais valores à instituição.

Monitoramento das Decisões do TCU





04

RESULTADO DA GESTÃO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2026

O resultado dos indicadores do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 e o relato das ações e projetos realizados, apresentados nas próximas páginas, demonstram o desempenho da gestão no exercício 2021.

O processo de verificação do cumprimento das estratégias do exercício é feito por meio da aferição do resultado dos 25 (vinte e cinco) indicadores de desempenho, agrupados, por afinidade, a cada um dos 11 (onze) macrodesafios/Objetivos Estratégicos do PEI deste Tribunal. Para proporcionar a métrica é atribuído um valor a cada macrodesafio/objetivo estratégico e este valor é dividido entre os indicadores que o apoiam, destes 25 indicadores, apenas 17 indicadores foram considerados aptos para acompanhamento da estratégia 2021, pois cinco, por serem novos não há parâmetros para avaliação, outros três são mensurados pelo CNJ e até o momento ainda não foram divulgados.

Assim, da leitura da performance dos 17 (desessete) indicadores válidos para o exercício 2021 verifica-se nível de desempenho na ordem de 68,03%, considerados os resultados parciais e integrais dos indicadores.

Abaixo temos o impacto dos indicadores sobre a realização de cada uma das estratégias do PEI 2021-2026.

14 meses	Tempo médio da sentença no primeiro grau
99,48%	Índice de Transparência
96%	Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais
15,94%	Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais
1.763%	Índice de Atendimento à Demanda
9,6 meses	Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário
2,85%	Índice de Prescrição
23,4 meses	Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais
0	Tempo de Tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares
35%	Índice de Desempenho de Sustentabilidade
82,93%	Índice de Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”
0,23%	Índice de Absenteísmo-doença
36%	Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho
75%	Índice de Capacitação de Servidores
80%	Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias
90%	Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias
75%	Índice de Execução das Dotações para Projetos
63,38%	IGovTIC-JUD
100%	Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total

PAINEL DE INDICADORES

Alguns indicadores não puderam ainda ser mensurados, pois ainda não foi definido a forma de cálculo. Tais indicadores não constam no glossário elaborado pelo CNJ, tendo em vista que os objetivos estratégicos a serem medidos não constam na Resolução CNJ nº 325/2021, mas foram acrescentados pelo TRE-RO por sua pertinência.

INDICADORES SEM RESULTADO MENSURÁVEL			
Avaliação qualitativa da comunicação de resultados junto às partes interessadas	Índice de processos na nuvem	Índice de automação de processos	Índice de simplificação de processos

- Por fim, 03 (três) indicadores dependentem exclusivamente da avaliação do CNJ: o Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça, a Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário e o Índice de Desempenho de Sustentabilidade. Até a elaboração do presente Relatório, o CNJ não havia informado os seus respectivos resultados.

INDICADORES QUE DEPENDEM DA AVALIAÇÃO DO CNJ

Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça

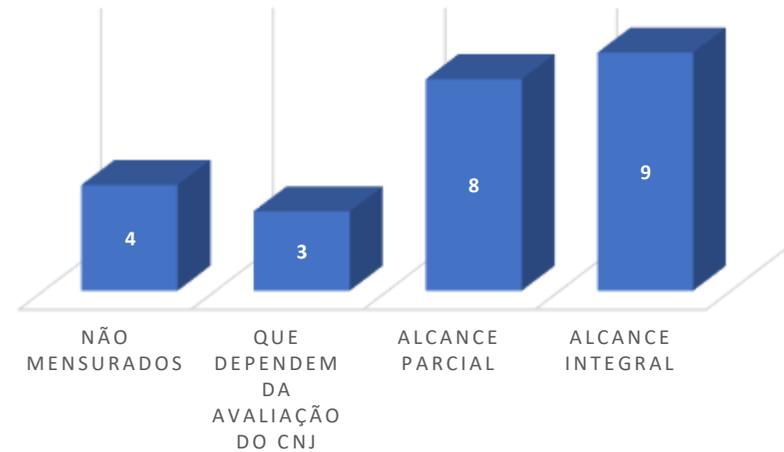
Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário

Índice de Desempenho de Sustentabilidade

INDICADORES COM ALCANCE INTEGRAL	• Índice de Transparência
	• Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais
	• Índice de Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”
	• Índice de Absenteísmo-doença
	• Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias
	• Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias
	• Índice de Execução das Dotações para Projetos
• Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total	

- Tempo de Tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares – Índice sem mensuração por não haver processos tramitando.

CUMPRIMENTO DOS INDICADORES



INDICADORES COM ALCANCE PARCIAL	• Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais
	• Índice de Capacitação de Servidores
	• IGovTIC-JUD
	• Índice de Atendimento à Demanda
	• Tempo de Tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares
	• Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho
	• Tempo médio da sentença no primeiro grau
	• Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais
	• Índice de Prescrição

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL



Em 2021, a EJE disponibilizou 476 vagas de formação continuada para servidores, magistrados e promotores eleitorais em 9 ações de capacitações, por meio de plataforma digital, em respeito à imposição de distanciamento social vigente naquele exercício.

No tocante às atividades socioeducativas e de cidadania, tem-se que **1037 pessoas** foram alcançadas pelas ações da Escola, obtendo-se uma evolução significativa em relação ao primeiro ano de pandemia, mas ainda abaixo dos patamares obtidos em exercícios anteriores ao de 2020.

Destacam-se os projetos “Patrulha Eleitoral” (em execução desde do ano de 2006) e “Bate Papo Eleitoral” os quais permitiram a continuidade de suas atividades por meio digital.



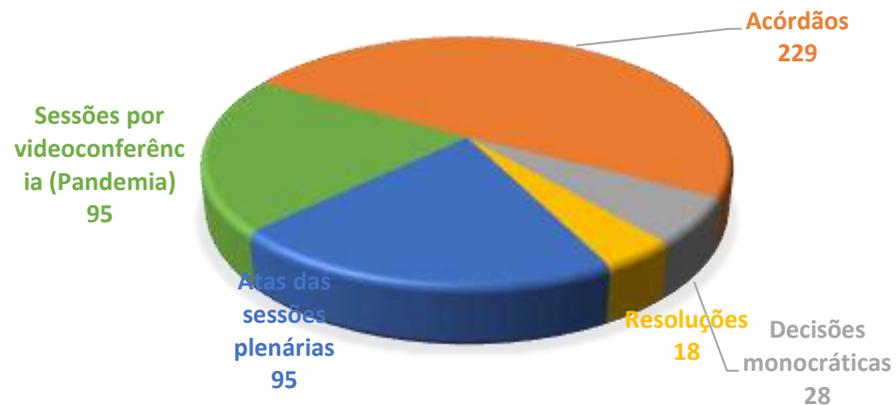
05

Prestação Jurisdicional

Processos de Multa Eleitoral encaminhados à PFN

Número dos Processos	Valor Condenação
0600067-65	R\$ 14.663,89
0600850-57	R\$ 10.641,00
0600896-46	R\$ 5.000,00
0601406-59	R\$ 5.000,00
0601438-64	R\$ 5.000,00
0601438-64	R\$ 5.000,00
0601466-32	R\$ 5.000,00
0601477-61	R\$ 10.000,00
0601512-21	R\$ 30.000,00
0601512-21	R\$ 30.000,00
0601528-72	R\$ 5.000,00
0601532-12	R\$ 5.000,00
0601532-13	R\$ 5.000,00
0601532-14	R\$ 5.000,00
0601542-56	R\$ 5.000,00
0601586-75	R\$ 5.000,00
0601635-19	R\$ 5.000,00
0601866-46	R\$ 5.320,50
0601871-68	R\$ 20.000,00
0601871-68	R\$ 5.000,00
0601871-68	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 195.625,39

QUANTITATIVO DE PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS



O quadro abaixo discrimina a situação das contas anuais prestadas pelos órgãos partidários regionais:

Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência

Sigla do Partido	Dados da Prestação de Contas de 2019		
	Data	Processo	Situação em 2021
AVANTE	30/06/2021	PC N. 0600052-91.2021.6.22.0000	AP
PRTB	23/07/2021	PC N. 0600073-67.2021.6.22.0000	AN
PSL	26/10/2021	PC N. 0600134-25.2021.6.22.0000	AN
PSDB	28/06/2021	PC N. 0600046-84.2021.6.22.0000	AN
PSOL	15/07/2021	PC N. 0600062-38.2021.6.22.0000	AN
REDE	24/07/2021	PC N. 0600074-52.2021.6.22.0000	AN
PATRIOTA (antigo PEN)	24/06/2021	PC N. 0600044-17.2021.6.22.0000	AN
DC (antigo PSDC)	22/07/2021	PC N. 0600068-45.2021.6.22.0000	AN
PT	14/07/2021	PC N. 0600061-53.2021.6.22.0000	AN
REPUBLICANOS (antigo PRB)	04/08/2021	PC N. 0600112-64.2021.6.22.0000	AN
PV	14/07/2021	PC N. 0600058-98.2021.6.22.0000	AN
PTB	04/08/2021	PC N. 0600110-94.2021.6.22.0000	AN
PSB	14/07/2021	PC N. 0600059-83.2021.6.22.0000	AN
PL (antigo PR)	22/07/2021	PC N. 0600072-82.2021.6.22.0000	AN
DEM	30/06/2021	PC N. 0600049-39.2021.6.22.0000	AN
PMN	19/10/2021	PC N. 0600128-18.2021.6.22.0000	AN
CIDADANIA (antigo PPS)	23/08/2021	PC N. 0600117-86.2021.6.22.0000	AN

Sigla do Partido	Dados da Prestação de Contas de 2019		
	Data	Processo	Situação em 2021
PP	28/06/2021	PC N. 0600047-69.2021.6.22.0000	AN
PSD	30/06/2021	PC N. 0600051-09.2021.6.22.0000	AN
PSTU	19/10/2021	PC N. 0600129-03.2021.6.22.0000	AN
PSC	11/08/2021	PC N. 0600114-34.2021.6.22.0000	AN
PROS	04/08/2021	PC N. 0600111-79.2021.6.22.0000	AN
PDT	23/06/2021	PC N. 0600043-32.2021.6.22.0000	AN
SD	14/07/2021	PC N. 0600060-68.2021.6.22.0000	AN
PODE	23/06/2021	PC N. 0600042-47.2021.6.22.0000	AN
PC do B	30/06/2021	PC N. 0600054-61.2021.6.22.0000	AN
MDB	30/06/2021	PC N. 0600050-24.2021.6.22.0000	AN
LEGENDA			
Situação em 2022			
• AN – Em análise			
• AP – Aprovada			
• AR – Aprovada com ressalvas			
• DP – Desaprovada			
• RE – Em recurso			

ANOTAÇÕES PARTIDÁRIAS

A Lei n. 9.096/1995 disciplina que os órgãos partidários devem ser registrados perante a Justiça Eleitoral, sendo que nos Estados da Federação o registro e anotação compete aos Tribunais Regionais. As anotações são realizadas em sistema próprio, observando o Estatuto dos Partidos Políticos, o Código Eleitoral e a legislação correlata.

No TRE/RO, encontram-se registrados 27 (vinte e sete) órgãos partidários estaduais, conforme quadro abaixo.

Sigla	Nome do Partido	Registro no TRE		Responsável pelo Diretório	Período
		Número	Data		
AVANTE	Avante	SGIP	26/06/2019	Jair de Figueiredo Monte	26/06/2019 a 01/05/2022
CIDADANIA	Cidadania	SGIP	08/05//2019	Vinícius Valentin Raduan Miguel	08/05/2019 a 31/12/2021
DC	Democracia Cristã	SGIP	27/03/2020	Edgar Nilo Tonial	27/03/2020 a 27/03/2021
DEM	Democratas	SGIP	06/10/2016	Marcos Rogério da Silva Brito	06/10/2016 a 25/04/2022
MDB	Movimento Democrático Brasileiro	SGIP	24/02/2021	Lúcio Antônio Mosquini	24/02/2021 a 28/02/2023
PATRI	Patriota	SGIP	05/05/2020	Marcelo Cruz da Silva	05/05/2020 a 01/03/2022
PC DO B	Partido Comunista do Brasil	SGIP	25/09/2021	Bartolomeu Pereira Tavares	25/09/2021 a 25/09/2023
PDT	Partido Democrático Trabalhista	SGIP	02/10/2016	Acir Marcus Gurgacz	02/10/2016 a 12/05/2022
PL	Partido Liberal	SGIP	21/01/2022	Marcos Rogério da Silva Brito	10/01/2022 a 10/02/2022
PMN	Partido da Mobilização Nacional	SGIP	24/03/2020	Neidson de Barros Soares	24/03/2020 a 31/01/2021
PODE	Podemos	SGIP	13/07/2020	Oscar Dias de Souza Netto	14/07/2020 a 31/12/2022
PP	Progressistas	SGIP	08/04/2017	Dirlaine Jaqueline Cassol	08/04/2017 a 26/11/2022
PROS	Partido Republicano da Ordem Social	SGIP	25/01/2022	Cláudio Vaz Faria	25/01/2022 a 06/06/2022

Fonte: SJGI

Sigla	Nome do Partido	Registro no TRE		Responsável pelo Diretório	Período
		Número	Data		
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	SGIP	05/01/2022	David Inácio dos Santos Filho	04/01/2022 a 04/07/2022
PSB	Partido Socialista Brasileiro	SGIP	12/10/2015	Mauro Nazif Rasul	12/10/2015 a 30/04/2022
PSC	Partido Social Cristão	SGIP	14/04/2021	Alessandro Pedralli da Silva	14/04/2021 a 10/12/2027
PSD	Partido Social Democrático	SGIP	05/05/2016	Exedito Gonçalves Ferreira Neto	05/05/2016 a 25/06/2022
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	SGIP	12/11/2019	Mariana Fonseca Ribeiro Carvalho de Moraes	12/11/2019 a 06/05/2022
PSL	Partido Social Liberal	SGIP	28/12/2021	Marcos José Rocha dos Santos	28/12/2021 a 27/06/2022
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	SGIP	08/01/2016	Nascimento Antônio da Silva	08/01/2016 a 01/10/2023
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados	SGIP	12/10/2020	Márcio de Souza Martins	12/10/2020 a 11/10/2022
PT	Partido dos Trabalhadores	SGIP	14/12/2019	Anselmo de Jesus Abreu	14/12/2019 a 14/12/2023
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	SGIP	13/12/2019	Nilton Balbino	13/12/2019 a 10/07/2022
PTC	Partido Trabalhista Cristão	SGIP	17/05/2021	Valclei Queiroz da Silva	17/05/2021 a 01/05/2022
PV	Partido Verde	SGIP	21/02/2018	Aires Mota de Almeida	21/02/2018 a 04/07/2023
REDE	Rede Sustentabilidade	SGIP	01/06/2020	José Rodrigues Ramos Neto	01/06/2020 a 31/05/2022
REPUBLICANOS	Republicanos	SGIP	31/05/2021	Alex Mendonça Alves	31/05/2021 a 16/12/2022

Fonte: SJGI

Segue os quantitativos das anotações partidárias no sistema SGIP3, ano de 2021.

Total de anotações:

1.215 Validações

Insta consignar que se encontram registrados no TRE/RO partidos em formação, conforme quadro abaixo:

Situação Jurídica	Sigla Partidária	Informações processuais
Deferido no TRE/RO, sem registro no TSE	PSPB – Partido dos Servidores Públicos e dos Trabalhadores e da Iniciativa Privada do Brasil	Protocolo nº. 2.989/2011 ROPPF N. 24-27. 2011.6.22.0000 Deferido (Acórdão 485/2011, publicado em 22/08/2011)
	PC – Partido Cristão	Protocolo nº. 23.293/2013 ROPPF N.120-71.2013.6.22.0000 Deferido (Acórdão 355/2013, publicado em 28/11/2013)
	MB – Partido Muda Brasil	Protocolo nº. 7172/2015 ROPPF N. 113-11.2015.6.22.000 Deferido (Acórdão n. 218/2015, publicado em 24/07/2015)
	IDE – Igualdade	Protocolo nº.14.929/2015 ROPPF N.142-61.2015.6.22.0000 Deferido (Acórdão n.379/2015, publicado m 09/12/2015)
	PNC – Partido Nacional Corinthiano	Protocolo nº. 4.919/2017 ROPPF N.80-50.2017.6.22.0000 Deferido (Acórdão 215/2017, publicado em 18/08/2017)
	Pendente registro no TRE/RO	PRC – Partido Republicano Cristão
PNS – Partido Nacional da Saúde		Protocolo: 8517/2015
PRR- Partido Renovador da República		Protocolo: 14.237/2015
PSN- Partido da Solidariedade Nacional		Protocolo: 7002/2016
PED- Partido da Revolução Democrática		Protocolo: 24.039/2016

Situação Jurídica	Sigla Partidária	Informações processuais
Pendente registro no TRE/RO	PMB- Partido Militar Brasileiro	Protocolo: 1097/2016
	PL – Partido Liberal	Protocolo: 15.827/2015
	PAR- Partido Participação	Protocolo: 13.235/2015
	PACO – Partido Conservador	Protocolo: 11.420/2015
	NOS- Nova Ordem Social	Protocolo: 2968/2015
	MDC- Partido do Movimento em Defesa do Consumidor	Protocolo: 3504/2015
	PAT- Partido Alternativo dos Trabalhadores	Protocolo: 3461/2015
	PISC- Partido da Integração Social e Cidadania	Protocolo: 32.836/2014
	PTS – Partido de Transformação Social	Protocolo: 32.595/2014
	PSPP- Partido do Servidor Público e Privado	Protocolo: 26.296/2013
	PCN – Partido Cristão Nacional	Protocolo: 26.160/2013
	PCS- Partido Carismático Social	Protocolo: 13.857/2014
	PLC- Partido Liberal Cristão	Protocolo: 55.051/2012
	PS- Partido Social	Protocolo: 24.134/2013
	PSPC- Partido da Segurança Pública e Cidadania	Protocolo: 749/2013
	PDN- Partido do Desenvolvimento Nacional	Protocolo: 15.399/2011
	PMA- Partido do Meio Ambiente	Protocolo: 6632/2011
	PRCB – Partido Republicano Cristão Brasileiro	Protocolo: 3.836/2017
UDN – União Democrática Nacional	Protocolo: 4.077/2017	
LIGA – Liga Democrática Liberal	Protocolo: 5.852/2017	

TAXA DE CONGESTIONAMENTO

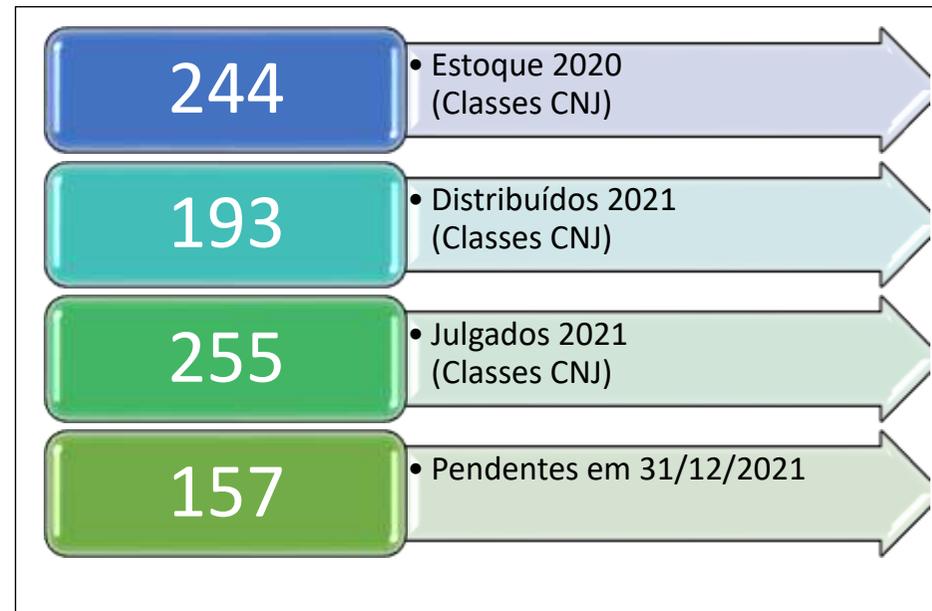
$$TC2^{\circ} = CP2^{\circ} / TBaix2^{\circ} + CP2^{\circ}$$



A taxa de congestionamento representa um indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução em relação ao total que tramitou no período de um ano. Quanto menor o resultado da taxa de congestionamento, melhor o desempenho do Tribunal.

Ao compararmos os percentuais registrados nos exercícios 2017 e 2021, ambos pós-eleição municipal, verificou-se que no último exercício também houve aumento da taxa de congestionamento.

PROCESSOS JULGADOS 2º GRAU DE JURISDIÇÃO



METAS NACIONAIS DO CNJ

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso firmado anualmente pelos presidentes dos tribunais brasileiros em prol da melhoria da prestação jurisdicional.

RESULTADOS DOS INDICADORES:

META 1

• 100,61%

META 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. A meta estará integralmente cumprida se o percentual for maior que 100%. O índice mensurado no exercício 2021 foi de 100,61%, havendo desta forma, o cumprimento da meta 1.

META 2

• 115,01%

META 2 – Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019. Ao final do exercício 2021, o índice alcançado foi de 115,01%, havendo, assim, o cumprimento integral da meta.

META 4

• 88,89%

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. Identificar e julgar, até 31/12/2021, 90% dos processos referentes às eleições de 2018, que possam importar na perda de mandato eletivo. Com índice mensurado foi de 88,89%, a meta 4 não foi cumprida.

META 9

• 100%

META 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário. Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030, qual foi escolhida a de número 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Promovendo ações do sub-grupo 5.5.1 - Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais. Com índice mensurado foi de 100%, a meta 9 foi cumprida.

META 10

• 100%

META 10 – Saúde de magistrados e servidores. Realizar exames periódicos de saúde em 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior. Realizado trimestralmente, foi mensurado a 100%, cumprindo assim a meta.

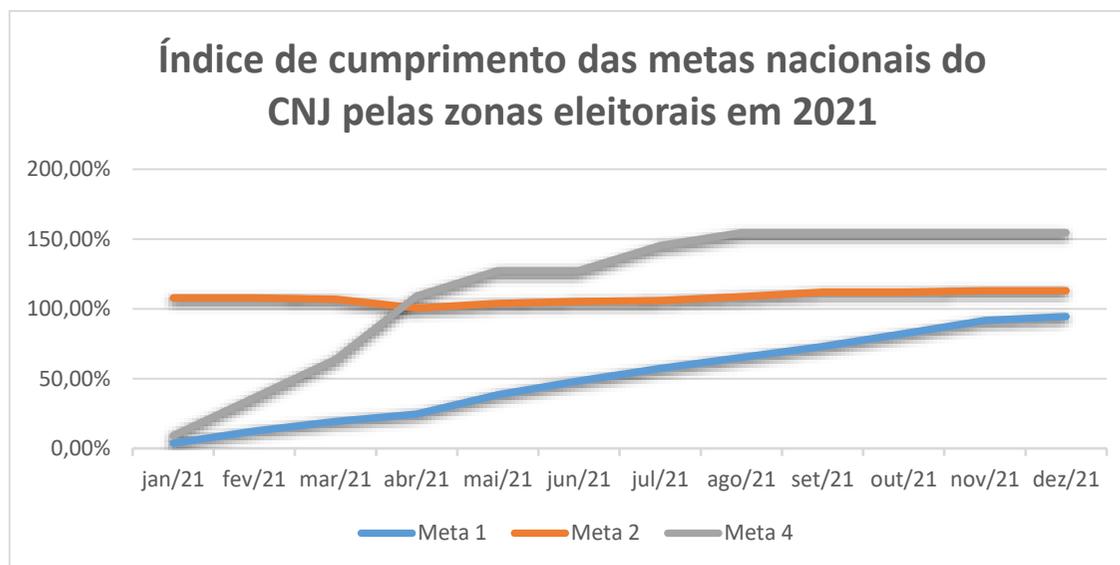
A **Meta 1** consiste em julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Para execução da meta 1 ao final do ano, é necessário que o percentual de cumprimento seja igual ou maior que 100% (cem por cento), ou seja, se os julgamentos corresponderem, no mínimo, à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2021.

O índice de cumprimento da meta 1 pelas zonas eleitorais foi de 100,91% (cem virgula noventa e um centésimos por cento), resultante do julgamento de 6325 (seis mil, trezentos e vinte e cinco) processos.

A **Meta 2** que estabelece a identificação e julgamento até 31/12/2021 de ao menos 80% (noventa por cento) dos processos distribuídos até 31/12/2019 foi cumprida pelas Zonas Eleitorais. No 1º grau de jurisdição do TRE/RO, o cumprimento dessa meta alcançou 112,99% (cento e doze inteiros e noventa e nove centésimos por cento), que corresponde ao julgamento de 207 (duzentos e sete) processos.

O cumprimento da **Meta 4**, que para o 1º grau trata da identificação e julgamento, até 31/12/2021, de 50% dos processos referentes às eleições de 2020, distribuídos até 31/12/2020, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Em 2021, a meta 4 foi cumprida em 154,55% pelos Juízos Eleitorais, que corresponde ao julgamento de 17 (dezessete) processos.



Evolução no cumprimento das metas nacionais do CNJ no 1º grau. Fonte: Sistema Atena. Consulta em 13/12/2021.

CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO CNJ

O acompanhamento do cumprimento pelas zonas eleitorais das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a Justiça Eleitoral, no ano de 2021, ocorreu por meio dos procedimentos no SEI: Processo 0001547-81.2021.6.22.8000 (Validação das Metas apresentadas para envio ao CNJ); Processo 0001905-60.2021.6.22.8060 (Meta 1); Processo 0003061-83.2021.6.22.8060 (Meta 2) e 0001904-75.2021.6.22.8060 (Meta 4).

O monitoramento mostrou-se importante para mensuração e avaliação do trabalho realizado, assim como identificação de fragilidades que requeriam pronta atuação dos servidores e magistrados fomentando o alcance dos resultados almejados, além de apresentar erro de lançamento de movimentação processual efetuado pelas Zonas Eleitorais.

A metodologia adotada foi a utilização de relatórios extraídos do sistema informatizado de coleta de estatísticas Atena, apresentação aos Juízes Eleitorais dos quantitativos e identificação dos processos pendentes de julgamento.

Objetivou-se implementar celeridade na prestação jurisdicional e, por consequência, cumprir os percentuais propostos nas metas, de forma a evitar prejuízos ao processo eleitoral e aos jurisdicionados.

Foram elaborados relatórios de processos a serem julgados, com identificação dos processos com julgamento prioritário.

METAS ESPECÍFICAS

AÇÕES PARA
EDUCAÇÃO
ELEITORAL

• 100%

META ESPECÍFICA 1 - Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral

TRAMITAÇÃO PROCESSUAL NAS ZONAS ELEITORAIS

A Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em atenção ao disposto no art. 20, da Resolução TSE n. 7.651/1965 e no art. 18, da Resolução TRE/RO n. 14/2021 (Regimento Interno), apresenta **RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES** referente ao exercício 2021



PRINCIPAIS ATIVIDADES

Acompanhamento da tramitação processual nas zonas eleitorais

O monitoramento da tramitação dos processos no âmbito das zonas eleitorais é uma atividade contínua da Corregedoria e tem proporcionado a aferição da celeridade das demandas no primeiro grau, fruto do esforço dos servidores e magistrados da Justiça Eleitoral.

A atividade mostrou-se importante para mensuração e avaliação do trabalho realizado, assim como identificação de fragilidades que requeriam pronta atuação dos servidores e magistrados fomentando o alcance dos resultados almejados.

Esse trabalho é desenvolvido por meio de atuação junto às zonas eleitorais, a partir da análise dos relatórios estatísticos, extraídos do banco de dados do Sistema de Estatísticas deste Tribunal - ATENA.

Em 2021, as ações foram desenvolvidas visando o tratamento das pendências relativas aos assuntos e movimentos inválidos, sem correspondência na TPU/CNJ, registrados no sistema PJe, conforme dados anotados nos Processos SEI 0001114-91.2021.6.22.8060 e 0002371-40.2021.6.22.8000, verificação da situação dos processos em tramitação sem decisão judicial válida por meio do processo SEI 0000151-20.2020.6.22.8060 e análise das Ações Penais sem recebimento de denúncia de acordo com informações constantes no Processo SEI 0002246-86.2021.6.22.8060. A verificação da existência de processos físicos nas Zonas Eleitorais, recebidos ou desarquivados, foi monitorada no processo SEI 0001242-48.2020.6.22.8060.

CORREÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS NO DATAJUD



Em 2021, prosseguiram os trabalhos de saneamento das informações referentes aos processos judiciais, a fim de sanear a Base de Dados do Poder Judiciário (Datajud), instituída por meio da Resolução CNJ n. 331/2020, como fonte primária de dados estatísticos do Poder Judiciário.

A Corregedoria trabalhou em conjunto com a Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJGI) e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) para verificação e correção das inconsistências identificadas.

A maioria das falhas decorria de equívoco no momento do cadastro e da tramitação da ação judicial no sistema eletrônico, da não observância das Tabelas Processuais Unificadas (TPU), bem como de ausência de correspondências dos movimentos cadastrados para processos no Sistema de Acompanhamento Documentos e Processos (SADP) com os existentes na TPU, referentes aos registros da movimentação do antigo estoque de processos físicos.

O saneamento realizado visou aperfeiçoar as pesquisas e geração de dados estatísticos, conforme exigência do CNJ para formação de uma base de dados única. Foram corrigidos os dados cadastrais das partes dos processos, assuntos processuais e adequados os movimentos existentes no SADP à TPU.

INSPEÇÕES

Autoinspeções

A autoinspeção é o procedimento de avaliação periódica anual, efetivado pela autoridade judiciária da zona eleitoral, observadas as diretrizes estabelecidas pela Corregedoria-Geral e pela Corregedoria Regional, destinado à verificação da regularidade dos serviços cartorários e a sua eventual correção.

Em 2021, foram realizadas as Autoinspeções de 12 (doze) Zonas Eleitorais remanescentes do exercício 2020, tendo em vista a prorrogação de prazo estabelecida pelo Provimento CGE n. 2/2021, em razão das condições sanitárias adversas, conforme roteiro estabelecido pela Corregedoria-Geral Eleitoral por meio do Provimento CGE n. 9/2013 e acrescido de itens elaborados pela Corregedoria Regional pertinentes às atividades cartorárias.

A Corregedoria Regional Eleitoral controla a realização das Autoinspeções das Zonas Eleitorais, por meio de análise dos respectivos relatórios a fim de aferir a regularidade dos serviços e processos, situação funcional dos servidores, a escrituração dos livros, o trâmite e guarda dos documentos, utilização dos sistemas eleitorais, atendimento ao público, situação das instalações físicas, móveis e equipamentos e controle do material de expediente.

Os atos relativos à realização das autoinspeções relativas a 2020 foram reunidos no processo SEI 0001650-39.2020.6.22.8060 com informações sobre data, envio de ata e relatório e no processo SEI 0003439-73.2020.6.22.8060 com relatório das observações detectadas para solicitação de providências.

Com relação a 2021, a realização das autoinspeções está sendo monitorada no processo SEI 0002625-27.2021.6.22.8060.

O prazo para conclusão se encerra em 17 de dezembro. Até 13 de dezembro foram realizadas autoinspeções em 11 (onze) das 29 (vinte e nove) Zonas Eleitorais de Rondônia

Inspeções realizadas pela Corregedoria Regional

Conforme disposições do art. 41, da Resolução TSE n. 23.657/2021, as corregedorias regionais devem inspecionar todas as zonas eleitorais

Em razão da pandemia da Covid-19 e dos atos preparatórios para Eleições, não foram realizadas inspeções pela Corregedoria no ano 2020.

Em 2021, persistindo as medidas de distanciamento social, foi implementada a realização dos trabalhos na modalidade virtual.

Em resumo, a inspeção virtual é realizada com reuniões por videoconferência, com participação do Corregedor, Juiz eleitoral e Chefe de Cartório, análise de processos no PJe, verificação das rotinas de administração do cadastro eleitoral, por meio de consultas aos Sistemas Elo, Infodip e Justifica e verificação da tramitação de demandas administrativas, pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Em 7 de dezembro foram concluídas as inspeções em todas as vinte e nove zonas eleitorais.

Os processos relativos às inspeções de cada Zona Eleitoral foram autuados individualmente no PJeCor e eventuais providências requeridas da Administração foram reunidas no processo SEI n. 0003730-39.2021.6.22.8060.

Administração do cadastro eleitoral

No desempenho de sua função de administração do cadastro eleitoral no Estado de Rondônia, nos termos do disposto no art. 77 da Res. TSE 21.538/2003 c/c art. 27, 31 e 32 da Res. TRE-RO n. 6/2015, a Corregedoria Regional, por meio das Seções de Direitos Políticos (Sedipo) e de Regularização de Situação Eleitoral (Serese), realiza atividades relacionadas ao controle de acesso às informações dos eleitores, por meio do Sistema de Informações Eleitorais (Siel) e atualização da situação eleitoral, com anotações referentes a direitos políticos e óbitos, que tramitam por meio do Sistema de Informações de Direitos Políticos (Infodip).

A Corregedoria Regional realiza também a anotação na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, por meio do Sistema Elo, das ocorrências de suspensão e restabelecimento de direitos políticos de pessoas que não possuem inscrição eleitoral.

Sistema de Informações Eleitorais – SIEL

O Sistema de Informações Eleitorais – SIEL foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e sua versão original foi utilizada no âmbito deste Tribunal, como forma de acesso aos dados do Cadastro Nacional de Eleitores pelas autoridades legitimadas, desde 2010.

Em 2021, o Tribunal Superior Eleitoral instituiu o aplicativo como ferramenta da Justiça Eleitoral para acesso aos dados biográficos do cadastro eleitoral, conforme disposições do Provimento CGE n. 1/2021.

A Corregedoria Regional realizou atividades de apoio à implementação da nova versão do Siel, na prestação de suporte e orientação aos usuários externos.

O novo sistema foi implementado em duas fases, sendo a primeira, a partir da segunda quinzena de março, com o cadastramento de magistrados e servidores das respectivas serventias.

No final de setembro, iniciou-se o cadastramento dos membros do Ministério Público e Autoridades policiais, com os respectivos servidores.

Os cadastros têm validade de dois anos, de forma que a Corregedoria segue possui atuação contínua no cadastramento e orientação de usuários.

Atualmente, o Sistema de Informações Eleitorais (Siel) possui, em Rondônia, 67 (sessenta e sete) órgãos cadastrados com 201 (duzentos e um) usuários.

No período de 22/4 a 13/12/2021, foram realizadas 8.506 (oito mil, quinhentos e seis) pesquisas de endereço de eleitores por meio do sistema.

Sistema Infodip

O Sistema de Informação de Direitos Políticos (Infodip) é uma forma de encaminhamento eletrônico das comunicações de suspensão e restabelecimento de direitos políticos, além de registro de óbitos, utilizado pelos órgãos comunicantes e pelo Tribunal Regional Eleitoral com a finalidade de agilizar o processamento das informações.

No âmbito desta Corregedoria, o sistema INFODIP foi regulamentado pelo Provimento n. 002/2015, oportunidade em que ficou assentada a obrigatoriedade de encaminhamento das citadas comunicações via sistema.

Tal obrigatoriedade foi ratificada pela Corte pela Resolução TRE-RO 08/2015 que regulamentou a forma de envio e recebimento de comunicações de condenação criminal, improbidade administrativa, extinção da punibilidade, inelegibilidade, conscrição e óbito no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia.

O sistema faz o envio automático da maioria das comunicações para a zona eleitoral de inscrição do eleitor. Nos casos em que não é possível a identificação ou em que não há inscrição eleitoral, a comunicação é enviada à Corregedoria que mediante análise dá a destinação devida, enviando à zona eleitoral competente, arquivando a comunicação ou procedendo à anotação na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

Tipo	Quantidade
Condenação criminal	780
Condenação criminal eleitoral	0
Conscrição	0
Extinção da punibilidade	863
Improbidade administrativa	0
Inelegibilidade	0
Término do serviço militar obrigatório	7
Óbito	1198
TOTAL DE COMUNICAÇÕES	2848

Fonte: Infodip. Atualização em 13/12/2021

Base de perda e suspensão de direitos políticos

A Base de Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos é regulamentada pelo Provimento n. 18 – CGE e se destina a armazenar os dados relativos a pessoas com restrição dos direitos políticos, nas hipóteses previstas na Constituição Federal, e com impedimento ao alistamento eleitoral em decorrência da prestação de serviço militar obrigatório, das situações envolvendo perda ou suspensão de direitos políticos, sempre que não for possível o registro diretamente no histórico da respectiva inscrição eleitoral.

A administração da base cabe às Corregedorias Regionais.

Estatística de anotações na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos em 2021:

Atividade	Quantidade
Inclusão de registro	775
Inativação de registro	589
TOTAL DE ANOTAÇÕES	1.364
Fonte: Sistema Elo. Atualização em 13/12/2021	

PROVIMENTOS, PORTARIAS CONJUNTAS E ORIENTAÇÕES EXPEDIDAS

Provimentos

Portaria-Conjunta n. 1/2021

- Dispõe sobre necessidade de assegurar a continuidade das atividades da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia e sobre a adoção de medidas temporárias e complementares à Resolução TRE-RO n. 10/2020, para a prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Portaria-Conjunta n. 2/2021

- Dispõe sobre necessidade de assegurar a continuidade das atividades da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia e sobre a adoção de medidas temporárias e complementares à Resolução TRE-RO n. 10/2020, para a prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Portaria-Conjunta n. 3/2021

- Dispõe sobre necessidade de assegurar a continuidade das atividades da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia e sobre a adoção de medidas temporárias e complementares à Resolução TRE-RO n. 10/2020, para a prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Portaria-Conjunta n. 4/2021

- Dispõe sobre o Balcão Virtual de Atendimento no âmbito da Justiça Eleitoral em Rondônia

Portaria-Conjunta n. 5/2021

- Dispõe sobre necessidade de assegurar a continuidade das atividades da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia e sobre a adoção de medidas temporárias e complementares à Resolução TRE-RO n. 10/2020, para a prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Portaria-Conjunta n. 6/2021

- Dispõe sobre necessidade de assegurar a continuidade das atividades da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia e sobre a adoção de medidas temporárias e complementares à Resolução TRE-RO n. 10/2020, para a prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Portaria-Conjunta n. 7/2021

- Instituir no âmbito da Justiça Eleitoral em Rondônia o Balcão Virtual como modalidade de atendimento adicional à forma presencial.

ORIENTAÇÕES

Em 2021, foram expedidas pela Seção de Correição, Orientação e Inspeção Eleitoral (Secio) as orientações abaixo relacionadas.

- - **Orientação n. 1/2021** - Dispõe sobre a necessidade de lançamento do movimento de decisão de recebimento de denúncia no PJe;
- - **Orientação n. 2/2021** - Dispõe sobre a necessidade de retificação de atuação nos procedimentos criminais e lançamento do movimento de decisão de recebimento de denúncia no PJe;
- - **Orientação n. 3/2021** - Trâmite dos inquéritos no PJe;
- - **Orientação n. 4/2021** - Providências em relação aos inquéritos em trâmite no SADP

ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS (RELATORIA DA VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA)

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Classe	2020	2021	Total no Biênio
AE	0	2	2
AIME	5	0	5
AIJE	4	0	4
CCCiv	0	1	1
CtaEl	1	0	1
CumSen	2	3	5
CumPrSen	0	1	1
HCCrim	1	1	2
MSCiv	5	0	5
Pet	3	0	3
PetCiv	3	4	7
PetCor	0	1	1
PC	10	11	21
PCE	7	8	15
PC-PP	0	3	3
RC	2	1	3
RecAdm	3	3	6
RCED	0	1	1
REI	28	29	57
RP	8	0	8
RROPCE	0	2	2
TutCautAnt	0	1	1
Total	82	72	154

PROCESSOS JULGADOS

Classe	2020	2021	Total no Biênio
AE	0	2	2
AIME	2	1	3
AIJE	3	0	3
CCCiv	0	1	1
CtaEl	1	0	1
CumPrSen	0	1	1
HCCrim	1	1	2
MSCiv	4	0	4
Pet	3	0	3
PetCiv	3	4	7
PetCor	0	1	1
PC	5	5	10
PCE	0	8	8
RC	1	1	2
RecAdm	3	3	6
RCED	0	1	1
REI	26	23	49
RP	6	1	7
RROPCE	0	2	2
TutCautAnt	0	1	1
Total	58	56	114

PENDENTES POR CLASSE

Classe	Quantidade
AIJE	1
AIME	2
CumSen	4
PC-PP	3
PCE	3
RC	1
REI	13
Rp	1
Total	27

QUANTIDADE DE DECISÕES PROFERIDAS POR TIPO

Decisão	2020	2021	Total no Biênio
Acórdão	62	47	109
Monocrática Terminativa	12	3	15
Monocrática Interlocutória	24	23	47
Total	98	73	171

OUTROS VOTOS

Tipo	2020	2021	Total no Biênio
Declaração de voto	28	6	34
Voto-vista	3	3	6

PROJETOS DESENVOLVIDOS

IMPLEMENTAÇÃO DO PJeCor

Desde maio de 2021, a Corregedoria Regional implementou a utilização do Sistema PJeCor, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução n. 320, de 15 de maio de 2020, para o registro, o controle e a tramitação dos procedimentos das corregedorias dos tribunais.

Para implantação do sistema na Justiça Eleitoral, a Corregedoria-Geral Eleitoral expediu o Provimento CGE n. 5, de 29 de abril de 2021, que estabelece padrões para registro de procedimentos no sistema do PJeCor a serem observados no âmbito das Corregedorias Eleitorais.

Devem tramitar no PJeCor as classes Correição Extraordinária (1303), Inspeção (1304), Correição ordinária (1307), Processo Administrativo em Face de Magistrado (1264), Reclamação Disciplinar (1301), Representação por Excesso de Prazo (256), Pedido de Providências (1199).

Para a viabilização do uso do sistema no TRE/RO, a Corregedoria Regional realizou o cadastramento do Corregedor, dos magistrados e dos servidores da Corregedoria e dos cartórios eleitorais, além da divulgação e orientação referentes à ferramenta.

Após seis meses de uso, o estoque de processos em trâmite no PJeCor, vinculados à Corregedoria Regional, é constituído por feitos nas classes Inspeção e Pedido de Providências, totalizando vinte e cinco processos.

GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DE PROCESSOS NA CLASSE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

O financiamento público das campanhas reforça a necessidade de análise e julgamento céleres das prestações de contas eleitorais.

Nas Eleições 2020 concorreram em Rondônia 215 (duzentos e quinze) candidatos ao cargo de prefeito e 5491 (cinco mil, quatrocentos e noventa e um) ao cargo de vereador.

Essa quantidade, portanto, resultou em grande volume de processos de prestação de contas.

Além disso, em razão das medidas de prevenção à COVID-19, a entrega presencial de mídias com documentos das contas eleitorais dos candidatos não eleitos ficou suspensa de 2 de março a 17 de setembro de 2021, o que resultou na impossibilidade de análise e julgamento de considerável quantidade de processos.

Em levantamento realizado junto aos cartórios eleitorais, em 12 de agosto, foi colhida a informação de que havia um total de 3121 (três mil, cento e vinte e um) processos da classe de prestação de contas eleitorais pendentes de julgamento no 1º grau.

Desse estoque, 2255 (dois mil duzentos e cinquenta e cinco) aguardavam análise técnica.

Constatou-se a necessidade, portanto, de idealizar um grupo de apoio para realização de força tarefa, sob pena de não se lograr êxito no julgamento desses processos até o final de 2021.

O assunto então foi submetido ao Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição, para discussão e coleta de ideias para composição de plano de ação para reduzir o estoque processual, valendo-se de força de trabalho por meio remoto.

Como resultado, foi instituído um grupo de trabalho para análise e julgamento de processos de prestação de contas eleitorais referentes às Eleições 2020 das zonas eleitorais que possuíam estoque acima de cem processos pendentes de julgamento na classe Prestação de Contas Eleitorais.

Para composição do grupo foram expedidos o Provimento CRE/RO n. 3/2021 e a Portaria CRE/RO n. 30/2021.

O trabalho consistiu no compartilhamento de força de trabalho e experiência entre as zonas eleitorais, somando esforços para o julgamento de todas as prestações de contas das Eleições 2020 até dezembro.

Em 15 de dezembro, o estoque de processos na classe prestação de contas eleitorais, nas zonas eleitorais, havia baixado de 3121 (três mil, cento e vinte e um), quantidade verificada em agosto, para 496 (quatrocentos e noventa e seis).

Essa variação corresponde ao julgamento pelas zonas eleitorais de 2625 (dois mil, seiscentos e vinte e cinco) processos de prestação de contas eleitorais em quatro meses de trabalho, compreendidos de 12 de agosto a 15 de dezembro.

REPROCESSAMENTO DE DADOS DAS ELEIÇÕES 2018

Finalizados os trabalhos das eleições, a Justiça Eleitoral apresenta os resultados do pleito com a proclamação e diplomação dos eleitos.

Após essa etapa os escolhidos por meio do voto popular estão legitimados a tomar posse nos respectivos cargos.

Entretanto, há a possibilidade de cassação de registro ou de diploma em razão de ilícitos eleitorais, ocasião em que se faz necessário o reprocessamento dos votos, obtendo-se novo resultado e, por vezes, alterando a relação de eleitos.

Em 2021, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Apuradora do Tribunal, das Eleições 2018, foram realizadas duas cerimônias de reprocessamento dos votos referentes às Eleições 2018, ao cargo de deputado estadual.

Seguindo as normas de regência, as solenidades foram presididas pelo Corregedor Regional Eleitoral, e ocorreram em julho e setembro de 2021, havendo alteração da relação de eleitos nas duas ocasiões.

PROJETOS PARA 2022

REVISÃO DO MANUAL DE PRÁTICAS CARTORÁRIAS

Há necessidade de atualização das disposições do manual de Práticas Cartorárias, para adequação à tramitação dos processos eletrônicos, às disposições da Resolução TSE n. 23.659, de 26 de outubro de 2021 e Resolução TSE n. 23.656, de 7 de outubro de 2021.

REGULAMENTAR PRAZO DE TOLERÂNCIA PARA REALIZAÇÃO DE ATOS JUDICIAIS

A fim de cumprir a Diretriz Estratégica n. 1, da Corregedoria Nacional, é necessário realizar estudo para expedição de norma referente aos prazos para realização de atos judiciais

LIDERAR AS AÇÕES DE LOGÍSTICA REFERENTES AO FECHAMENTO DO CADASTRO ELEITORAL

Planejar e coordenar as atividades referentes à logística relacionadas ao “Fechamento do Cadastro”, entendido como o prazo final para a apresentação de requerimento de alistamento eleitoral para inscrição, revisão ou transferência eleitorais. O escopo é buscar conferir padrão mínimo de atendimento, melhorar o índice de satisfação do público externo (eleitores), aumentar a satisfação do público interno (servidores), reduzir o tempo de atendimento sem perder a qualidade da coleta de dados, minimizar as dificuldades do atendimento, indicar formas de ampliar o número de atendentes e viabilizar o treinamento de todos os atendentes

SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DE APURAÇÃO

O objetivo é garantir a transparência e registrar a lisura do processo eleitoral. Haverá padronização de rotinas para as cerimônias e requisitos para a efetivação das respectivas atividades, as quais são realizadas em parte pelas zonas eleitorais e, em eleições gerais, também pelo Tribunal.

VOTO DO PRESO PROVISÓRIO

Planejar e coordenar a criação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos prisionais e unidades de internação nas Eleições 2022, bem como monitorar seu funcionamento

CONCLUSÃO

A Corregedoria Regional de Rondônia, no cumprimento de sua missão institucional, cumpriu todas as suas funções ordinárias e, nesse mister desenvolveu planos de ação e atuou coordenando projetos que abrangeram todas as zonas eleitorais, além de formar parcerias com outras unidades do Regional.

O aprimoramento constante dos procedimentos referentes à administração do cadastro eleitoral e a supervisão da regularidade dos feitos e serviços eleitorais é meta constante desta unidade, de forma que prosseguiremos em 2021 somando esforços para o bom andamento dos serviços prestados ao eleitorado rondoniense.

Corregedoria Regional Eleitoral de Rondônia
Porto Velho, 15 de dezembro de 2021.

Desembargador **ALEXANDRE MIGUEL**
Corregedor Regional Eleitoral

Ações de Destaque da Gestão 2020/2021

Prestação Jurisdicional



No biênio 2020/2021 foram realizadas o total de 219 sessões: 188 ordinárias, 25 extraordinárias e 6 solenes.

Em cumprimento às diretrizes de transparência e publicidade, as sessões plenárias foram transmitidas ao vivo por meio do canal do TRE-RO no YouTube e disponibilizadas na página do Tribunal. Esta ação, buscou, ainda, atender as recomendações da Organização Mundial da Saúde para diminuir o avanço do contágio pelo novo corona vírus no país, bem como o disposto nas Portarias TRE-RO de nºs 1 e 2/2020.

Sem embargo do cenário de isolamento social e adoção do regime de trabalho remoto imposto pela pandemia, a Corte Eleitoral julgou os processos decorrentes do pleito municipal de 2020, bem assim, prolatou 635 acórdãos e 42 resoluções, dentre outras inúmeras decisões de caráter administrativo, com o objetivo de cumprir a missão institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO PROCESSUAL

Biênio 2020/2021

Estatística Geral

	Total de Processos Distribuídos	Total de Decisões Terminativas	Total de Processos Baixados	Total de Processos Pendentes
2020	452	459	634	244
2021	121	181	230	135
Total	573	640	864	*

*Esse dado não é somável.

Taxa de Congestionamento

TAXA DE CONGESTIONAMENTO

2020	28%
2021	37%

Aperfeiçoamento da Gestão Documental e da Memória Eleitoral

Gestão documental

O TRE-RO promoveu durante no biênio de 2020/2021 a eliminação de 2.935 documentos/processos da Secretaria do Tribunal e até o final do exercício ainda serão eliminados o total de 7.092 documentos/processos.

A eliminação de documentos e processos é indispensável e faz parte de iniciativas estratégicas do Tribunal, otimizando os espaços destinados aos arquivos e mantendo, na medida do possível, apenas aqueles de guarda permanente.



Eliminação sustentável

Os processos são triturados de maneira que não será possível identificar as informações dos documentos, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados, bem como as diretrizes de sustentabilidade e preservação ambiental, pois todo o material é destinado à reciclagem.

06

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

DECLARAÇÃO DA DIRETORA-GERAL



A Diretoria-Geral (DG) é unidade estratégica do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia que tem por finalidade ações de planejamento, supervisão, execução de serviços administrativos e atividades de apoio institucional, conduzindo suas ações a partir de diretrizes fixadas pela Presidência e pela Corte do Tribunal, além de incumbir-se de propor orientações, normas e programas a serem adotados no planejamento e na logística das eleições.

A coordenação e o monitoramento das atividades foram realizados pela Diretoria-Geral por meio da análise dos relatórios gerenciais das unidades e de frequentes reuniões com os gestores e gerentes de projetos, oportunidade em que foram discutidas as prioridades e intercorrências no curso do cumprimento das ações.

A execução das estratégias da gestão foi acompanhada diretamente pela Diretoria-Geral com apoio das Secretarias. Para tanto, foram realizadas reuniões com os gestores, representantes das unidades impactadas e com os gerentes dos projetos, oportunidade nas quais foram discutidas as dificuldades na execução e cumprimento dos prazos, bem como realizados os ajustes necessários à execução regular, superando as dificuldades advindas da pandemia.

Dentre as ações realizadas diretamente pela Diretoria-Geral no exercício 2021 destacam-se:

- Orientação e monitoramento diário e direto dos protocolos sanitários estabelecidos para evitar a disseminação do novo Coronavírus e o contágio de magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral em Rondônia, bem assim, aos eleitores e demais pessoas que necessitam dos serviços eleitorais, sem prejuízo do cumprimento das metas de produtividade;
- Orientação e monitoramento do cumprimento do plano de ação das unidades;
- Monitoramento da execução orçamentária e financeira do Tribunal;
- Acompanhamento da obra de reconstrução do telhado do edifício-sede do TRE-RO, em tempo recorde, em virtude de vendaval que acometeu o prédio no dia 29/10/2021; e
- Inspeção Administrativa nos processos administrativos da Secretaria do Tribunal;

Por fim, cabe pontuar que a gestão da Diretoria-Geral sobre o planejamento e a execução das atividades deste Tribunal garantiu satisfatoriamente a realização das estratégias do Regional, voltadas ao alcance dos macrodesafios institucionais.

Lia Maria Araújo Lopes

Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Gestão Administrativa, Orçamentária, Financeira e Contábil

Cuida-se de capítulo que trata da relação de políticas e programas de governo/ações orçamentárias, bem como de programas do Plano Plurianual, de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, com seus respectivos objetivos e metas.

Perfil do gasto do Tribunal: evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função e/ou unidade orçamentária (empenhada, liquidada e paga); detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa; execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações:



Perfil do gasto: O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é um órgão que, em razão de sua natureza jurisdicional, concentra seus gastos com mão de obra e manutenção de sua estrutura administrativa, tendo em vista a **prestação de serviços à sociedade**, com destaque para a **administração do processo eleitoral** nos 52 municípios que compõem o Estado de Rondônia.

Assim, a parte mais significativa dos seus gastos concentram-se em despesas com pessoal e encargos sociais, representando a mão de obra necessária ao fornecimento de seu principal produto. Outros custeios e investimentos apresentam-se de forma discreta em relação ao total do gasto, como se verifica no gráfico ao lado.

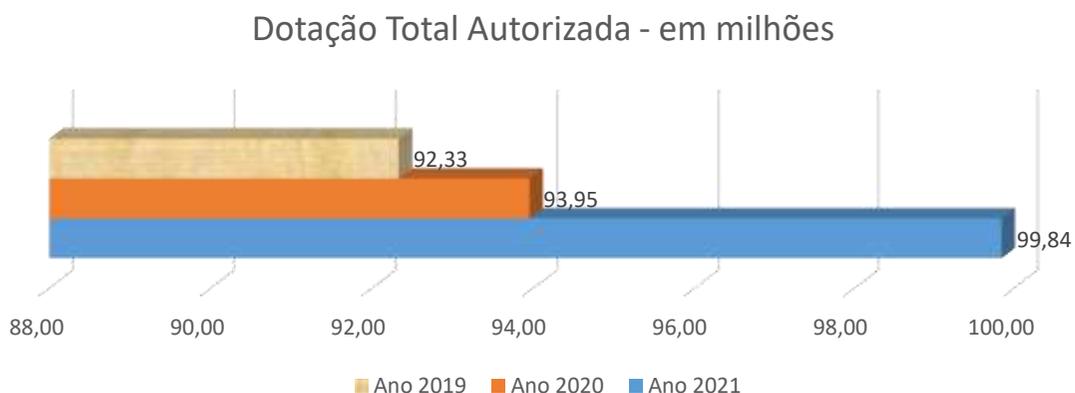
Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função e/ou unidade orçamentária (empenhada, liquidada e paga):

A **Lei Orçamentária Anual, Lei nº 14.144/2021**, dedicou ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia TRE-RO o montante de **R\$ 93,27 milhões** destinados a manutenção de sua estrutura administrativa e jurisdicional.

Após o cotejo entre cancelamentos e suplementações orçamentárias mediante redistribuição de dotações no âmbito da Justiça Eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, com o fito de otimizar a execução orçamentária dos órgãos dessa Justiça Especializada, o TRE-RO finalizou 2021 com um montante **autorizado de R\$ 99,84 milhões**.

Desse total, **R\$ 99,36 milhões** foram **empenhados** e **R\$ 91,91 milhões** foram **pagos** no exercício 2021.

Evolução das disponibilidades orçamentárias da unidade orçamentária do TRE-RO nos três últimos exercícios, considerando-se apenas os créditos consignados diretamente a este Tribunal nas leis de orçamentos anuais.



Empenhadas

2021

R\$ 99,36 milhões

2020

R\$ 91,85 milhões

2019

R\$ 91,92 milhões

Liquidadas

2021

R\$ 92,13 milhões

2020

R\$ 90,23 milhões

2019

R\$ 88,10 milhões

Pagas

2021

R\$ 91,91 milhões

2020

R\$ 89,94 milhões

2019

R\$ 87,89 milhões

O Tribunal apresenta uma média anual de **99%** de despesas **empenhadas**, representando uma **perda orçamentária** média de apenas **1,%** nos últimos três exercícios.

Quanto as despesas **liquidadas** e **pagas**, verifica-se nos últimos três exercícios uma média de execução de **95,5%** frente as despesas empenhadas.

Com isso, o índice de **inscrição de despesas em restos a pagar** apresenta uma média de apenas **4,5%** nesse período.

Esse desempenho é alavancado pela execução das despesas com pessoal, benefícios e encargos sociais (**gastos com pessoal**) cujo pagamento é, em regra, realizado integralmente no exercício.

Assim, costuma-se transferir para exercícios futuros a execução de despesas com **outros custeios**, como as faturas de serviços de dezembro, além de outras não adimplidas pelas empresas contratadas.

Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações



No Plano Plurianual da União (PPA 2020-2023) é de responsabilidade do TRE-RO apenas a execução de ações em programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e de Operações Especiais.

A partir do PPA 2020-2023 a totalidade dos recursos executados por este Regional passou a concentrar-se no programa de trabalho nº 0033 - **Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**, englobando ações orçamentárias destinadas a gestão da atuação jurisdicional do Poder Judiciário Federal.

Execução por Ação Orçamentária e por Unidade Orçamentária (14122) - 2021

R\$ 1,00

Ação Orçamentária	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Ampliação de Cartório Eleitoral em Espigão D'Oeste (15W9)	1.266.000	1.242.566	0	0
Ampliação de Cartório Eleitoral em O.Preto D'Oeste (15WA)	990.000	958.773	0	0
Aposentadorias e Pensões (0181)	9.339.712	9.228.893	9.225.993	9.225.993
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores (2004)	1.793.685	1.793.685	1.747.945	1.747.945
Ativos Civis da União (20TP)	53.823.986	53.821.786	52.656.693	52.435.054
Benefícios Obrigatórios aos Servidores (212B)	3.259.155	3.156.697	3.154.497	3.154.497
Contribuição da União ao Regime de Previdência (09HB)	9.378.074	9.190.091	9.186.091	9.186.091
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa (20GP)	19.991.504	19.972.041	16.161.455	16.161.455
Total	99.842.116	99.364.532	92.132.674	91.911.035

As **despesas de caráter obrigatório** com pessoal, benefícios e encargos sociais totalizaram o montante de **R\$ 77,59 milhões**, representado pelas ações orçamentárias 0181, 09HB, 2004, 20TP e 212B, não havendo acréscimos significativos em relação aos dois últimos exercícios face a política de controle de gastos com pessoal implantada na Justiça Eleitoral em razão do Teto de Gastos.

No exercício 2021 a alocação de **despesas de caráter discricionário** deu-se na ação orçamentária 20GP, onde são consignados recursos destinados a manutenção da infraestrutura imobiliária e de tecnologia da informação, assim como os necessários a operação dos serviços administrativos, não havendo também variação significativa entre os montantes executados nos dois últimos exercício nessa ação orçamentária devido a política de adequação das despesas ao Teto de Gastos da Emenda Constitucional nº 95. Houve ainda a disponibilização de dotações para **ampliações** de dois **cartórios eleitorais**, ações orçamentárias 15WA e 15W9.

PLEITOS ELEITORAIS

Os recursos destinados a realização de eleições são consignados anualmente pela lei de orçamento ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que descentraliza aos Tribunais Regionais os valores necessários para despesas em sua jurisdição.

Por tratar-se de **ano pré-eleitoral**, houve descentralização apenas de dotações destinadas a **manutenção preventiva de urnas** eletrônicas (R\$ 178.378,72) e pagamento de passivo de **serviço extraordinário das Eleições 2020** (R\$ 300,44).

GESTÃO FINANCEIRA

Com a edição da **Emenda Constitucional nº 95** passou a vigorar o **Novo Regime Fiscal** para a Administração Pública Federal, com a imposição de um limite de gastos anual, que, no âmbito da Justiça Eleitoral, é distribuído aos Tribunais Regionais anualmente pelo TSE.

Em 2021 restou delimitado ao TRE-RO um **limite total de R\$ 94,29 milhões**, conforme Portaria TSE nº 823/2021, cuja execução segue demonstrada a seguir, onde verifica-se **rigoroso respeito ao teto de gastos** no exercício 2021.

Registra-se que nos valores pagos foram excluídas as despesas não passíveis de observância ao teto de gastos e incluídos os restos a pagar de exercícios anteriores pagos em 2021.

TRE-RO	Limite de Pagamentos	Valores Pagos
Despesas Obrigatórias (Pessoal e Benefícios)	71.773.846	67.431.793
Despesas Discricionárias (Custeios, Investimentos, Obras e Inversões Financeiras)	22.518.221	17.994.968
TOTAL	94.292.067	85.426.761

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

As despesas por grupo e elemento de despesa estão assim demonstradas:

Grupo de Despesas	Despesas Pagas por Grupo de Despesa (2021 x 2020)						Variação RS	Variação %	
	2021			2020					em R\$ 1,00
	Pagas do Exercício	Restos a Pagar	Total	Pagas do Exercício	Restos a Pagar	Total			
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = c-f	(h) = g/f		
Pessoal e Encargos Sociais	70.847.439	1.162.229	72.009.668	71.081.699	730.770	71.812.469	197.199	0,27	
Outras Despesas Correntes	20.519.645	1.315.955	21.835.600	22.453.289	1.026.125	23.479.414	-1.643.814	-7,00	
Investimentos	708.906	856.188	1.565.094	2.408.321	1.043.785	3.452.106	-1.887.012	-54,66	
Total	92.075.989	3.334.373	95.410.362	95.943.309	2.800.680	98.743.989	-3.333.627	-3,38	

Pessoal e Encargos Sociais – aloca as despesas com remuneração de servidores, promotores e juízes eleitorais, bem como dos encargos sociais aos respectivos regimes de previdência.

Outras Despesas Correntes – aloca despesas com manutenção da infraestrutura administrativa, bem como as necessárias à operação dos serviços administrativos e de tecnologia da informação.

Investimentos – grupo de despesas onde são registrados os gastos com aquisição de bens móveis, equipamentos, instalações e softwares, dentre outros bens de capital.

Variação da despesa paga 2021 x 2020



Despesas Pagas 2021 por Elemento de Despesa					
Pessoal e Encargos Sociais		Outras Despesas Correntes		Investimentos	
	Valor Pago		Valor Pago		Valor Pago
11 - Vencimentos e vantagens fixas	51.768.118	39 - Outros serviços terceiros PJ	9.896.983	51 - Obras e instalações	903.574
13 - Obrigações patronais	9.224.958	37 - Locação de mão de obra	5.340.276	52 – Equipamentos e mat. permanentes	651.520
01 - Aposentadorias RPPS	7.766.099	40 – Serviços de TIC – PJ	3.433.134	-	-
Demais Elementos	3.250.493	Demais Elementos	4.165.207	Demais Elementos	0
Total	72.009.668	Total	21.835.600	Total	1.565.094

A variação de **3,38%** sobre o **total da despesa paga** não é significativa entre um e outro exercício, justificada pelo fato de o exercício financeiro de 2020 ter sido onerado pelas despesas alusivas às Eleições 2020, impactando principalmente as despesas com outras despesas correntes, onde são alocadas despesas com diárias, passagens, contratações de serviços e aquisição de materiais de consumo, cuja demanda aumenta em razão do pleito eleitoral.

Nos **investimentos** verifica-se variação negativa de 54,66% entre 2021 e 2020, tendo em vista que no ano de 2020 houve forte investimento com infraestrutura de tecnologia da informação.

Em **pessoal e encargos sociais** não há variação significativa entre um e outro exercício.

Desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

A proposta orçamentária para o exercício 2021 foi finalizada com a previsão de execução de um montante de R\$ 93,27 milhões.

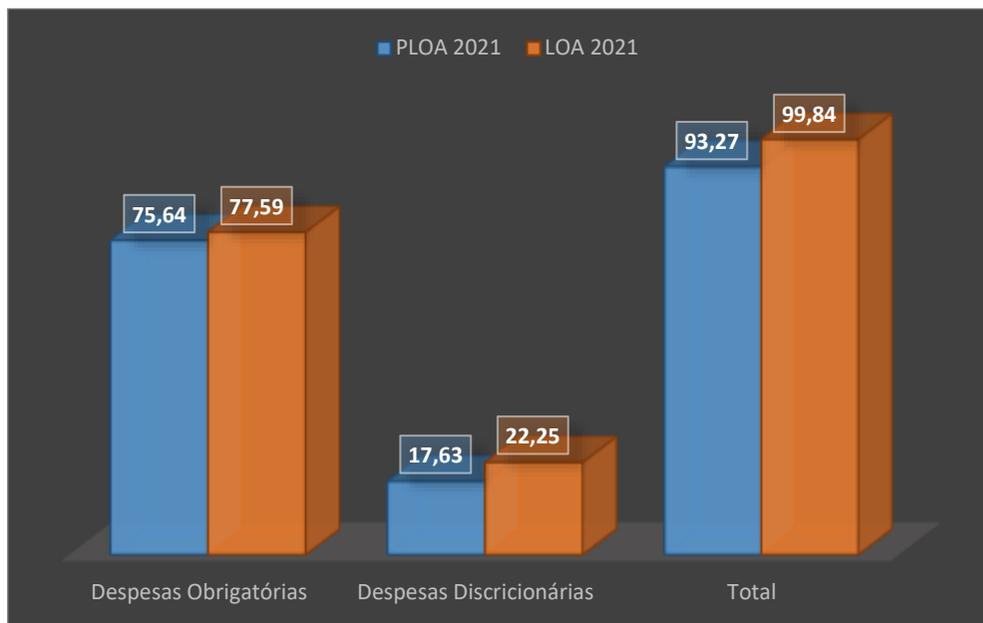
Cuidava-se de valor inferior ao necessário para custeio das despesas inicialmente previstas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Contudo, em razão do cenário de restrição fiscal a previsão de despesas teve de ser ajustada ao limite orçamentário informado pelo TSE com base em valores advindos da Secretaria de Orçamento Federal que estima os valores do orçamento vindouro com base em critério legais.

Entretanto, no decorrer do exercício 2021 houve a oportunidade de suplementação orçamentária tanto nas despesas discricionárias quanto nas obrigatórias.

Trata-se de tendência observada nos últimos exercícios, apesar dos esforços envidados para restrição de gastos no âmbito deste TRE-RO.

Despesa Orçada x Despesa Autorizada 2021 (R\$ milhões)



Explicações sobre variações do resultado, com uma reflexão justa e compreensível sobre o desempenho financeiro, consistente com as demonstrações financeiras subjacentes



O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia encerrou o exercício 2021 com um resultado patrimonial superavitário em R\$ 22,24 milhões, representado pelo cotejo das variações patrimoniais positivas e negativas durante o exercício, evidenciadas no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Esse resultado é representado principalmente pelo impacto nas variações patrimoniais aumentativas em decorrência do acréscimo por reavaliação de ativos em virtude de ajustes nas contas bens imóveis do Ativo Imobilizado em atendimento a diretrizes de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Principais Desafios e Ações Futuras

Desafios

- Com o novo Regime Fiscal imposto pela Emenda Constitucional 95/2016, o maior desafio da Administração continua a ser adequar suas despesas aos limites de pagamentos (Teto de Gastos), sem comprometer a qualidade dos serviços prestados;
- Manter em bom funcionamento as instalações do Tribunal e seus Cartórios Eleitorais frente ao cenário de incertezas econômicas e fiscais que se desenha em virtude dos efeitos da Pandemia de COVID-19.

Ações

- Otimização da execução orçamentária através de acompanhamento e avaliação contínua da execução, com remanejamento de eventuais sobras a despesas que garantam a melhoria da infraestrutura do Tribunal;
- Garantir dotações orçamentárias destinadas à melhoria contínua da infraestrutura imobiliária e de tecnologia da informação e comunicação através das fases de alterações orçamentárias promovidas no âmbito da Justiça Eleitoral.

Demais tópicos da Gestão Orçamentária

Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

As penalidades pecuniárias aplicadas pela Justiça Eleitoral são revertidas diretamente ao Fundo Partidário ou ao Tesouro Nacional quando do seu recolhimento, não havendo, portanto, possibilidade de gestão dos valores arrecadados, pelos Tribunais Eleitorais.

Gestão de fundos e de programas

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não é responsável legal pela gestão direta de fundos ou programas.

Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial

Não houve registros de indenizações administrativas ou judiciais pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no exercício 2021.

Renúncia de receitas

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não teve autorização para arrecadação de receitas no exercício 2021, não havendo, com isso, possibilidade de adoção de medidas que importem em renúncia de receitas.

Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais

Durante o exercício 2021 o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não administrou depósitos de terceiros de natureza judicial ou extrajudicial.

Gestão de precatórios

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não promoveu gestão de precatórios no exercício 2021.



Com o propósito de informar as principais ações, a utilização de recursos e resultados obtidos no exercício de 2021 por esta Coordenadoria, seguem os dados coletados:

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Indicadores gerais

Foram promovidas 41 (quarenta e uma) ações de capacitação e desenvolvimento por parte da COEDE, atingindo-se o total de 3.628 inscrições para um público de 214 servidores capacitados, entre servidores ativos, requisitados e cedidos, formando uma média de 17 capacitações por servidor.

Essas atividades foram contempladas por meio de cursos, palestras, seminários, jornadas e congressos, conforme as demandas obrigatórias impostas por normativos internos e dos órgãos superiores e atividades que versam sobre temas transversais, importantes para o atingimento das metas do Poder Judiciário.

O orçamento utilizado, que inicialmente era de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais) foi reduzido a R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais) devido aos impactos provocados pela pandemia na organização de atividades presenciais. Ainda assim, diversas ações foram implementadas sem o dispêndio de recursos orçamentários, possibilitando a máxima oferta de oportunidades de desenvolvimento a todos os servidores.

Desenvolvimento Gerencial

Foram oferecidas aos servidores 15 ações gerenciais, que foram aproveitadas por gestores de diversos níveis, somando-se um total de 171 servidores comissionados capacitados em alguma ação gerencial, conforme tabela a seguir:

NÍVEL DE COMISSONAMENTO	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS
CJ4	1
CJ3	4
CJ2	16
CJ1	8
FC-6	82
FC-5	9
FC-3	11
FC-2	2
FC-1	38

Programa de Desenvolvimento de Líderes

O programa foi instituído em 2021 com o intuito de formar os atuais gestores e preparar líderes para uma eventual sucessão, conforme preconiza o modelo de governança do TCU.

Fundamentado no conceito de mentoria, o desenvolvimento dos servidores inscritos consiste na participação em cursos, realização de leituras, apreensão de conhecimentos por meio de vídeos, pesquisas e elaboração de treinamentos, além da experimentação de gestão.

Foram selecionados, conforme os critérios estabelecidos, 12 aprendizes com seus respectivos mentores, separados em quatro níveis de aprendizagem.

O programa tem duração de dois anos, prevendo-se o encerramento para o mês de abril de 2023.

Eventos especiais

A realização de eventos com a abordagem de temas transversais deu-se por iniciativa do TRE-RO e também na participação de ações promovidas pela ECOLIGA de Rondônia, sendo eles:

Ação 1: Semana da Diversidade

- Realizada no mês de março de 2021, contou com a participação dos dez órgãos que compõem a ECOLIGA. A ação foi idealizada pelo TRE-RO e contou com a participação de palestrantes e facilitadores do TRT da 14ª Região, Tribunal de Justiça de Rondônia, Defensoria Pública do Estado de Rondônia, Universidade Federal de Rondônia, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, além de palestrante da UnB – Universidade de Brasília. O evento contou com 473 visualizações no Youtube, nos dias de sua realização.

Ação 2: Seminário de Sustentabilidade da ECOLIGA

- O seminário foi idealizado coletivamente e consta do Planejamento Estratégico da ECOLIGA de Rondônia, que é um acordo de cooperação celebrado entre diversos órgãos públicos que atuam em nossa região. Para esse evento o TRE-RO contratou a palestrante Lala Deheizelin, que abordou o tema "O que podemos fazer agora para futuros sustentáveis". O evento contou com a participação de 143 servidores dos órgãos partícipes, sendo 11 deste regional.

Ação 3: Semana de Gestão de Pessoas

- A semana de gestão de pessoas foi realizada no período de 26 a 30 de abril, com facilitadores internos e externos e teve como finalidade estabelecer maior integração entre servidores e despertar a prática de valores compatíveis com os valores institucionais do Tribunal. Temas abordados:
 - Mapeamento de competências comportamentais dos cartórios eleitorais
 - Acolhimento da Pessoa com Deficiência
 - Paternidade responsável
 - Oficina sobre processos de requisição de servidores
 - Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho

Ação 4: Comunicathon

- O evento comunicathon foi elaborado com a finalidade de aprimorar a comunicação interna na Justiça Eleitoral de Rondônia e consistiu na realização de uma jornada de palestras e oficinas sobre esse tema, contando com a participação de 130 inscritos nos diversos encontros.

Ação 5: Conexão 21 Especial

- Ação de integração formada por diversas palestras com abordagens de temas transversais, sendo eles:
 - Atendimento às pessoas vítimas de violência doméstica
 - Ética no Serviços Público
 - Técnica de Relaxamento e cuidados (dia mundial da saúde)
 - Atendimento à pessoa não Binária
 - Auto Gestão: a importância do relacionamento de trabalho

ESTAGIÁRIOS

O programa de estágio investiu R\$ 84.003,17 (oitenta e quatro mil e três reais e dezessete centavos) na educação de alunos de ensino médio e acadêmicos de diversas áreas. Entretanto, com a necessidade de distanciamento social, a quantidade de estagiários ativos foi reduzida em 50% durante o exercício.

Para o ano de 2022 estima-se a inserção de novos estagiários até que se atinja o patamar anterior.

COMPETÊNCIAS E DESEMPENHO

Gestão por competências

Em 2021 foi concluído o mapeamento de competências comportamentais das unidades e servidores, em um levantamento que se mostrou relevante para a verificação da correta alocação de pessoal de acordo com seus perfis.

Os dados obtidos auxiliam gestores e servidores a identificarem o local de trabalho mais adequado, considerando-se um conjunto de dados que vai além das competências técnicas e das atividades previstas nos normativos internos.

O mapeamento de competências comportamentais também é útil para subsidiar os processos seletivos internos.

Processos seletivos internos

No exercício foram promovidos quatro processos seletivos internos, para o comissionamento de assistentes nas unidades ASEPA – Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (2), COPES – Coordenadoria de Pessoal (1) e COEDE – Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (1).

Avaliações de desempenho

O procedimento de avaliação de servidores sofreu alteração, contando com a implementação de plano de desenvolvimento individual, a ser preenchido pelo gestor do servidor avaliado. Essa alteração visa promover maior interesse e ação no desenvolvimento do servidor, de forma a direcionar a busca por crescimento e desenvolvimento.

Foi regulamentada, por meio da Instrução Normativa nº 5/2021, a Política de Avaliação de Desempenho dos servidores lotados na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC.

Clima organizacional

A Comissão para elaboração de plano de melhoria de clima organizacional atuou conjuntamente com a COEDE para a contratação de sistema informatizado que permite a realização de pesquisas continuadas de clima. Dessa maneira, a partir de 2021, os diagnósticos sobre o clima organizacional passaram a ser feitos por meio de questionários curtos e de temas pontuais, capazes de medir a evolução da percepção das ações implementadas e ocorrências.

A redução entre o tempo de diagnóstico e respostas é vital para o sucesso das pesquisas de clima e melhoria das ações de gestão.

SAÚDE

Execução orçamentária da área de saúde

A necessidade de reformas no prédio da Secretaria do TRE-RO, bem como os problemas gerados pela pandemia, fez os serviços odontológicos serem suspensos. Dessa maneira, as despesas para compras de materiais de consumo odontológico e serviços de manutenção dos equipamentos, previstas no orçamento, não foram realizadas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Compras de medicamentos	8.080,60
Contratação de serviço	3.980,00
Vacinação contra gripe	77.550,00
Plano de saúde	4.975.077,43

Como ação preventiva rotineira, a Seção de Assistência Médica e Social – SAMES, realizou a aplicação de 517 doses de Vacina Influenza Quadrivalente, em servidores, magistrados, estagiários, terceirizados e dependentes.

Ações de conscientização

A SAMES realizou eventos de conscientização sobre a necessidade de cuidados com a saúde física e mental, sendo esses:

- Comemoração do dia mundial de saúde (evento virtual com a Fisioterapeuta Denise Teodoro)
- Dia do desafio (em referência a 27ª edição da campanha mundial de incentivo a prática de atividades físicas (evento virtual com a fisioterapeuta Ruth Clea Mesquita)
- Campanha para a conscientização da importância da vacina contra Covid-19 e orientação sobre o plano de imunização
- Campanha sobre a saúde da mulher (Informativos digitais)
- Campanha sobre doação de sangue
- Campanha sobre cuidados após vacinação contra Covid -19(informativos digitais)
- Campanha contra pneumonia
- Campanha de saúde bucal
- Campanha setembro amarelo
- Campanha para divulgação dos protocolos de prevenção à Covid-19
- Campanha de conscientização do protocolo para o retorno ao trabalho presencial no TRE-RO
- Campanha de vacinação da Gripe
- Campanha de Prevenção ao câncer de Mama e Saúde da Mulher

Além dessas ações, o serviço médico estimou que foram realizados aproximadamente 700 atendimentos, entre consultas e procedimentos, para os servidores.

Os exames periódicos de servidores foram reduzidos ao número de 75, atendendo-se os casos em que a SAMES identificou maior necessidade de prevenção.

Em 2021 a SAMES registrou 230 afastamentos, que juntos somaram 1165 dias. O quadro a seguir apresenta a evolução dos afastamentos no período de 2019 a 2021.

Ano	Qt. Licenças	Total em dias	Média de dias de afastamento
2019	370	1775	4,79
2020	265	1903	7,18
2021	230	1165	5,06

INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO FIRMADOS E DE QUE FORMA SÃO INTEGRADOS NO VALOR GERADO PELA UNIDADE-COMAP



GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

A Gestão de Licitações e Contratos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia está vinculada ao cumprimento das disposições da Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal 10.520/2002 (Lei do Pregão).

Os procedimentos de licitações e contratações são carreados em processos eletrônicos e em estrita observância a regulamentação interna pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, atualmente em fase de revisão de seu texto para adequação aos termos da nova lei de licitações Lei n. 14.133/2021 (NLLCA), que veio para substituir a antiga Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), bem como a Lei do Pregão.

Embora a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos já esteja em vigor, consta no art. 193, inciso II, estabelecido o prazo de dois anos de transição até que aqueles outros regimes jurídicos sejam definitivamente revogados.

Assim, este órgão utilizou no ano de 2021, em seus processos de licitações e contratação direta as duas normas mais antiga.

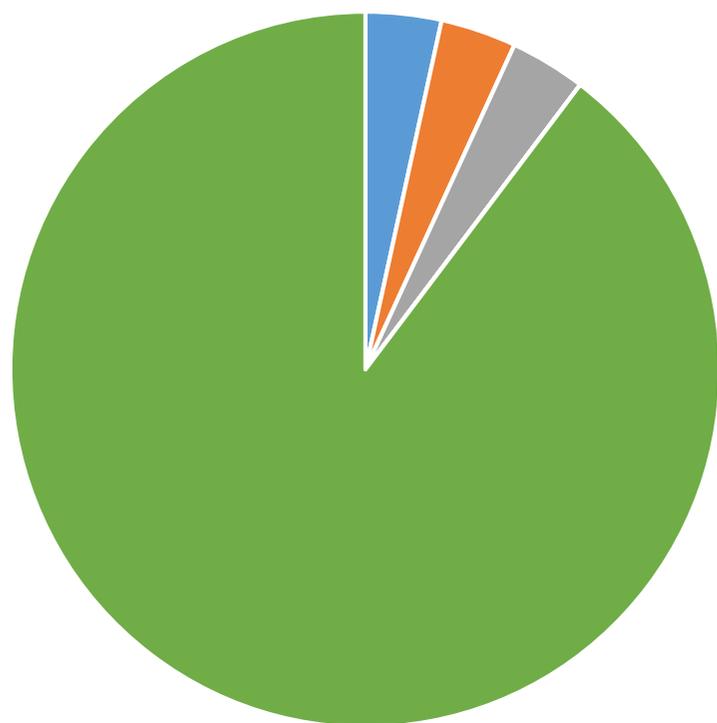
As empresas classificadas como microempresas e empresas de pequeno porte são beneficiadas pela Lei Complementar LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e regulamentada pelo Decreto Federal 8.538/2015.

Em cumprimento às diretrizes dos órgãos superiores de controle, Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Tribunal de Contas da União – TCU, este Tribunal passará a adotar como regra em TODOS os processos de contratação um formulário inicial denominado de INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO, para publicação no PORTAL DA TRANSPARÊNCIA deste Tribunal, desde que não seja sigiloso o objeto da contratação, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215, de 16/09/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 – Plenário, observando-se os parâmetros definidos pela Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020.

Licitações e Contratos

Informações gerais referentes às licitações realizadas, aos contratos celebrados, finalidade, valores, modalidade de licitação, e bens patrimoniais.

Licitações realizadas em 2021



- Convite
- Concorrência
- Tomada de Preços
- Concurso
- Leilão
- Pregão Eletrônico

Convite	1
Concorrência	1
Tomada de Preços	1
Concurso	0
Leilão	0
Pregão Eletrônico	26

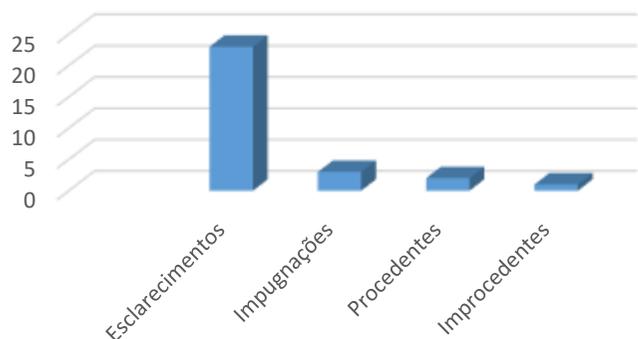
Licitações desertas e fracassadas:

Desertas: 03

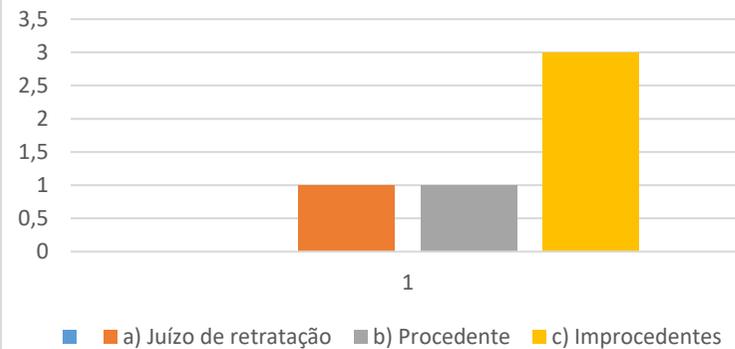
Fracassadas: 05

O percentual de 27,5% de licitações desertas/fracassadas pode indicar a necessidade de capacitação/atualização dos elaboradores de Projetos Básico e Termos de Referências e demais agentes que atuam na etapa de planejamento da licitação. Sugere-se a capacitação por instrutoria interna, a fim de nivelar e uniformizar os entendimentos das unidades que atuam na tramitação dos PBs/TRs.

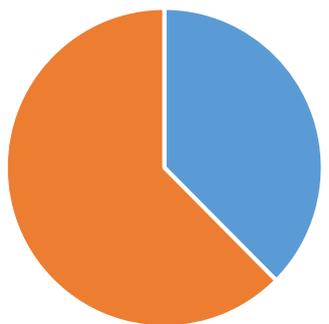
Pedidos de esclarecimento e impugnações ao edital



Recursos em licitação

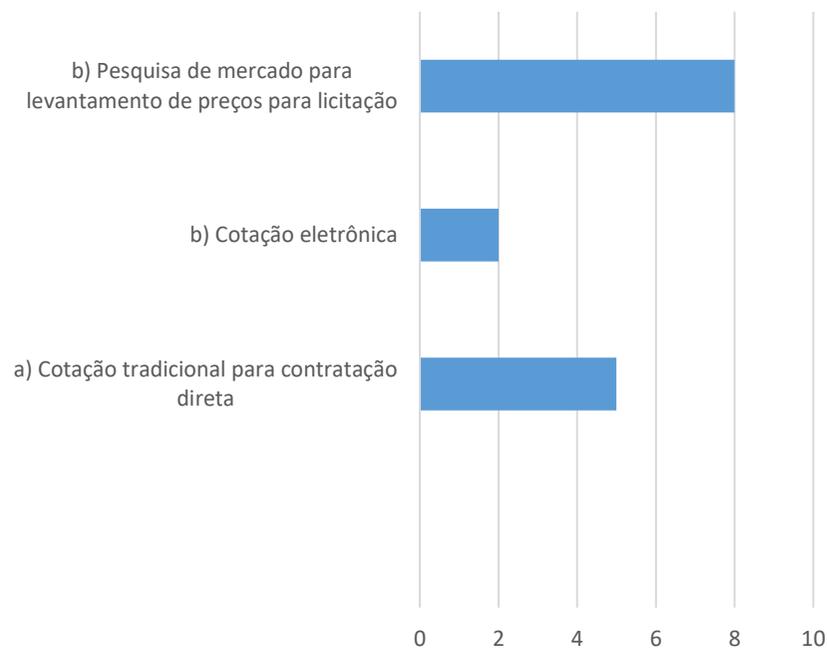


desertas e fracassadas

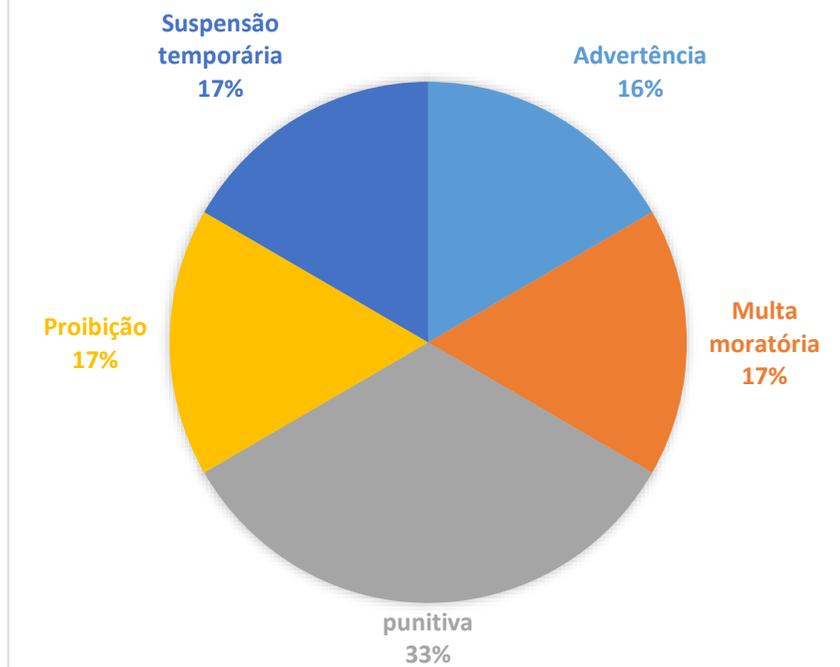


■ a) Desertas ■ b) Fracassadas

Cotações de preços realizadas em 2021



I –PENALIDADES APLICADAS EM 2021:



Penalidades aplicadas em 2021:

Advertência:	01
Multa moratória:	01
Multa punitiva:	02
Proibição:	01
Suspensão temporária:	01

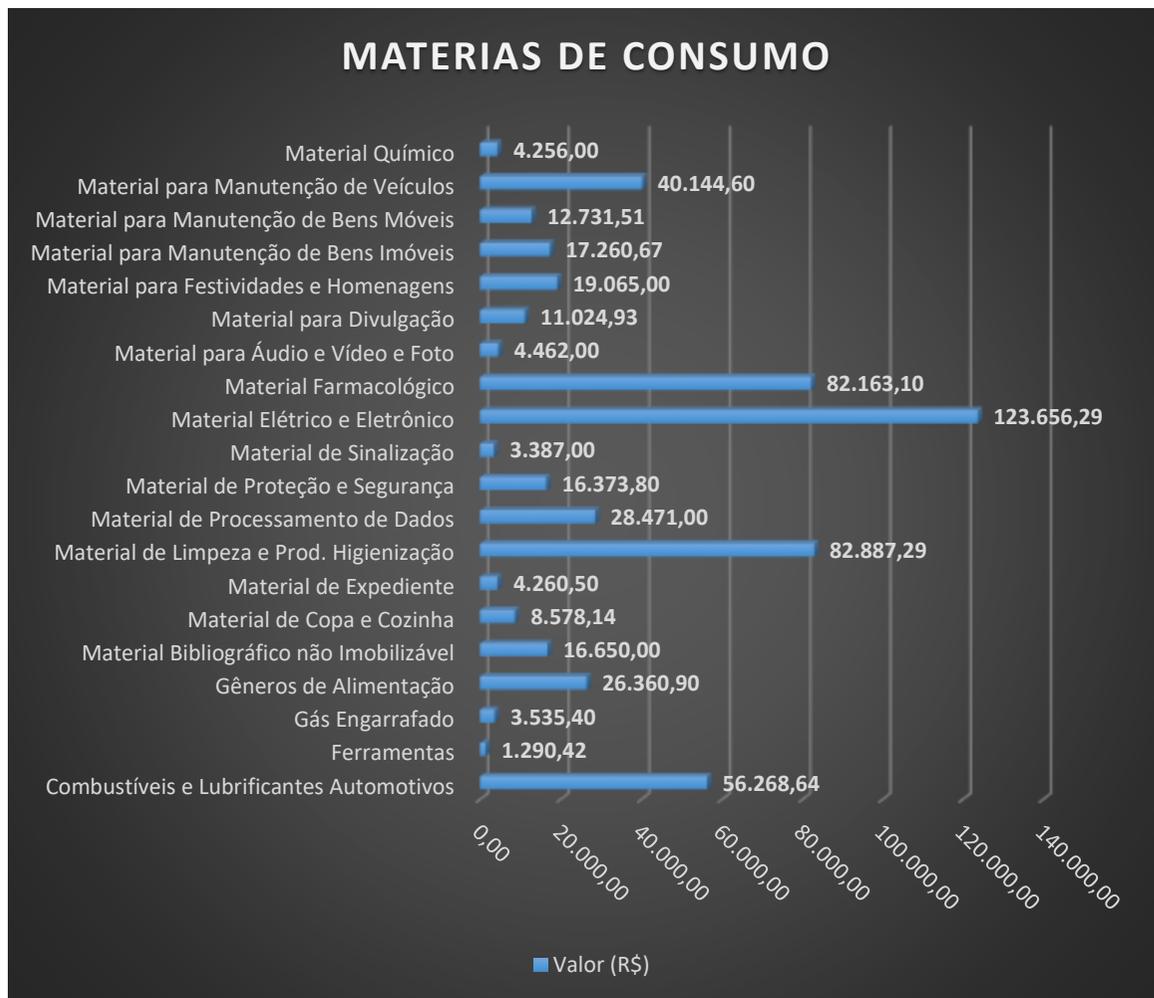
APLICAÇÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL.

Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização. Quantidade de penalidades aplicadas em decorrência da inexecução contratual registradas na plataforma de compras do governo federal para consulta de fornecedores no SICAF.

A aplicação da penalidade ocorre somente após o regular processo de apuração da responsabilidade, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

TIPOS DE CONTRATAÇÃO E FINALIDADE

Aquisição orçamentária de material consumo com Registro no sistema patrimonial – ASIWEB – e conformidade com a movimentação analítica da execução financeira.



Conta	Valor (R\$)
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	56.268,64
Ferramentas	1.290,42
Gás Engarrafado	3.535,40
Gêneros de Alimentação	26.360,90
Material Bibliográfico não Imobilizável	16.650,00
Material de Copa e Cozinha	8.578,14
Material de Expediente	4.260,50
Material de Limpeza e Prod. Higienização	82.887,29
Material de Processamento de Dados	28.471,00
Material de Proteção e Segurança	16.373,80
Material de Sinalização	3.387,00
Material Elétrico e Eletrônico	123.656,29
Material Farmacológico	82.163,10
Material para Áudio e Vídeo e Foto	4.462,00
Material para Divulgação	11.024,93
Material para Festividades e Homenagens	19.065,00
Material para Manutenção de Bens Imóveis	17.260,67
Material para Manutenção de Bens Móveis	12.731,51
Material para Manutenção de Veículos	40.144,60
Material Químico	4.256,00
Total	562.827,19



Saída de materiais de consumo

Conta	Valor (R\$)
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	620,32
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	56.268,64
Ferramentas	1.371,63
Gás Engarrafado	3.535,40
Generos de Alimentação	30.860,14
*Material de Consumo Estoque Interno para Distribuir	5.783,31
Material Bibliográfico não Imobilizável	16.650,00
Material de Acondicionamento e Embalagem	198,20
Material de Copa e Cozinha	1.656,07
Material de Expediente	26.241,66
Material de Limpeza e Prod. Higienização	76.406,87
Material de Processamento de Dados	62.886,80
Material de Proteção e Segurança	24.495,48
Material de Sinalização	3.387,00
Material Elétrico e Eletrônico	158.221,11
Material Farmacológico	82.163,10
Material para Áudio e Vídeo e Foto	5.105,90
Material para Divulgação	11.606,32
Material para Festividades e Homenagens	19.065,00
Material para Manutenção de Bens Imóveis	18.933,12
Material para Manutenção de Bens Móveis	12.731,51
Material para Manutenção de Veículos	40.144,60
Material para Utilização em Gráfica	17,11
Material Químico	1.565,52
Total	659.914,81



Saída de materiais de consumo

*Álcool em gel, álcool líquido, etiqueta para piso, máscara de proteção descartável e posteres que foram doados pelo TSE para utilização nas Eleições 2020.

Investimento em Bens Permanentes – Equipamentos e Mobiliário:

Conta/Material	Valor -R\$
Escadas	1.800,00
Impressoras	168.522,08
Câmaras Fotográficas	50.560,34
Tripé p/Câmara Fotográfica	895,00
Persianas	41.345,70
Cadeiras/poltronas	78.868,85
Gaveteiros	25.920,00
Armários	44.644,90
Mesas	196.549,40
Caixa Acústica	10.028,40
Total	619.137,67

Investimento em material permanente e consumo

Contratações - bens patrimoniais - TIC	R\$ 168.522,08
Locação de equipamentos	R\$ 17.600,00
Locação de Imóvel	R\$ 186.122,08
material permanente	R\$ 625.451,62
material de consumo/combate à COVID	R\$ 562.827,19

Livros

Conta/Material	Valor-R\$
Obras Literárias	6.313,95
Total	6.313,95

INSTRUMENTOS CONTRATUAIS E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS REGISTRADOS EM 2021:

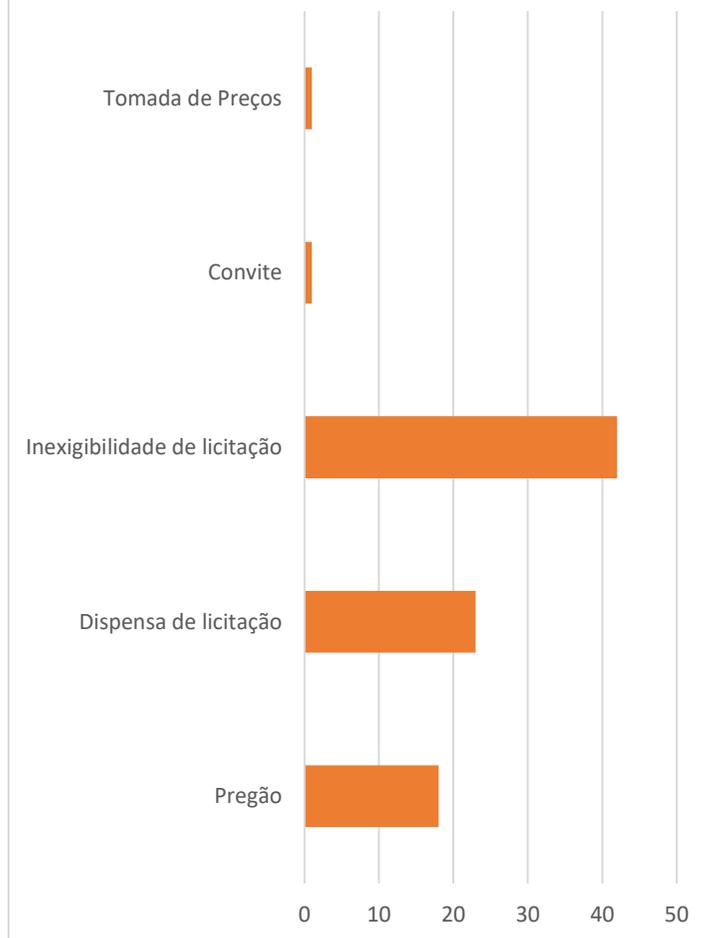
1. Acordos de cooperação técnica: 04
2. Apostilas: 15
3. Atas de registro de preços - ARP: 44
4. Cartas-contrato: 30
5. Contratos: 08
6. Convênios: 01
7. Minutas: 126
8. Notas de Empenho em substituição ao contrato (Art. 62 da Lei 8.666/93): 81
9. Ordem de Execução de Serviços – OES (em substituição ao contrato): 01
10. Termos aditivos: 41
11. Termo de Adesão do TRE-RO ao Termo de Cooperação Técnica n. 015/2019/CNJ e SERASA S.A.: 01



A Seção de Contratos – SECONT registrou no Sistema de Acompanhamento e Controle de Contratos desta Justiça Eleitoral – SIAC os instrumentos contratuais lavrados em 2021, e efetuou as publicações dos seus extratos no Diário da Justiça Eletrônico, e, dependendo do valor da contratação, publicou também no Diário Oficial da União.

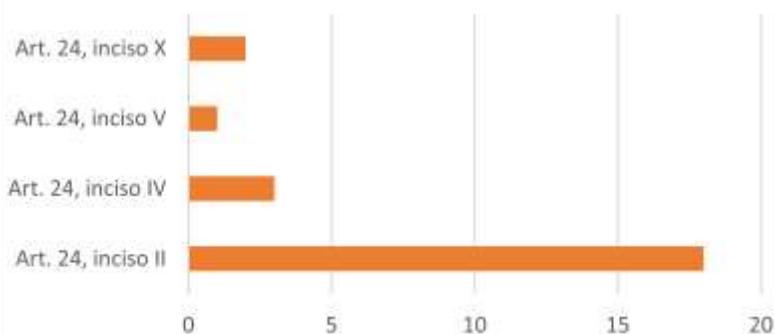
O inteiro teor das contratações realizadas pode ser consultado no Portal da Transparência deste Tribunal, endereço eletrônico <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes>.

Análises de Processos de contratação pela COMAP

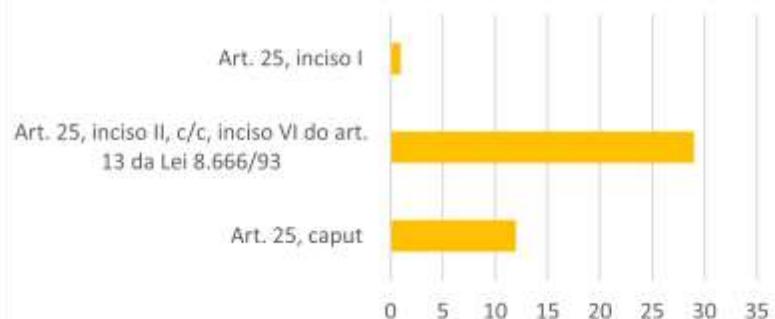


Análises de Processos de contratação pela COMAP	Quantidade	valor licitado / contratado
Pregão Eletrônico	18	R\$ 11.955.484,87
Dispensa de licitação	23	R\$ 2.468.367,67
Inexigibilidade de licitação	42	R\$ 590.475,30
Convite	1	R\$ 307.251,52
Tomada de Preços	1	R\$ 2.201.338,18
Concorrência	0	-
Adesão ARP de outros órgão gerenciadores	0	-
TOTAL	62	R\$ 17.522.917,54

Contratação por Dispensa de Licitação - Fundamentado no art. 24 da Lei 8.666/93, inciso:



Contratação por Inexigibilidade de Licitação - Fundamentado no art. 25 da Lei 8.666/93, inciso:



Principais Contratações e Objetivo

Contratação de serviços e aquisição de materiais de forma direta, com fulcro no art. 24 da Lei 8.666/93, ou em razão do baixo custo do objeto, possibilitando sua aquisição direta em razão do valor, ou em decorrência de aquisição de itens desertos ou fracassado em processo licitatório, para casos que sua repetição pudesse trazer prejuízo ao desenvolvimento das atividades.

As licitações por inexigibilidade, com fulcro no art. 25 da Lei 8.666/93, composta em sua maioria por contratações de serviços de treinamento e capacitação dos servidores, e de soluções inovadoras, de ponta, nas áreas de conhecimento básico, gestão, estratégia, liderança, governança, auditoria, contabilidade e outras, ministradas por profissionais de empresas com notória especialização, mediante regular pesquisa de mercado entre as empresas do ramo.

CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS

As licitações para contratação de bens e serviços de uso comum pelos órgãos do Poder Judiciário serão, preferencialmente, efetuadas por compras compartilhadas, delineado na Resolução CNJ n. 347/2020.

A aquisição conjunta de bens e serviços geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, compreendem a dimensão cultural da sustentabilidade com foco na eficiência econômica. Promovem o ganho de escala quando realizada por organizações públicas de diferentes setores, sobretudo se concentradas em regiões específicas.

No âmbito do TRE RO as contratações compartilhadas ocorreram mediante uma contratação que na fase de planejamento foi aberta a consulta para outros órgãos estaduais e federais como elencados abaixo, e outras que na fase de preparatória, quando da publicação do edital, é realizada consulta em nível nacional para que outros órgãos interessados registrem interesse em participar do processo licitatório, por meio de Intenção de Registro de Preços IRP.

Seção Judiciária do Estado de Rondônia 0717582

Tribunal de Contas do Estado de Rondônia TCE-RO 0717587

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia TJRO 0717589

Ministério Público do Estado de Rondônia MPRO 0717942

Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região PRT-14ª Região 0718245

Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região 0721636

Procuradoria da República no Estado de Rondônia PR/RO 0716674

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre

Em 2021 o TRE-RO não realizou contratações mediante adesão de ata de registro de preços pertencentes a outros órgãos gerenciadores, porém teve um aumento de 70% na quantidade de autorizações para adesão de atas gerenciadas por este órgão.

Neste sentido, diversos órgãos manifestaram interesse em utilizar as ARPs licitadas por este Regional, resultado de processos licitatórios para a aquisição de materiais de boa qualidade e com valores equivalentes ao preço praticado no mercado.

Sistema de Registro de Preços - Decreto Federal 7.892/2013

Quantidade de processos

Adesão do TRE-RO à ARP de outros órgãos	0
Pedidos de Adesões em Atas de registro de preços do TRE-RO	78
Intenção de Registro de Preços - Participação de outros órgãos	7

ARP: quantidade de processos de adesão e autorização para “carona” em ata gerenciada pelo TRE-RO.

O TRE-RO realizou 05 (cinco) contratações mediante adesão de ata de registro de preços pertencentes a outros órgãos gerenciadores, com fulcro no art. 15, II, da Lei nº 8.666/93 e art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto 9.488/2018, atendidos os requisitos da norma regulamentadora da matéria. Para a realização deste instrumento de contratação houve a comprovação da existência de vantagem em relação à realização de um novo procedimento licitatório. Entre as adesões destaca-se a adesão à ARP gerenciada pelo Comando Militar do Leste para aquisição de móveis tipo padrão executivo para estruturação da sala de audiência e dos Gabinetes dos Juízes Eleitorais das Zonas Eleitorais da Capital, no valor de R\$ 118.030,00, cujas instalações prediais do Fórum passaram por reforma em 2020.

Contratações de serviços para registros fotográficos, divulgações e publicações institucionais.

Os contratos de publicidade se referem à comunicação e divulgação de campanhas internas, capacitações, serviços, projetos e atividades de interesse geral dos magistrados, servidores, colaboradores e sociedade, consistentes em processos de contratações de serviços de impressos gráficos, por exemplo, cartazes, cartilhas, folders e outros, bem como a contratação de empresas responsável pelos serviços de filmagens das ações e eventos do Tribunal, por meio de captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeo.

Processo SEI n. 0003754-87.2020.6.22.8000	Formação de registro de preços para a eventual prestação de serviços gráficos, consistente na confecção de cartazes, folders, cartilhas, livros, placas de sinalização, banners, adesivos e outros impressos, para atender demanda ordinária deste TRE. Pregão Eletrônico SRP n. 14/2021	Publicação no DOU, de 14/09/2021, fl. 156; e DOU de 22/09/2021, fl. 208.			Valor total adjudicado R\$ 416.664,00
		ARP	17	2021	
		ARP	18	2021	
		ARP	19	2021	
		ARP	20	2021	
		ARP	21	2021	
		ARP	22	2021	
		ARP	23	2021	
		ARP	24	2021	
ARP	25	2021			

Processo SEI n. 0001039-38.2021.6.22.8000	Prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissões ao vivo, além de transmissões de painel em led, para atender demandas institucionais deste Regional Eleitoral. Pregão Eletrônico SRP n. 22/2021	Publicação no DOU, de 08/02/2022 fls. 209 e 210.			Valor licitado R\$ 322.000,0028
		ARP	04	2021	
		ARP	05	2021	

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVA

As contratações mais relevantes para o TRE-RO em 2021 destinaram-se à aquisição de bens e serviços empregados diretamente nas atividades de preparação e realização das eleições, atribuição precípua e finalística do órgão. Destacam-se também as contratações para manutenção dos prédios da justiça eleitoral e aquisição de bens e serviços de TI. As aquisições foram motivadas por necessidade de prover a infraestrutura para o funcionamento regular do corpo administrativo e realizar as eleições gerais.



Em relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, as contratações de serviço aquisições devem considerar as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, obtidos após a fase de Estudo técnico preliminar (ETP).

Além disso, o objeto dos Termos de Referência vai ao encontro das premissas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MAPA ESTRATÉGICO DE CONTRATAÇÕES, para atender o CLIENTE com a garantia de desempenho dos produtos e serviços contratados.

SOCIEDADE: Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Comunicação eficaz;

COMUNICAÇÃO EFICAZ: com a adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do TRE-RO como instituição garantidora de direitos;

Durante a análise preliminar dos processos de contratações há a verificação de compatibilidade com o Planejamento Anual das Contratações do órgão.

MATERIAL DE PREVENÇÃO DA COVID 19 – Adquirido pela Seção de Almoxarifado em 2021

Aquisição de pequena quantidade, pois durante o exercício 2021 foi utilizado ainda o material de combate à COVID doado pelo TSE para as Eleições 2020 e as sobras de material de eleição devolvidas pelas zonas eleitorais.

ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70% EMB. COM 1000ML	R\$ 6.480,00
MÁSCARA N95	R\$ 4.275,00
MÁSCARA TRIPLA PCT COM 50 UND	R\$ 5.400,00
SACO PARA LIXO INFECTANTE	R\$ 2.740,00
Total	R\$ 18.895,00

COVID-19

DESFAZIMENTO DE ATIVOS
ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS
EMPRÉSTIMOS DE MATERIAIS

Processo Quantidade: 17	Órgão beneficiado pela doação	Material destinado / Quantidade Consumo/ resíduo de demolição e outros	Ato de autorização evento	Termo de Doação / Certidão evento	Data de doação
0002554-79.2019.6.22.8000 0003568-64.2020.6.22.8000	SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH	871 unidades de álcool em gel 70% 190g 600 unidades de álcool em gel 70% 400g 100 unidades de face shield 10 unidades de fita para demarcação de piso	671820	698701	27/04/2021
0003568-64.2020.6.22.8000	CENTRO ESPÍRITA BENEFICENTE UNIÃO DO VEGETAL	240 unidades de álcool em gel 70% 400g 50 unidades de face shield 10 unidades de fita para demarcação de piso	671820	698709	27/04/2021
0001558-13.2021.6.22.8000 0003568-64.2020.6.22.8000	LAR DO BEBÊ	120 unidades de álcool em gel 70% 400g 1.696 potes de lenços umedecidos 5 unidades de fita para demarcação de piso	671820	698713	29/04/2021
0001559-95.2021.6.22.8000 0003568-64.2020.6.22.8000	CASA DO ANCIÃO SÃO VICENTE DE PAULA	1.075 unidades de lenços umedecidos 5 unidades de fita para demarcação de piso	671820	698717	29/04/2021
0001043-12.2020.6.22.8000 0003568-64.2020.6.22.8000	ASSOCIAÇÃO BERADEIRO	312 unidades de álcool em gel 70% 400g 446 unidades de face shield 10 unidades de fita para demarcação de piso	671820	698705	27/04/2021
0000094-85.2020.6.22.8000 0003568-64.2020.6.22.8000	APAE - CANDEIAS DO JAMARI	120 unidades de álcool em gel 70% 400g 5 unidades de fita para demarcação de piso	671820	698711	28/04/2021
0002645-38.2020.6.22.8000 0003568-64.2020.6.22.8000	APAE - PORTO VELHO	120 unidades de álcool em gel 70% 400g 5 unidades de fita para demarcação de piso	671820	698719	30/04/2021
0000668-74.2021.6.22.8000 0003568-64.2020.6.22.8000	ASSOCIAÇÃO ACOLHEDORA CONFRONTANDO GIGANTES	96 potes de lenços umedecidos 18 caixas de chás 60 unidades de álcool líquido 56° 21 unidades de álcool em gel 70% 190g 12 unidades de álcool em gel 70% 400g 18 caixas de chás 48 unidades de álcool em gel 70% 400g Fitas para demarcação de piso 1 Notebook	671820	698690 698692 701675	04/02/2021 14/04/2021 08/06/2021

Processo Quantidade: 17	Órgão beneficiado pela doação	Material destinado / Quantidade Consumo/ resíduo de demolição e outros	Ato de autorização evento	Termo de Doação / Certidão evento	Data de doação
0002905-86.2018.6.22.8000 0002664-78.2019.6.22.8000	INSTITUTO CANDELÁRIA DE PORTO VELHO - ICPV/RO	317 caixas de chá erva mate 111 caixas de chá cítrico 783 caixas de chá de erva doce 39 caixas de chá de camomila	539844 566315	540532 567902 568241	27/05/2020 05/08/2020
0002905-86.2018.6.22.8000	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR	84 resmas de papel braile	647991	653172 653175 653177	22/01/2021
0002905-86.2018.6.22.8000 0000322-60.2020.6.22.8000	ESCOLA PETRÔNIO BARCELOS	959 unidades de álcool etílico líquido 46 INPN	647991	651506 651508 651519	18/01/2021
0002905-86.2018.6.22.8000 0001896-55.2019.6.22.8000	ESCOLA MADEIRA MAMORÉ	7 unidades de toner para copiadora 436 unidades de filme de tinta para fax-fone 13 unidades de servidor de impressão ethernet 1 cartucho de grampo para impressora 13 unidades de cabo adaptador 12 unidades de cartucho de tinta 7 unidades de luminária de emergência 35 unidades de cartucho de dados 1858 camisetas eleições	647991	652168 652174 652176 653177	20/01/2021
0002752-82.2020.6.22.8000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROLIM DE MOURA	284 potes de lenços umedecidos	667558	670522 670532	12/03/2021
0002752-82.2020.6.22.8000	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MACHADINHO DO OESTE	35 potes de lenços umedecidos	696781	704000 704008	15/06/2021
0002879-20.2020.6.22.8000 0002291-76.2021.6.22.8000	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE RONDÔNIA - AMA/RO	1456 unidades de placa de piso elevado + acessórios 732 metros de telha termoacústica 120 unidades de luminária fluorescente embutir 4 unidades de kit vaso sanitário com caixa acoplada 2 unidades de mictório 2 metros de pia em granito 2 unidades de rampa em chapa de ferro 0,90 m x 1,20 m 90 metros de calha em zinco	607600	621483 621496	24/10/2020

Processo Quantidade: 17	Órgão beneficiado pela doação	Material destinado / Quantidade Consumo/ resíduo de demolição e outros	Ato de autorização evento	Termo de Doação / Certidão evento	Data de doação
0002600-97.2021.6.22.8000	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE RONDÔNIA - AMA/RO	314 unidades de luminária fluorescente embutir 44 unidades de luminária fluorescente embutir - grande 52 unidades de lâmpada 50 unidades de divisória 19 unidades de porta 10 unidades de batente	744641 747976	780468	15/10/2021
0003496-43.2021.6.22.8000	COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DE RONDÔNIA - CAERD	800m ² / 9 toneladas de telha 6 toneladas de estrutura metálica	771871	782097	18/01/2022

PROCESSO Quantidade: 22	ENTIDADE	DATA DO REQUERIMENTO	Recebeu doação de inservíveis conforme termo de baixa patrimonial	Termo Responsabilidade Ambiental
0000513-42.2019.6.22.8000	Associação dos moradores e produtores rurais da comunidade Terra Santa - AMOPTS	30/01/2019	Conforme Termo de Baixa nº 2021000019	770386
0000921-33.2019.6.22.8000	Federação dos Portadores de Deficiência - FEDER	20/03/2019	Conforme Termo de Baixa nº 2021000014	770444
0002400-61.2019.6.22.8000	EMEI Professor Francisco Marto Azevedo	04/10/2019	Conforme Termo de Baixa nº 2021000020	770343
0002664-78.2019.6.22.8000	Instituto Candelária de Porto Velho - RO	06/11/2019	Conforme Termo de Baixa nº 2021000032; nº 2021000037;nº 2021000044.	770358
0000322-60.2020.6.22.8000	EEEFM Governador Petrônio Barcelos	21/01/2020	Conforme Termo de Baixa nº 2021000022	770414
0000456-87.2020.6.22.8000	E.E.E.F.M. John Kennedy	27/02/2020	Conforme Termo de Baixa nº 2021000023	770409
0000544-28.2020.6.22.8000	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Candeias do Jamari/RO - APAE - Candeias	27/02/2020	Conforme Termo de Baixa nº 2021000028	770391
0000736-58.2020.6.22.8000	Associação Beradeiro	25/03/2020	Conforme Termo de Baixa nº 2021000030	770398
0000094-85.2020.6.22.8000	EEEFM Madeira Mamoré	17/08/2020	Conforme Termo de Baixa nº 2021000018	770449
0002503-34.2020.6.22.8000	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia - SOPH	29/09/2020	Conforme Termo de Baixa nº 2021000027	770380
0002879-20.2020.6.22.8000	Escola Municipal de Ensino Fundamental Sossego da Mamãe	26/10/2020	Conforme Termo de Baixa nº 2021000017	770422
0002554-79.2019.6.22.8000	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais -APAE - PVH	09/11/2020	Conforme Termo de Baixa nº 2021000031 e nº 2021000041	770431
0003412-76.2020.6.22.8000	Associação Acolhedora Confrontando Gigantes	20/01/2021	Conforme Termo de Baixa nº 2021000033	770455
0002645-38.2020.6.22.8000	Associação de Pais e Amigos de Autistas de Rondônia - AMA	21/06/2021	Conforme Termo de Baixa nº 2021000012 e nº 2021000034	770427
0000668-74.2021.6.22.8000	Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HB TXRENAL	22/06/2021	Conforme Termo de Baixa nº 2021000038	770437
0002292-61.2021.6.22.8000	Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo	22/06/2021	Conforme Termo de Baixa nº 2021000026	770441
0002082-10.2021.6.22.8000	Instituto Rosas Que Falam - IRQF	10/08/2021	Conforme Termo de Baixa nº 2021000021	770208
0002257-04.2021.6.22.8000	Biblioteca Municipal Francisco Meireles	27/07/2021	Conforme Termo de Baixa nº 2021000024	770221
0002597-45.2021.6.22.8000	Serviço De Atendimento Móvel De Urgência - Samu	08/09/2021	Conforme Termo de Baixa nº 2021000013	770247
0003117-05.2021.6.22.8000	Casa De Saúde Santa Marcelina	04/10/2021	Conforme Termo de Baixa nº 2021000015	770291
0003117-05.2021.6.22.8000	Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Rondônia	07/10/2021	Conforme Termo de Baixa nº 2021000045; nº 2021000036; nº 2021000046	770299
0003225-34.2021.6.22.8000	Escola de Música Municipal Jorge Andrade	18/10/2021	Conforme Termo de Baixa nº 2021000029	770320

EMPRÉSTIMOS DE MATERIAIS DE EXPOSIÇÃO E URNAS DE LONA

Empréstimos de Urnas de lona – Votação por cédula



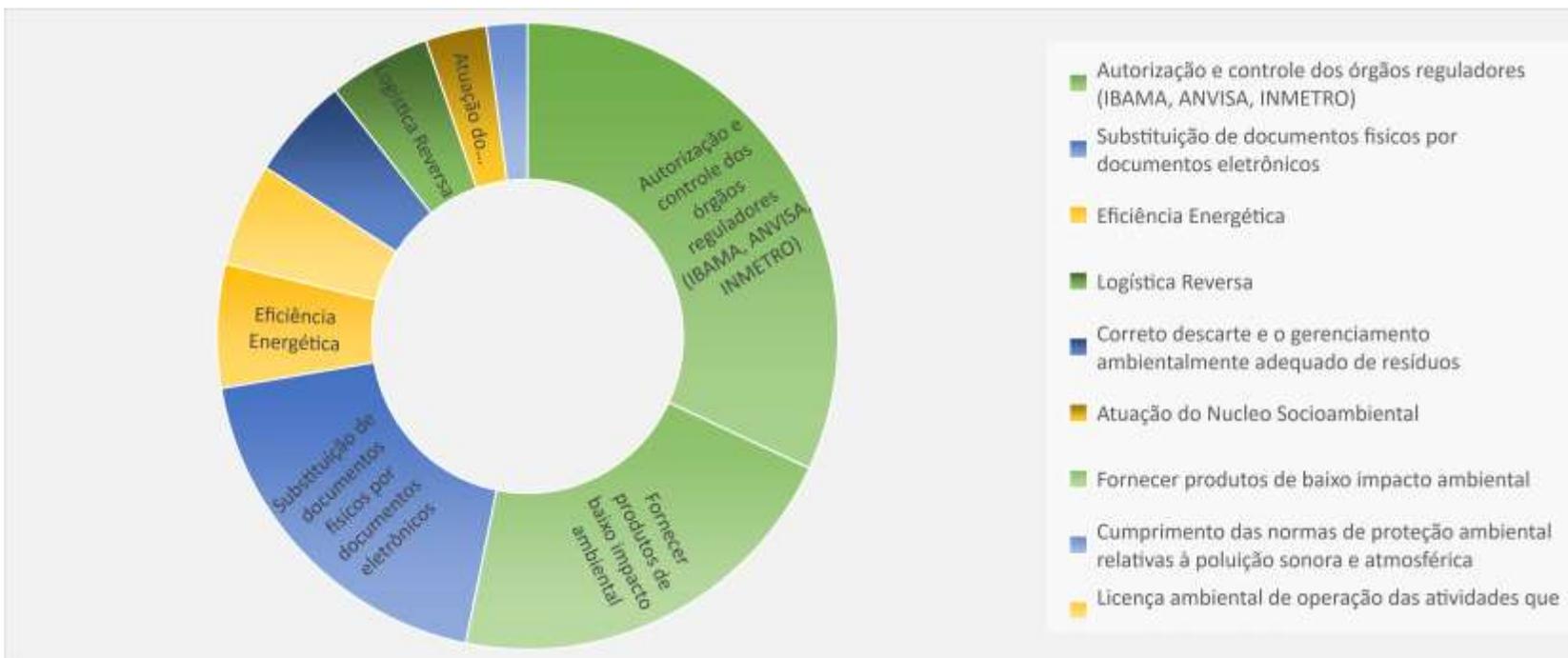
Processo SEI	Órgão Solicitante
0003807-34.2021.6.22.8000	Sindicato Trabalhadores Ind. Urbanas-SINDUR
0003673-07.2021.6.22.8000	Associação Moradores São Sebastião I
0002977-68.2021.6.22.8000	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB -RO
0003524-11.2021.6.22.8000	Empresa Municipal de Serviços Urbanos- EMDUR
0002808-81.2021.6.22.8000	Associação do Ministério Público - AMPRO

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Em cumprimento política de sustentabilidade instituída pela Resolução CNJ n. 400/2021, que os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável, os Termos de Referencias e Projetos Básicos elaborados no TRE-RO, apresentam, na maioria, critérios de sustentabilidade para aquisição e contratação de serviços.

O objetivo é que as contratações apresentem ações economicamente viáveis, que exijam critérios de eficiência dos produtos, e que levem em consideração a real necessidade da compra/contratação dentre as propostas mais vantajosas para a administração.

Nesse sentido, adota-se nas contratações os critérios de sustentabilidade, como parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico, e que as empresas e fabricantes cumpram as normas da vigilância sanitária para que o fruto de suas produções não gere dano ao usuário e ao meio ambiente.



Indicador – Gerenciado pela COMAP: Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no ano de 2021 - Quantidade de Termos de Critérios de Sustentabilidade exigidos nas Contratações

Art. 20 da Resolução CNJ 400/2021, Lei 12.305/2010, Lei n. 8.723/93, Resolução CONAMA n. 16/1993, Portaria IBAMA n. 85/1996.

As unidades envolvidas no processo de contratação, em interatividade com a unidade de sustentabilidade, devem incluir práticas de gestão sustentável, racionalização e consumo consciente, que compreendam, no que couber, aquisição de produtos a partir da real necessidade do órgão, evitando-se o desperdício e fomentando o alcance do ponto de equilíbrio.

Os estudos preliminares devem compreender os possíveis impactos da aquisição nas metas previstas nos indicadores.

Por sua vez o descarte adequado dos produtos devem ser previstos na fase de planejamento da contratação, e assim como as compras compartilhadas devem ser priorizadas como forma de promoção do desenvolvimento sustentável.

Autorização e controle dos órgãos reguladores (IBAMA, ANVISA, INMETRO)	30
Substituição de documentos físicos por documentos eletrônicos	18
Eficiência Energética	6
Logística Reversa	5
Correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos	5
Atuação do Nucleo Socioambiental	3
Fornecer produtos de baixo impacto ambiental	20
Cumprimento das normas de proteção ambiental relativas à poluição sonora e atmosférica	2
Licença ambiental de operação das atividades que integram os serviços	5

Referências e Projetos Básicos com inclusão de critério de sustentabilidade.

Modalidade	Total realizado em 2021	Com critérios de sustentabilidade no TR/PB
Pregão	31	29
Dispensa	27	17
Inexigibilidade	42	11
Tomada de Preços	1	1
Convite	1	1

Percentual de aquisições e contratações realizadas no exercício com a inclusão de critério de sustentabilidade:

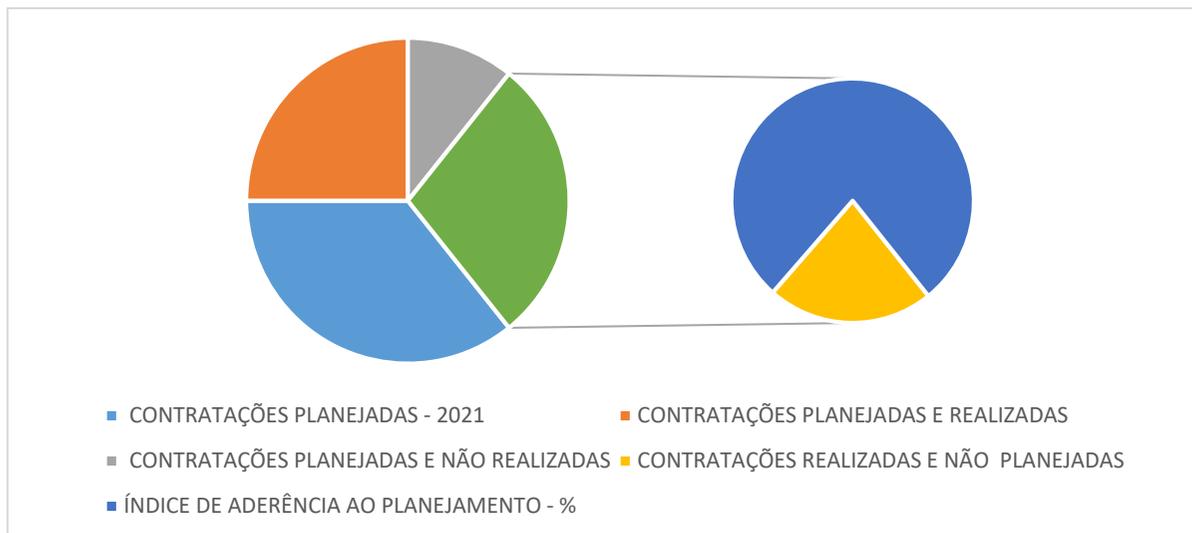
Modalidade	Total realizado em 2021	Com critérios de sustentabilidade no TR/PB	%
Pregão	31	29	94%
Dispensa	27	17	63%
Inexigibilidade	42	11	26%
Tomada de Preços	1	1	100%
Convite	1	1	100%

Fonte SEI 0000210-23.2022.6.22.8000 – 0784971 - Planilha processos analisados pela COMAP

ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

acordo com a Resolução CNJ 347/2020, art. 11, na elaboração do PAC, os órgãos deverão I - promover diligências necessárias para conciliá-lo aos prazos de elaboração das propostas orçamentárias; II – agregar, sempre que possível, demandas referentes a objetos de mesma natureza; III – construir o calendário de contratações; IV – indicar as potenciais compras compartilhadas a serem efetivadas no exercício seguinte pelos órgãos; e V – promover a inclusão, exclusão ou o redimensionamento de itens do PAC, sempre que necessário.

Abaixo s quantitativo de contratações planejadas, as executadas, e as contratações não iniciadas:



a.	CONTRATAÇÕES PLANEJADAS - 2021	103
b.	CONTRATAÇÕES PLANEJADAS E REALIZADAS	74
c.	CONTRATAÇÕES PLANEJADAS E NÃO REALIZADAS	29
d.	CONTRATAÇÕES REALIZADAS E NÃO PLANEJADAS	20
e.	ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO	72%

DESTAQUES DA GESTÃO NO EXERCÍCIO 2021

INFRAESTRUTURA E OBRAS – (parte COSEG/SEMAP)

No exercício de 2021 a gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia deu continuidade ao projeto de realizar melhorias e modernizações nas estruturas físicas dos imóveis da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia.

No interior do Estado foram liberadas Ordens de Serviços para reformas pontuais nos Fóruns Eleitorais de Ariquemes, Buritis, Jarú, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Costa Marques, Santa Luzia do Oeste, Alta Floresta do Oeste, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste. Tal ação, almejou melhorar a capacidade funcional dos citados imóveis e proporcionar melhores condições de trabalho e atendimento ao público.

Na capital do Estado foram liberadas Ordens de Serviços para reformar o Anexo III – Setor de Transporte com a execução de serviços de troca de telhado, revitalização da pintura, piso, muro e grades bem como para a modernização da Presidência, Corregedoria, Diretoria Geral e Seção de Assistência Médica e Social (SAMÉS).

Além disso, foi dado início à revitalização do estacionamento do Prédio Sede com a regularização e aplicação de uma pintura epóxi na Ala Sul do prédio. Também foi executada obra de reforço estrutural do Prédio Sede – pilares da extremidade Ala Norte.

Por fim, devido aos fortes ventos que atingiram a cidade de Porto Velho em outubro/2021, o Prédio Sede do TRE-RO sofreu dano integral em seu telhado e parte de instalações elétricas. Devido ao sinistro, foi necessário reconstruir parte da subestação elétrica aérea e reconstruir toda a cobertura do Prédio Sede.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL.

O Tribunal Regional Eleitoral apresenta anualmente declaração de conformidade legal, estando alinhada com os termos do artigo 70 da Constituição Federal, da Lei 4320/64, Lei Complementar 101/2000, Lei 8.429/92 e demais instrumentos legais emanados pelo Tribunal Superior Eleitoral e Conselho Nacional de Justiça que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

(infraestrutura e equipamentos)

O TRE-RO possui autonomia administrativa para gerir suas atividades jurisdicionais e administrativas, entretanto no processo de elaboração da proposta orçamentária observa vínculo hierárquico em relação ao TSE, medida esta que implica na submissão de sua proposta anual à do Tribunal Superior para posterior apreciação do Congresso Nacional.

Nestes termos, desde a edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, que institui Novo Regime Fiscal para a Administração Pública, devido relevante impacto orçamentário e novo aspecto financeiro da adoção de tais medidas, o TSE suspendeu a abertura de novas obras e reformas de grande magnitude até o exercício de 2020. Em 2021, o TSE retomou calendário para execução de reformas de pequeno vulto e ampliações, que motivou a realização das ações mencionadas.

Diante deste contexto, as intervenções de maior relevância deste Regional em 2021, foram:

No Prédio Sede foram realizadas e concluídas as atividades de revitalização e modernização das unidades da Presidência, Corregedoria, Diretoria Geral e antessala do plenário com a instalação de piso vinílico, paredes drywall, adequações do sistema de iluminação, lógica e elétrica e pintura bem como a modernização dos banheiros privativos das referidas unidades.

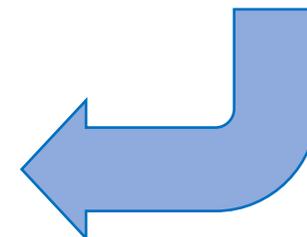
Ainda no âmbito das instalações do 2º grau tivemos as ações detalhadas na Tabela abaixo:

Reformas e manutenções aplicadas às instalações do 2º grau no decorrer de 2021:		
LOCAL	RESUMO DOS SERVIÇOS	STATUS
Edifício SEDE	Correção do LANTERNIN de cobertura do Edifício SEDE	Concluído em fev 2021
ANEXO II	Pintura interna do Anexo II	Concluído Fev2021
Edifício SEDE	Pintura da guarita e anexo II	Concluído Ago2020
Edifício SEDE	Execução e conclusão de Reforço Estrutural da ala norte do Edifício SEDE	Concluído Out2021
Edifício SEDE OS 07/2021	Modernização da Fachada/Brisas do Edifício Sede.	Previsão conclusão junho/2022
Edifício SEDE OS 06/2021	Modernização Arquitetônica e Readequação da Presidência, DG, Corregedoria e SAMES.	Previsão conclusão 05/12/2021
Edifício SEDE OS 09/2021	Restauração do Piso do Estacionamento Edifício Sede .	Conclusão Dez/2021
Edifício SEDE	Troca de cobertura e manutenção do telhado, pintura interna e externa, adequações dos sistemas elétrico, lógico e hidro-sanitário, adequação de vagas de garagem e drenagem do Setor de Transporte – Anexo III .	Concluído em Jun21
Edifício SEDE	Serviço emergencial para reestabelecer subestação elétrica, telhado e SPDA em decorrência do violento tornado que atingiu o prédio sede do TRE-RO, com execução de reparos na estrutura da cobertura do prédio, impermeabilização e substituição integral do telhado devido ao dano por vendaval de 29/10/21.	Previsão conclusão 17/12/2021
Edifício SEDE	Conclusão da instalação de Subestação com três grupos geradores para atender: Edifício SEDE, Anexo II e Fórum Eleitoral de Porto Velho.	Concluído em Julho de 2021

Reformas e manutenções aplicadas às instalações do 1º grau no decorrer de 2021:		
LOCAL	RESUMO DOS SERVIÇOS	STATUS
Guajará Mirim	Manutenção Corretiva com pintura, retirada do piso elevado e criação de sala técnica	Iniciado em 2020 e concluído em Fev2021
Presidente Médice	Troca de telha, revisão elétrica e hidrossanitário, pintura geral e troca de cobertura	Iniciado em 2020 e concluído em Jan2021
Alvorada / OS 04/21	Manutenção Corretiva com pintura, retirada do piso elevado e criação de sala técnica.	Iniciado em 2021 e concluída 2022
São Miguel D'Oeste OS 04/21	Manutenção Corretiva com pintura, troca de cobertura, retirada do piso elevado e criação de sala técnica.	Iniciado em 2021 e concluída 2022
Costa Marques OS 04/21	Manutenção Corretiva com pintura, retirada do piso elevado e criação de sala técnica.	Iniciado em 2021 e concluída 2022
Alta Floresta D'Oeste OS 04/21	Manutenção Corretiva com pintura e retirada do piso elevado.	Iniciado em 2021 e concluída 2022
Santa Luzia OS 04/21	Manutenção Corretiva com pintura e retirada do piso elevado .	Iniciado em 2021 e concluída 2022
Ariquemes / OS 05/21	Pintura, Instalação de Nobreak e revisão hidrossanitário.	Conclusão 22/12/2021
Colorado do Oeste OS 05/21	Revisão de cobertura, pintura, substituição do piso elevado por piso cerâmico e revisão hidrossanitário.	Iniciado em 2021 e concluída 2022
Cacoal / OS 05/21	Revisão de cobertura, substituição do piso elevado por piso cerâmico, revisão elétrica e lógica, pintura, revisão hidrossanitário.	Iniciado em 2021 e concluída 2022
Jaru / OS 05/21	Cobertura, instalação de Nobreak, substituição do piso elevado por piso cerâmico, pintura, revisão hidrossanitário, revisão elétrica e lógica.	Iniciado em 2021 e concluída 2022
Ji-Paraná / OS 05/21	substituição do piso elevado por piso cerâmico, revisão hidrossanitário , pintura, Instalação de Nobreak, Revisão de cobertura e revisão elétrica e lógica.	Iniciado em 2021 e concluída 2022
Vilhena / OS 05/21	Revisão de cobertura, pintura integral e revisão hidrossanitário.	Iniciado em 2021 - concluída 2022
Buritis	Manutenção Corretiva com pintura, retirada do piso elevado e criação de sala técnica.	Concluído em Jul2021

Principais gastos decorrentes de manutenções e instalações realizadas em 2021.

Os principais gastos com manutenções e instalações em 2021 foram direcionados a ações de atendimento específicas e priorizadas pela Administração do Regional, cujo montante alcançou o valor de R\$ 4.712.136,17, com distribuição indicada no gráfico a seguir.



Detalhamento dos gastos com contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços/fornecimento para o funcionamento administrativo do TRE/RO em 2021:

Detalhamento da Execução Orçamentária do ano de 2020:

Como se observa no quadro acima, a Seção de Administração Predial - SEAP geriu e executou o montante de R\$ 5.882.634,92. Considerando que no exercício de 2021 não houve pleito eleitoral, os gastos com funcionamento administrativo representaram 100% de toda a execução orçamentária ordinária (pagamento) do órgão em 2021 relativo a Custeio/Manutenção Geral.



Síntese das principais atividades realizadas pela unidade ao longo do ano de 2021:

- 1) Gestão e Fiscalização de 18 contratos administrativos, com destaque para os abaixo relacionados, pelo montante orçamentário envolvido:
 - Serviços continuados de Apoio Administrativo, com terceirização de mão de obra, com um contingente fixo de **46** pessoas distribuídas nas seguintes funções: Copeira, Auxiliar Administrativo, Almojarife, Recepcionista, Supervisor, Aux. de Serviço Gerais, Jardineiro, Oficial de Manutenção Predial, Operador de Empilhadeira e Motorista.
 - Serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial na capital, com terceirização de mão de obra, com um contingente de **16** pessoas, sendo 1 supervisor/encarregado e **15** serventes de limpeza;
 - Serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial no interior do estado, com terceirização de mão de obra, para atender a todos os Fóruns Eleitorais (imóveis do TRE), com um contingente de **21** serventes de limpeza;
 - Serviços continuados de Vigilância na capital, com terceirização de mão de obra, com um contingente de 12 vigilantes, distribuídos em 3 postos 12h x3 6h diurnos e 3 postos 12h x 36h noturno, atendendo ao Prédio Sede/Anexo II, ao Anexo III (Seção de Transporte) e ao Fórum Eleitoral de Porto Velho;
 - Contrato de Fornecimento de energia elétrica de alta tensão para o prédio Sede, Anexo II e Fórum Eleitoral;
 - Contrato de Fornecimento de energia elétrica para o Fórum Eleitoral de Ariquemes (específico para a subestação lá existente);
 - Contrato de Fornecimento de energia elétrica de baixa tensão para os 19 Fóruns Eleitorais do interior, 2 postos de atendimento ao eleitor nos municípios de Nova Brasilândia e Presidente Médice e o Arquivo Central na capital;
 - Contratos de fornecimento de água tratada e esgoto, atendendo a 22 imóveis, sendo 20 no interior (Fóruns eleitorais e postos de atendimento) e 2 na capital (Prédio Sede e Arquivo Central).
 - Quantidade de mão de obra terceirizada envolvida: **95 pessoas**
- 2) Operacionalização e Execução dos procedimentos regulamentados pela Administração relacionados a controle de acessos às unidades da Justiça capital, em virtude da pandemia da Covid-19;
- 3) Estabelecimento e acompanhamento de novas rotinas de trabalho da equipe de limpeza terceirizada, com alterações e intensificações na frequência de limpeza e higienização dos ambientes, em virtude da pandemia da Covid-19;
- 4) Elaboração e gestão das escalas de trabalho dos colaboradores terceirizados, de acordo com as diretrizes emanadas pela Administração, no escopo das medidas de combate à disseminação da Covid-19;
- 5) Administração e delineamento das ações de enfrentamento por parte da equipe de apoio e limpeza terceirizada aos danos causados na sede do tribunal em virtude do forte tornado que “arrancou” o telhado frontal do edifício no dia 29/10/2021. As instalações foram inundadas com a forte chuva que acompanhou o vendaval, causando inundações. Tais ações, que se estenderam por semanas, incluíram o escoamento da água, desmobilização e retirada de bens permanentes que estavam sendo molhados, lavagem dos forros, pintura de paredes, colocação de lonas em todos os ambientes atingidos, carga e descarga de materiais, entre outros;
- 6) Por ocasião da solenidade de posse da nova gestão do TRE-RO 2022-2023, ocorrida no dia 25/11/2021, a equipe de apoio e limpeza terceirizada foi mobilizada com o objetivo de limpar e organizar os ambientes de todas as unidades, com forte afinco nos ambientes atingidos pelo vendaval, principalmente no ambiente do Plenário, o qual deu lugar à solenidade.

Investimento na Frota de Veículos

A utilização da frota de veículos pertencentes ao TRE/RO é disciplinada pela Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009 do CNJ e Instrução Normativa nº 03/2012 do TRE/RO. Este Tribunal possui frota própria de veículos para atender às necessidades ordinárias de suas atividades, consistente na condução de magistrados e servidores, entrega de documentos aos diversos órgãos locais, entrega de materiais de consumo e permanente a todas as Zonas Eleitorais do Estado, distribuídas em 22 (vinte dois) municípios do interior do Estado para uso exclusivo no expediente jurisdicional do 1º Grau, além das atividades sazonais relativas ao Pleito Eleitoral. A idade média da frota própria é de 9 (nove) anos.

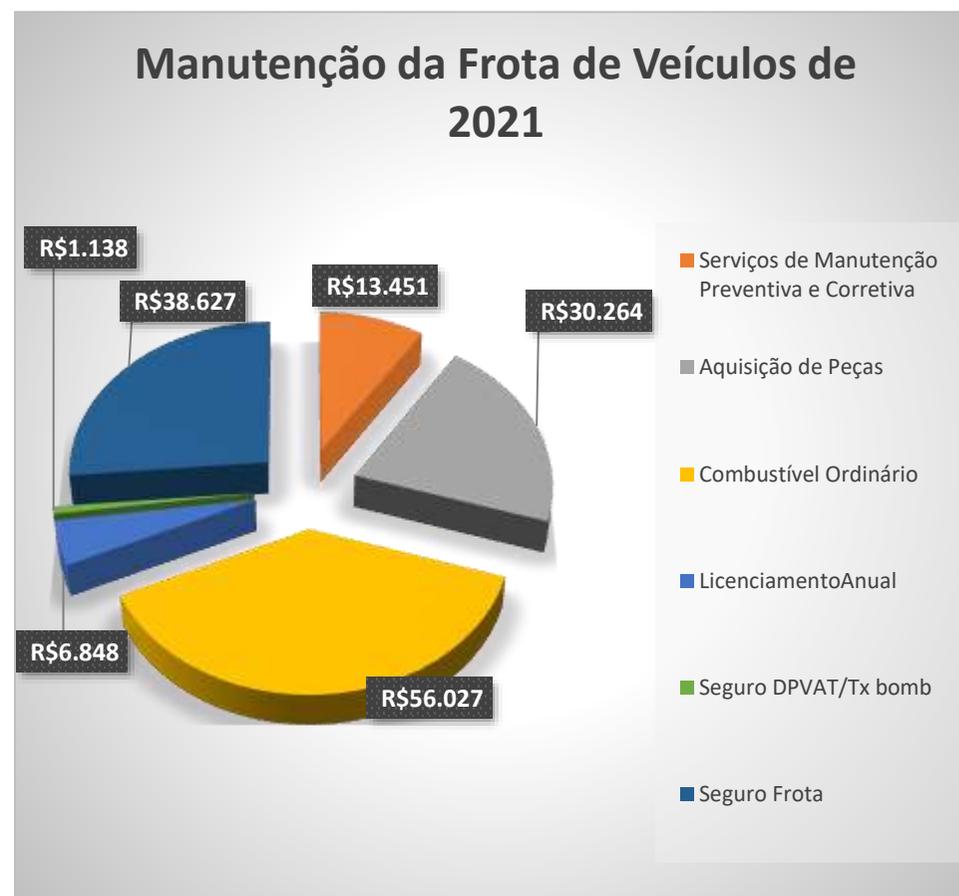
O atendimento ordinário do exercício de 2021 decorreu majoritariamente do atendimento de demandas da Secretaria do Órgão, dos Fóruns Eleitorais da Capital e do Interior e das ações de prevenção do Plano de Saúde para Prevenção do Covid-19.

As demandas extraordinárias decorrentes das atividades das eleições ocorrem com requisição de veículos dos órgãos públicos, que são devolvidos ao final do período eleitoral.

Todos os veículos são classificados como veículos de serviços, conforme art. 11 da Resolução nº 83 de 10 de junho de 2009 do CNJ. No exercício de 2021, grande parte das atividades foram realizadas remotamente em virtude do COVID, o que ocasionou a diminuição de gastos com a frota de veículos próprios.

O custo total de manutenção da frota alcançou o montante de R\$ 145.636,34. Também em 2021, o custo com a terceirização de 02 motoristas de veículo pesado e 02 motoristas de veículos leves importou em R\$ 280.021,68.

O custo total de manutenção da frota em 2021 apresentou redução na ordem de 45% em relação ao exercício eleitoral de 2020 (de R\$265.671,55), distribuído conforme gráfico:



Fonte: Dados do processo de Gestão Contratual da Seção Transportes PSEI 0002012-32.2017.6.22.8000.

Avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos.

A Administração do TRE-RO priorizou suas intervenções entre o 1º e 2º graus de modo a bem utilizar a disponibilidade orçamentária recebida, com objetivo de reduzir ao máximo quaisquer possibilidades de perda orçamentária.

Os recursos direcionados para aplicação em Infraestrutura e Gestão Patrimonial tem sido acompanhado estreitamente pela alta administração, principalmente em decorrência da limitação imposta após a vigência da Emenda Constitucional 95/2016, que ainda veda a inauguração de obras, mas já flexibilizou a realização de ampliações nos exercícios de 2020/2021.

Anualmente, a elaboração da proposta orçamentária do TER/RO tem sido motivo de extensas tratativas entre o Regional e o Tribunal Superior, no sentido de dar continuidade ao planejamento estratégico firmado pelo órgão plurianualmente.

Entendemos que a relação custo-benefício tem sido positiva em decorrência do esforço coletivo de minimizar gastos e contratações dispendiosas e/ou antieconômicas, de modo a viabilizar a otimização do orçamento vislumbrando atender as demandas ordinárias e extraordinárias em sua grande maioria. As obras de construções priorizadas em nosso Plano de Obras permanecem sobrestadas. Com relação aos saldos orçamentários para Investimento, o TRE-RO recebeu e aplicou os quantitativos demonstrados no gráfico ao lado.



PRINCIPAIS RESULTADOS

Como principais resultados alcançados com a implementação das alocações orçamentárias e financeiras, os esforços foram direcionados às contratações de terceirização do serviço de manutenção predial, atendimento maciço das demandas do 1º grau, principalmente as de maior impacto no atendimento ao Eleitor, e restabelecimento funcional da Sede do TRE-RO:

a. Melhoria na qualidade dos ambientes de expediente das Zonas Eleitorais (1ª Grau) com aprimoramento das contratações de manutenção e reformas devidamente alinhado com os objetivos estratégicos do Regional e da gestão 2020/2021. Com as contratações multidisciplinares de manutenção os sistemas fundamentais (elétrica / ar condicionado / elevadores / edificações) são mantidos em condições de funcionamento por 99% do tempo necessário, havendo paradas somente nos casos em que a própria manutenção, de forma preventiva, atua nos sistemas.

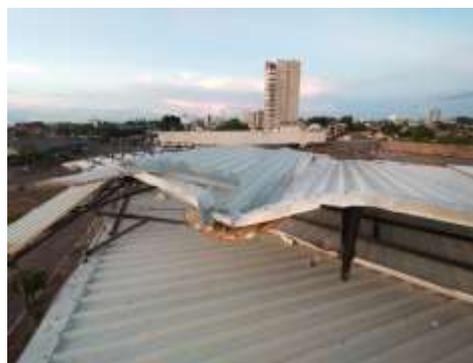
Em 2021, foi iniciada ação de manutenção e reforma em 11 Fóruns Eleitorais do Interior, cuja conclusão dar-se-á em mar/2022. E também foi contratada a execução das ampliações dos Fóruns de Espigão D'Oeste e Ouro Preto D'Oeste.



b. Restabelecimento funcional da Ala Norte do Prédio Sede com execução e conclusão de Reforço Estrutural: Em 2021, a Unidade Técnica do TRE/RO, realizou esmiuçada análise estrutural nas instalações prediais do Edifício Sede – contratando perícia técnica para realização de contraprova, que culminou na detecção e confirmação de dano estrutural em pilares da face norte do Prédio Sede. Diante dos riscos previstos combinados com a permanente exposição das instalações prediais da Capital às atípicas condições pluvi e fluviométrica da Região, a Administração autorizou célere contratação para elaboração do projeto de engenharia, bem como para a execução do reforço estrutural da face norte do prédio sede e demais estruturas ameaçadas.



c. Execução de serviços emergenciais para reconstrução integral da cobertura do Prédio Sede e restabelecimento da energia do Prédio Sede. Em 29/10/21, as instalações da Justiça Eleitoral da Capital foram atingidas por vendaval de altíssimo impacto que provocou o destelhamento de todo lado leste da cobertura do Prédio Sede. O telhado arrancado – no momento da queda e lançamento ao solo – provocou danos no sistema elétrico do Prédio Sede, destruindo a subestação aérea da Sede e outra de abastecimento público, bem como danos a outras instalações nas adjacências do Prédio Sede, Depósito de Urnas e Fórum Eleitoral de Porto Velho. A Administração posicionou-se assertivamente para realizar de imediato a recuperação integral das instalações atingidas, com planejamento iniciado na noite do sinistro e as tratativas formais na manhã de 30/10/2021. Os serviços de recuperação iniciaram em 30/10 e se estenderam a 17/12/2021, concluindo com excelência a programação planejada pelos gestores e equipe técnica.



Locação de Imóveis e equipamentos.

Em 2021, foram mantidos os contratos de locação do Arquivo Geral do Regional, locado em 2018 e o Fórum Eleitoral de Espigão D'Oeste, iniciado em 2017. Foram iniciadas as locações de instalações para abrigar os Fóruns Eleitorais de Pimenta Bueno, Rolim de Moura e Ouro Preto D'Oeste, para possibilitar ação de reforma e ampliação dos respectivos cartórios.

As locações se estenderam pelo exercício de 2022 em decorrência de rescisão contratual com a empresa responsável pelas reformas, fato que motivou abertura de processo de apuração de responsabilidade e convocação de empresa remanescente para dar andamento nas ações iniciadas em 2021.

Mudanças e desmobilizações relevantes;

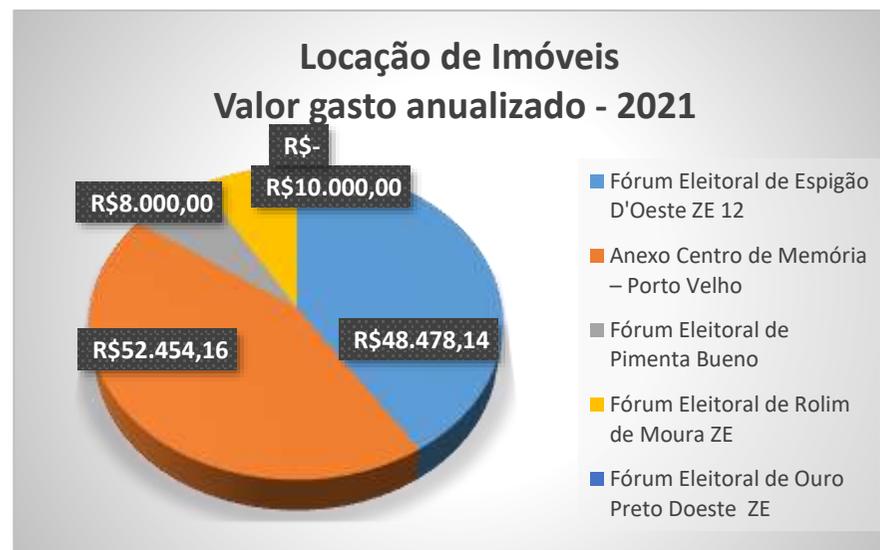
Em 2021 o TRE demandou a execução do reforço estrutural da face norte do Prédio Sede, fato que provocou a transferência integral das unidades administrativas da ala norte para o 1º andar da Ala Sul do Prédio Sede e para as dependências do Prédio de Depósitos (Urnas, Patrimônio e Almoxarifado) até que se concluísse a intervenção estrutural e a revitalização dos ambientes alcançados.

Como já relatado em tópico anterior, em 2021 as instalações da Justiça Eleitoral da Capital foram atingidas por vendaval de altíssimo impacto que provocou o destelhamento de todo lado leste da cobertura do Prédio Sede e danos severos nas instalações elétricas do prédio sede e outras instalações nas adjacências do Anexo II e do Fórum Eleitoral de Porto Velho.

Principais desafios e ações futuras.

O TRE-RO possui dentre suas unidades a segregação da competência regimental de acompanhar e zelar pela infraestrutura e integridade física da infraestrutura deste egrégio Tribunal. Dessa forma, a Unidade técnica responsável pelo acompanhamento das estruturas físicas tem mantido alerta operacional no sentido de acompanhar situações que possam gerar algum tipo de mobilização relevante, como a saída temporária do edifício em decorrência das cheias periódicas do Rio Madeira, ocasião em que a Administração já possui processo PSEI: 0000608-72.2019.6.22.8000 para acompanhamento permanente desta situação.

Outro desafio é a conclusão, até julho de 2022, das atividades remanescentes previstas nos Fóruns Eleitorais de Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Costa Marques, Santa Luzia do Oeste, Alta Floresta do Oeste, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste a fim melhorar a capacidade funcional dos citados imóveis e proporcionar melhores condições de trabalho, atendimento ao público e garantindo melhor aproveitamentos dos respectivos ambientes neste ano eleitoral.



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MACROPROCESSOS DE TIC

O conteúdo do relatório foi estruturado com base no macroprocesso das eleições, acrescido daqueles dispostos na Resolução CNJ n. 370/2021 que instituiu a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário para o período 2021-2026.

I- MACROPROCESSO DE ELEIÇÃO

As atividades inerentes a esse macroprocesso foram organizadas nos seguintes processos:

a) Eleições Oficiais Ordinárias;

b) Eleições Oficiais Suplementares e

c) Eleições Comunitárias.

As ações empreendidas nesses processos cooperam com a missão do TRE-RO de **realizar justiça** e o aproximam da visão de futuro de **Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país**. Nesse agrupamento de atividades, foram registradas as seguintes entregas de maior expressão, realizadas no período de abrangência definido para este relatório:

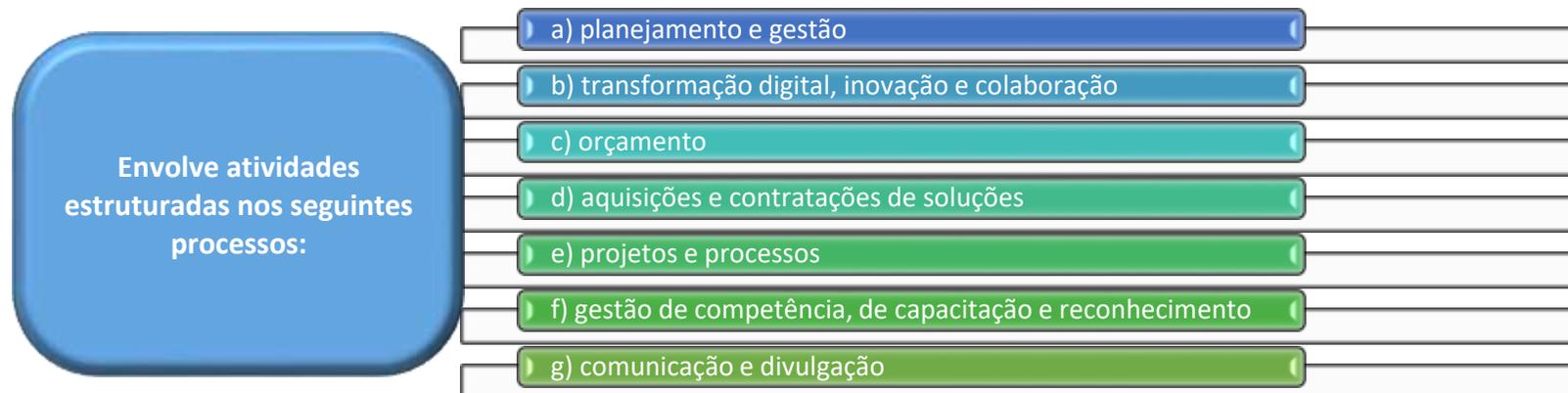
Preparação para Eleição Oficial 2022:

- Manutenção preventiva em aproximadamente 3800 (três mil e oitocentas) urnas eletrônicas;
- Participação em ação nacional de realização do 1º teste de desempenho do sistema de totalização;
- Participação em ação nacional de realização do 2º teste de desempenho do sistema de totalização.

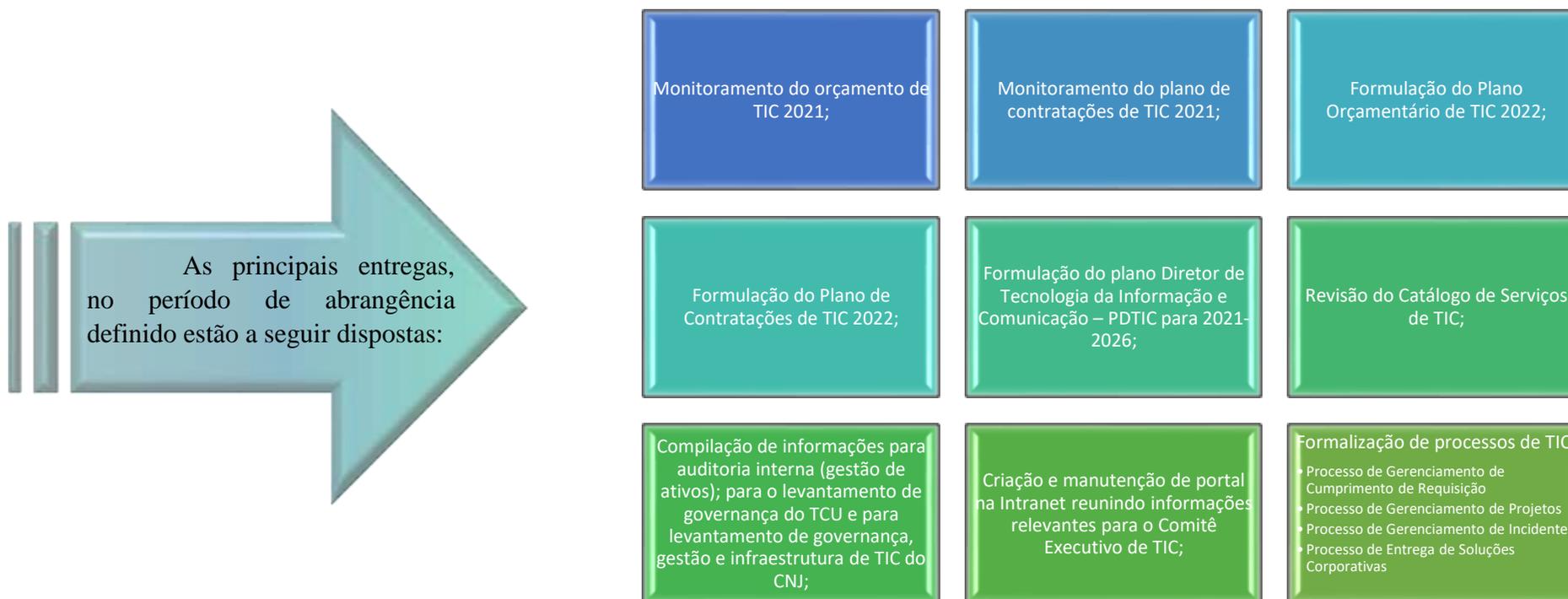
Eleições Comunitárias:

- Atendimento a demanda da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com preparação de dados de votação e fornecimento de 44 urnas eletrônicas;
- Atendimento a demanda do Instituto de Previdência do município de Buritis com preparação de dados de votação e fornecimento 3 urnas eletrônicas.

II- MACROPROCESSO DE GOVERNANÇA E GESTÃO



Os resultados almejados com o desenvolvimento desses processos colaboram diretamente com o objetivo estratégico institucional de **fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados**. São processos que impulsionam a Secretaria na geração benefícios, com transparência, otimização de recursos e gestão de riscos, rumo ao nível de excelência conferido pelo índice de Governança de TIC do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.



III- MACROPROCESSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS



Os resultados almejados com o desenvolvimento desses processos dizem respeito em maior grau ao objetivo estratégico institucional **fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados**, e em essência estão voltados ao desenvolvimento, implantação e manutenção de práticas associadas à disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade da informação institucional.

As principais entregas, registradas no período de abrangência definido para este relatório, estão a seguir dispostas:

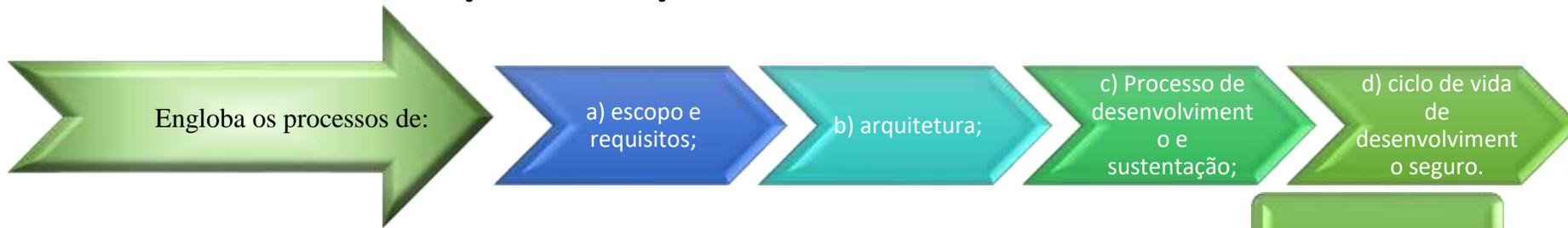
Realização de campanhas periódicas de conscientização sobre segurança da informação, direcionadas a magistrados, servidores e estagiários da Justiça Eleitoral de Rondônia. Alguns assuntos já abordados foram *phishing*, *ransomware*, engenharia social e golpes no *whatsapp*;

Criação do portal sobre segurança da informação na intranet com o intuito de centralizar materiais relacionados ao tema, tais como vídeos, apresentações e cartilhas;

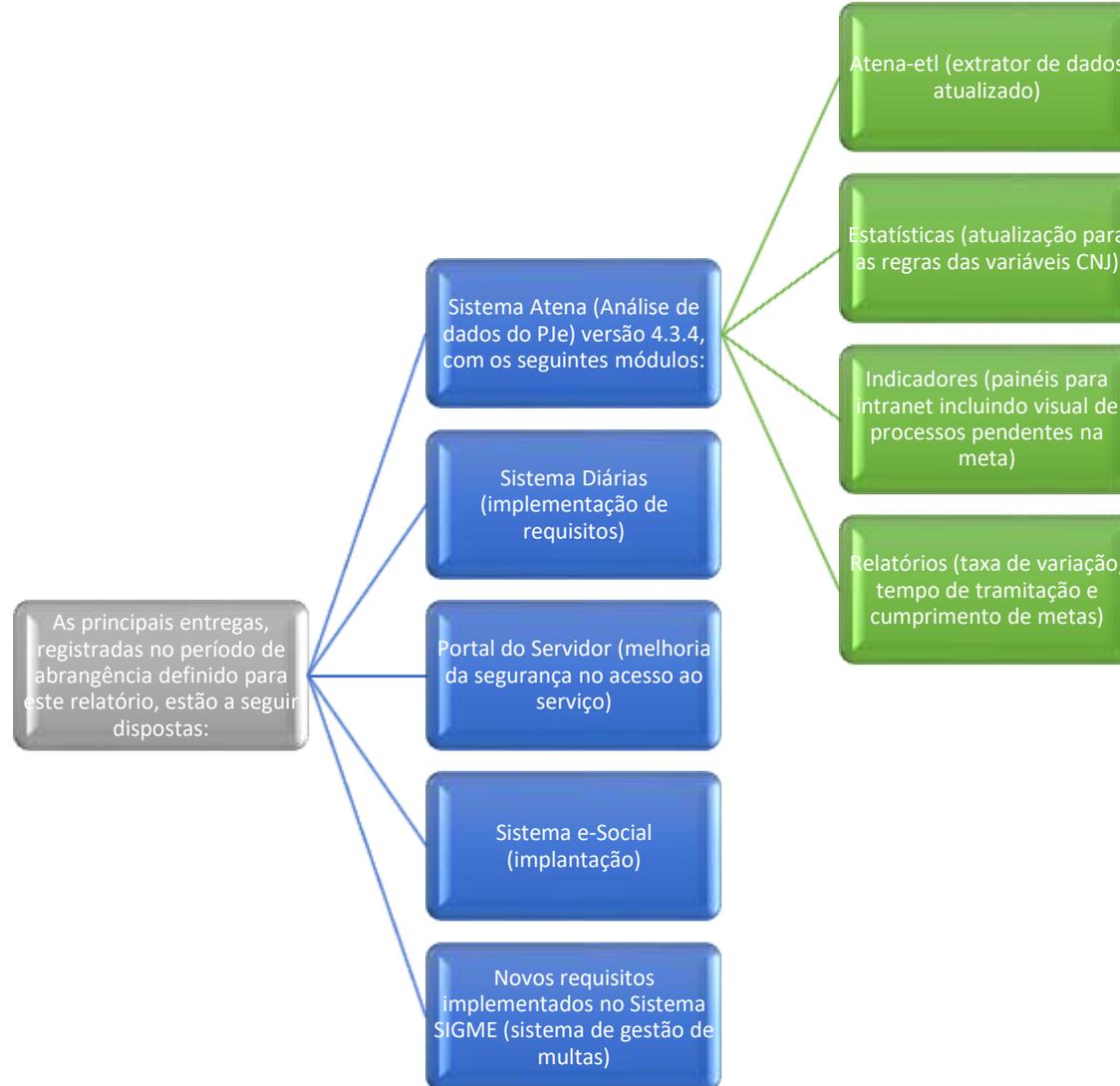
Participação no grupo nacional de segurança da informação, Portaria TSE n. 600, de 15 de setembro de 2021;

Instalação de novo servidor antivírus *Apex One*.

IV- DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES E APLICAÇÕES



Não é possível delimitar um objetivo estratégico em específico beneficiado com esses processos, pois todos eles são potencialmente favorecidos com projetos de modelagem/melhoria de processos de trabalho aliados ao gerenciamento diligente e emprego de aplicações ou sistemas de informação. A Secretaria de TIC estabeleceu como meta, desde o plano diretor do ciclo pretérito, a implantação a cada ano, de pelo menos um sistema de informação que proporcione benefícios notáveis à Instituição, ou seja, viabilize redução de despesas; imprima celeridade dos processos e reduza as falhas operacionais



V- MACROPROCESSO INFRAESTRUTURA E SERVIÇO

Envolve os processos de:

- a) disponibilidade;
- b) capacidade;
- c) ativos de infraestrutura, de tecnologia da informação e de telecomunicação corporativas;
- d) catálogo;
- e) requisições;
- f) incidentes;
- g) central de serviços
- h) atendimento, experiência e satisfação do usuário.

Assim como o macroprocesso de Desenvolvimento de Soluções e Aplicações, os processos desse agrupamento favorecem indistintamente todos os objetivos estratégicos do TRE-RO. Para fins de registro, foram selecionadas as entregas de maior impacto promovidas por esses processos no período de abrangência:

Atendimento de 5.425 chamados dentre incidentes e requisição de serviços de TIC;

Migração do servidor de arquivos, propiciando a expansão da área de armazenamento de dados utilizada pelas áreas de negócio do Tribunal.

Contratação de Gerente técnico de contas do fabricante para software *VMWare*, com o objetivo de auxiliar na implantação da solução de nuvem privada adquirida em 2020.

Contratações de microinformática:

Manutenção e melhorias nas ferramentas de trabalho remoto VPN / VDI (Fique em casa).

Implementação de melhorias no acompanhamento e aplicação de atualizações críticas e de segurança nos softwares servidores.

Webcams;

Impressoras;

Microcomputadores;

Notebooks;

Monitores

INDICADORES ESTRATÉGICOS DE TIC

No exercício de 2021 houve a revisão do Plano Estratégico Institucional, inaugurando o novo ciclo que abrange o período 2021 a 2026. Com o novo referencial estratégico, a TIC promoveu a revisão do seu Plano Diretor mantendo o alinhamento com a Estratégia Nacional de TIC do CNJ e com o Plano Institucional.

Os respectivos referenciais, reformulados e com novos objetivos estratégicos, impuseram a construção de novos indicadores para monitoramento desses objetivos. Aqueles indicadores para os quais foi possível identificar, coletar os dados e realizar a medição estão a seguir dispostos:

1 - Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC (iGovTIC-JUD)

- a) Origem: PEI
- b) Meta para o período de abrangência do relatório: 70%
- c) Resultado alcançado: 63,38%
- d) Observação:
 - Embora o resultado tenha ficado abaixo da meta estabelecida, ainda pode ser considerado bom, pois situa a TIC no nível aprimorado no ranking nacional e reflete bem, a capacidade de produção de resultados do quadro disponível de servidores. Há que se considerar também, que os critérios de avaliação foram alterados pela nova ENTIC-JUD 2021-2026, tornando mais difícil a obtenção de pontuação mais elevada.

2 - Índice de execução de dotações orçamentárias (geridas pela TIC)

- a) Origem: PEI
- b) Meta para período de abrangência do relatório: >= 91%
- c) Resultado alcançado: 97,1%

3 - Índice de Satisfação dos Usuários

- a) Origem: PDTIC (KT1-1.1)
- b) Meta para o período de abrangência do relatório: >70%
- c) Resultado alcançado: 82%

4 - Índice de contratações de TIC realizadas

- a) Origem: PDTIC (KR1-3.1)
- b) Meta para período de abrangência do relatório: > 50%
- c) Resultado alcançado: 35% (5 iniciativas concluídas de um total de 14 planejadas)
- d) Observação:
 - O perfil atual da equipe de TIC está mais voltado para desenvolvimento e implantação de sistemas e soluções de infraestrutura, pela via da execução/entrega direta. Para aprimorar as contratações, por meio das quais as soluções são entregues pela via indireta, tem sido trabalhado o desenvolvimento de competências na equipe. Nesse sentido, foram ofertados durante o exercício, pelo menos dois eventos de capacitação em contratações públicas, com participação de grande parte da força de trabalho de TIC.
 - Outro aspecto a ser considerado na avaliação do indicador, consiste nos processos de planejamento de contratações, que estão mais complexos e sofrem análises mais criteriosas do comitê de gestão, o que por vezes demanda mais tempo para a realização das entregas dos artefatos. O comitê tem atuado para melhorar a qualidade no processo de planejamento das contratações, visando sobretudo mitigar fragilidades que impliquem em falhas de execução, bem como, para assegurar o adequado alinhamento da solução aos requisitos do negócio. Um ponto a ser avaliado nos próximos exercícios, a fim de melhorar o desempenho no indicador, consiste em ajustar o plano de contratações à real capacidade da equipe.

5 - Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC

- a) Origem: PDTIC (KR1-4.2)
- b) Meta para período de abrangência do relatório: > 99,50%
- c) Resultado alcançado: 99,46%
- d) Observação: durante o ano houve ao menos três incidentes com grande impacto na disponibilidade dos serviços devido a rompimentos externos de fibras óticas.

6 - Índice de execução do Plano de Capacitação

- a) Origem: PDTIC (KR1-8.1)
- b) Meta para período de abrangência do relatório: 100%
- c) Resultado alcançado: 60% (12 de 20 servidores participaram de ao menos 80 horas de capacitação segundo os critérios definidores do índice)

7 - Número de iniciativas de desenvolvimento colaborativo com outros órgãos

- a) Origem: PDTIC (KR1-9.1)
- b) Meta para período de abrangência do relatório: >= 1
- c) Resultado alcançado: 1 (desenvolvimento de módulos/funcionalidades para o sistema Atena)

Gestão de Custos

Conformidade legal (atrt. 50, §3º da LC 101/2000, e Portaria STN 157/2011)

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da **Resolução nº 23.504**, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

Fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “**Itens de Custos**” e “**Atividades/Serviços**”.

No eixo dos “Itens de Custos”, respondemos à questão “**Com o quê?**”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



***Atualmente são 45 itens de custos**

No eixo das “Atividades/Serviços”, respondemos à questão “**Para quê?**”, que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade em troca dos recursos utilizados:



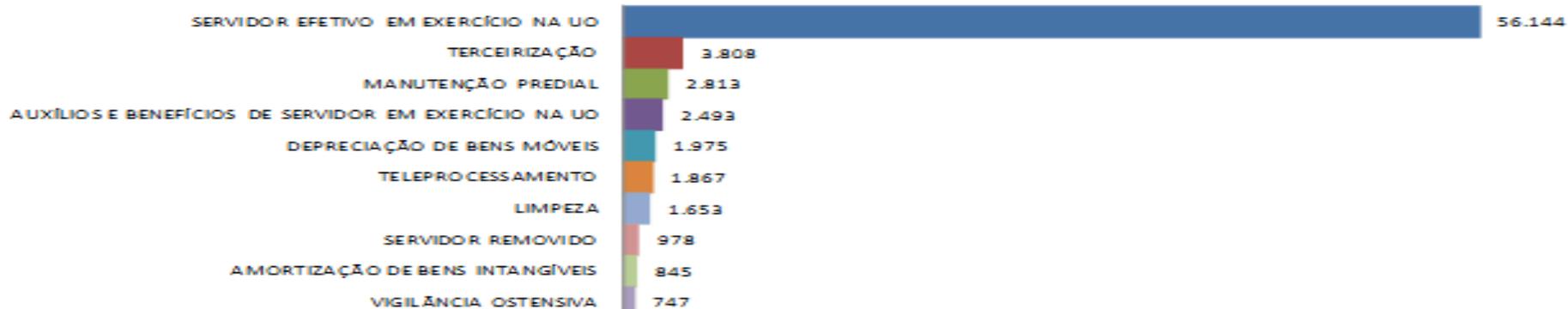
*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois alguns como Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no exercício de 2021, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

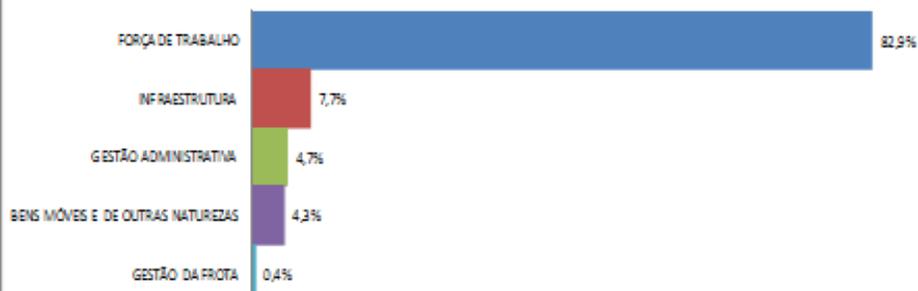
Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



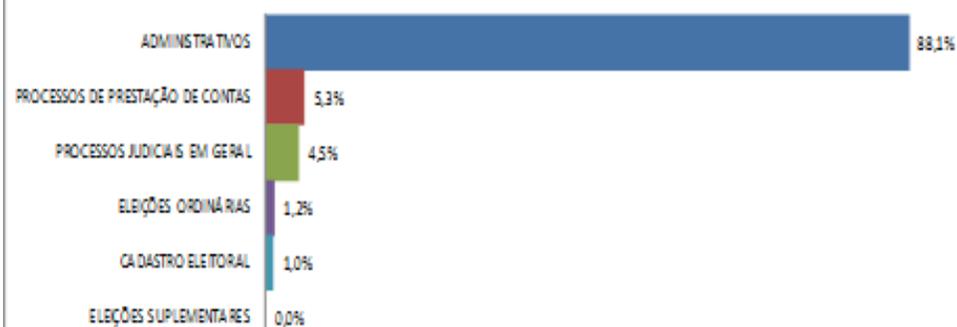
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por Subgrupos (em %)

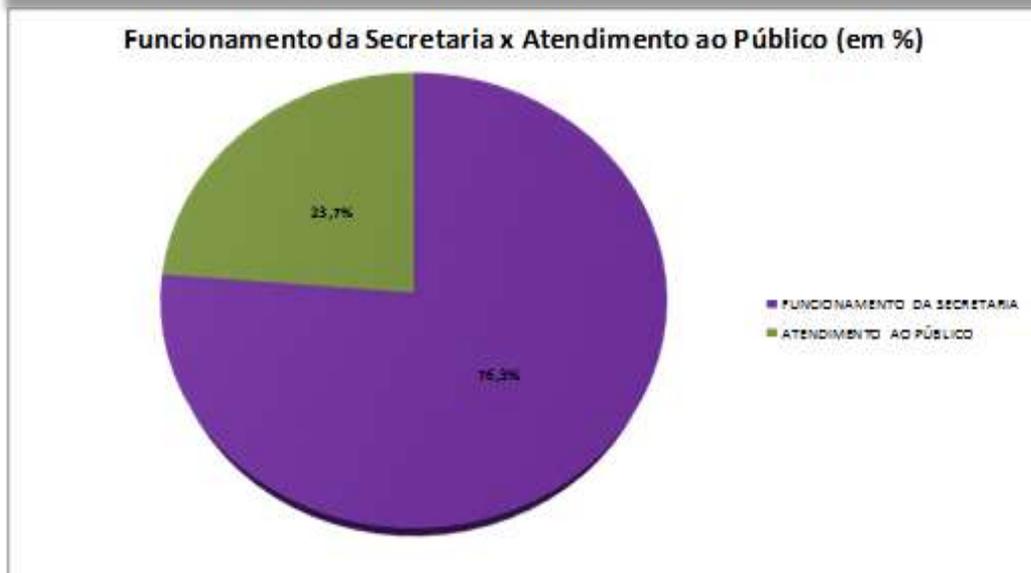


Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

Custos por Atividades/Serviços (em %)



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam e contribuem para o alcance da missão institucional da UPC

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não é responsável direto pela implementação de programas governamentais finalísticos, motivo pelo qual a estimativa e alocação de custos no âmbito da Justiça Eleitoral em Rondônia não leva em conta essa característica.

Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos

Desafios

13. Aprimorar a qualidade das informações de custos de modo a permitir seu incremento no processo de tomada de decisão

Ações

1. Implementação de melhorias no processo de apuração de custos e disseminação da importância dessas informações no âmbito dos gestores de despesas

AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE EXERCÍCIO DE 2021

- ◆ Nos termos da Resolução CNJ 400/2021, apresenta-se o relatório anual de Sustentabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, referente às ações, indicadores e metas do exercício de 2021.
- ◆ O Plano de Logística Sustentável aprovado pela Portaria 239/2021 traz indicativos de ações e metas a serem cumpridas para o bom desenvolvimento de nosso regional, incluindo-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU no contexto organizacional, os quais passam a ser observados com maior consistência e atenção.
- ◆ Neste relatório apresentaremos o andamento das ações propostas, as barreiras até então encontradas e as soluções implementadas para o desenvolvimento sustentável da Justiça Eleitoral.

Sendo esses os indicadores monitorados pelo PLS, verifica-se que todas as metas foram cumpridas. Entretanto, seu cumprimento deveu-se à situação atípica vivida em 2021, pela qual a maior parte do tempo tivemos um grande número de servidores em atividades remotas. Não fosse por essa razão, o quadro poderia ter resultado diferente. Para o exercício de 2022, ainda serão mantidas as metas do PLS, posto que a evolução da pandemia ainda é incerta, assim como as normatizações sobre horário de expediente, uso de energias sustentáveis e trabalho remoto não foram alteradas. Como ação de redução do consumo desses itens, a Comissão tem enviado regularmente informações a todos os servidores sobre a evolução desses dados, sempre parabenizando pela redução de consumo ou questionando as situações atípicas. Dessa forma, todos são mantidos em constante alerta sobre a necessidade de cuidar da gestão dos recursos utilizados.

Metas

Item	Un.	Meta estabelecida	Resultado	% de consumo
Consumo de papel sulfite	Resmas	1.078	208	19%
Consumo de copos 180ml	Cento	980	175	18%
Consumo de copos 50ml	Cento	294	61	21%
Impressão	Paginas	588.000	153.109	26%
Energia elétrica	KWh	1.343.250	887.336	66%
Água encanada	M ³	2.985	2.173	73%
Gasolina	Litros	6.000	1.876	31%
Óleo Diesel	Litros	25.000	9.463	38%

- ◆ Sendo esses os indicadores monitorados pelo PLS, verifica-se que todas as metas foram cumpridas. Entretanto, seu cumprimento deveu-se à situação atípica vivida em 2021, pela qual a maior parte do tempo tivemos um grande número de servidores em atividades remotas. Não fosse por essa razão, o quadro poderia ter resultado diferente.
- ◆ Para o exercício de 2022, ainda serão mantidas as metas do PLS, posto que a evolução da pandemia ainda é incerta, assim como as normatizações sobre horário de expediente, uso de energias sustentáveis e trabalho remoto não foram alteradas.
- ◆ Como ação de redução do consumo desses itens, a Comissão tem enviado regularmente informações a todos os servidores sobre a evolução desses dados, sempre parabenizando pela redução de consumo ou questionando as situações atípicas. Dessa forma, todos são mantidos em constante alerta sobre a necessidade de cuidar da gestão dos recursos utilizados.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





Cuidados com a saúde da população

- ◆ A Justiça Eleitoral agiu com celeridade na criação de balcões virtuais para o atendimento ao eleitor, permitindo que a emissão de documentos pudesse ser feita remotamente, evitando-se o atendimento presencial e suas consequências para a saúde.
- ◆ Também foram estabelecidas regras de acesso dos servidores, de forma que todos precisaram apresentar comprovante de vacinação, manter o uso de máscaras e obedecer o distanciamento recomendado, para que os pontos de atendimento, sejam em postos, centrais e cartórios, não se tornassem propícios à propagação da COVID-19.

Ações preventivas de saúde

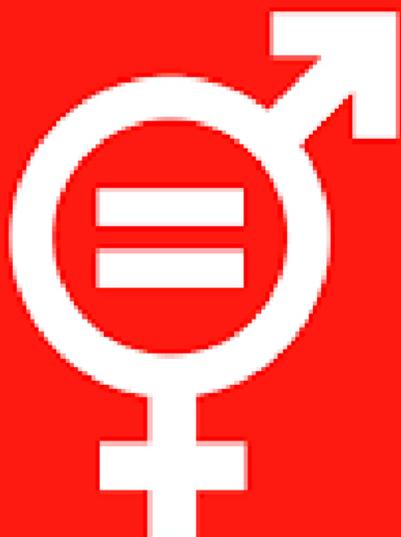
- ◆ Diante do cenário pandêmico vivenciado, a Justiça Eleitoral tomou medidas importantes para o controle da contaminação entre os servidores e trabalhadores terceirizados, como:
 - ◆ incentivo ao trabalho remoto;
 - ◆ vacinação antigripal;
 - ◆ acompanhamento da saúde dos magistrados, servidores e dependentes;
 - ◆ campanhas de esclarecimento e orientação;
 - ◆ incentivo ao cumprimento do protocolo sanitário.



Disseminação de temas transversais

- ◆ Temas necessários para o conhecimento dos servidores foram abordados em eventos de integração e qualidade de vida, sendo eles:
 - ◆ Acolhimento da Pessoa com Deficiência
 - ◆ Aspectos Psicológicos do Assédio Moral
 - ◆ Inteligência Espiritual
 - ◆ Paternidade Responsável
 - ◆ Atendimento às pessoas vítimas de violência doméstica
 - ◆ Ética no serviço público
 - ◆ Atendimento à pessoa não-binária
 - ◆ Autogestão: a importância do relacionamento no trabalho

5 IGUALDADE DE GÊNERO



• Semana da Diversidade

- ◊ Realizada no mês de março de 2021, contou com a participação dos dez órgãos que compõem a ECOLIGA de Rondônia.
- ◊ A ação foi idealizada pelo TRE-RO e contou com a participação de palestrantes e facilitadores do TRT da 14ª Região, Tribunal de Justiça de Rondônia, Defensoria Pública do Estado de Rondônia, Universidade Federal de Rondônia, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, além de palestrante da UnB – Universidade de Brasília.
- ◊ O evento contou com 473 visualizações no Youtube, nos dias de sua realização.

Prestação de Contas Eleitorais

- ◆ Cumprindo sua responsabilidade com o erário, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia recuperou R\$ 359.485,33 referentes a recursos públicos em 18 processos de prestação de contas eleitorais. Além desse montante, foram recuperados R\$ 263.361,34, de 23 processos de prestação de contas examinados. Dessa forma, a Justiça Eleitoral em Rondônia recuperou para os cofres públicos o montante de R\$ 622.846,67.



Ecoliga de Rondônia

- ◆ Em parceria com a Ecoliga de Rondônia, o TRE-RO participou do Seminário de Sustentabilidade, que versou sobre vários temas de interesse dos órgãos partícipes e levou à sociedade o conhecimento sobre as ações que estão em andamento para a melhoria do uso racional de recursos em cada organização.
- ◆ Para esse evento a Justiça Eleitoral contratou a palestra da senhora Lala Deheizelin, que versou sobre a construção de futuros desejáveis por parte dos órgãos públicos brasileiros.

17 PARCERIAS E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO



Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Verifica-se, portanto, que a atuação ordinária de nosso regional atende, em muitos aspectos, os objetivos propostos, conforme descrito no Plano de Logística Sustentável. Algumas ações estão em estudo, para breve implementação, como as medidas propostas no último relatório, que dizem respeito à redução do consumo de energia elétrica.



Indicadores de Sustentabilidade

Resultados dos principais indicadores registrados no exercício

Descarte Sustentável de Resíduos

Doação de resíduos de obras

RELAÇÃO DOS MATERIAIS DOADOS			
DESCRIÇÃO	Unidade	Quant	Peso Estimado Total (Kg)
Placa de Piso elevado + acessórios	Unidade	1456	33.000
Telha termoacústica	Metro	732	5.900
Luminária Fluorescente Embutir	Unidade	120	240
Kit Vaso Sanitário com caixa acoplada	Unidade	4	80
Mictório	Unidade	2	20
Pia em granito	M ²	2	150
Rampa em chapa de ferro 0,90 m x 1,20 m	Unidade	2	80
Calha em zinco	Metro	90	50
PESO TOTAL DOS ITENS			39.520

RELAÇÃO DOS MATERIAIS DOADOS			
DESCRIÇÃO	Unidade	Quant	Peso Estimado Total (Kg)
Luminária Fluorescente Embutir	Unidade	314	628
Luminária Fluorescente Embutir - Grande	Unidade	44	176
Lâmpadas	Unidade	52	7
Divisórias	Unidade	50	1.100
Portas	Unidade	19	264
Telha termoacústica	Metro	18	144
Batentes	Unidade	10	90
PESO TOTAL DOS ITENS			1.319

DOAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO

ÓRGÃO	MATERIAL DESTINADO / QUANTIDADE
SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH	871 unidades de álcool em gel 70% 190g 600 unidades de álcool em gel 70% 400g 100 unidades de face shield 10 unidades de fita para demarcação de piso
CENTRO ESPÍRITA BENEFICENTE UNIÃO DO VEGETAL	240 unidades de álcool em gel 70% 400g 50 unidades de face shield 10 unidades de fita para demarcação de piso
LAR DO BEBÊ	120 unidades de álcool em gel 70% 400g 1.696 potes de lenços umedecidos 5 unidades de fita para demarcação de piso
CASA DO ANCIÃO SÃO VICENTE DE PAULA	1.075 unidades de lenços umedecidos 5 unidades de fita para demarcação de piso
ASSOCIAÇÃO BERADEIRO	312 unidades de álcool em gel 70% 400g 446 unidades de face shield 10 unidades de fita para demarcação de piso
APAE - CANDEIAS DO JAMARI	120 unidades de álcool em gel 70% 400g 5 unidades de fita para demarcação de piso
APAE - PORTO VELHO	120 unidades de álcool em gel 70% 400g 5 unidades de fita para demarcação de piso
ASSOCIAÇÃO ACOLHEDORA CONFRONTANDO GIGANTES	96 potes de lenços umedecidos 18 caixas de chás 60 unidades de álcool líquido 56° 21 unidades de álcool em gel 70% 190g 12 unidades de álcool em gel 70% 400g 18 caixas de chás 48 unidades de álcool em gel 70% 400g Fitas para demarcação de piso 1 Notebook
INSTITUTO CANDELÁRIA DE PORTO VELHO - ICPV/RO	317 caixas de chá erva mate 111 caixas de chá cítrico 783 caixas de chá de erva doce 39 caixas de chá de camomila
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR	84 resmas de papel braile
ESCOLA PETRÔNIO BARCELOS	959 unidades de álcool etílico líquido 46 INPN
ESCOLA MADEIRA MAMORÉ	7 unidades de toner para copiadora 436 unidades de filme de tinta para fax-fone 13 unidades de servidor de impressão ethernet 1 cartucho de grampo para impressora 13 unidades de cabo adaptador 12 unidades de cartucho de tinta 7 unidades de luminária de emergência 35 unidades de cartucho de dados 1858 camisetas eleições
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROLIM DE MOURA	284 potes de lenços umedecidos
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MACHADINHO DO OESTE	35 potes de lenços umedecidos
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE RONDÔNIA - AMA/RO	1456 unidades de placa de piso elevado + acessórios 732 metros de telha termoacústica 120 unidades de luminária fluorescente embutir 4 unidades de kit vaso sanitário com caixa acoplada 2 unidades de mictório 2 metros de pia em granito 2 unidades de rampa em chapa de ferro 0,90 m x 1,20 m 90 metros de calha em zinco
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE RONDÔNIA - AMA/RO	314 unidades de luminária fluorescente embutir 44 unidades de luminária fluorescente embutir - grande 52 unidades de lâmpada 50 unidades de divisória 19 unidades de porta 10 unidades de batente
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DE RONDÔNIA - CAERD	800m ² / 9 toneladas de telha 6 toneladas de estrutura metálica

INDICADORES MONITORADOS

PRINCIPAIS DADOS COLETADOS EM ATENDIMENTO ÀS RES. 201/2016 E 400/2021

Papel e Impressão

Consumo de papel em resmas

A quantidade de papéis demandada ao Almoxarifado em 2021 obedeceu a uma curva anômala, sendo que a demanda por papel no início do ano é estimada pelas unidades demandantes a partir da expectativa de atividades presenciais para o exercício. No mês de outubro, em virtude do retorno às atividades presenciais, a requisição de papéis pelas unidades seguiu a mesma lógica. Entretanto, ao verificar o volume de impressões no ano, observamos que há um estoque de papéis nas unidades.

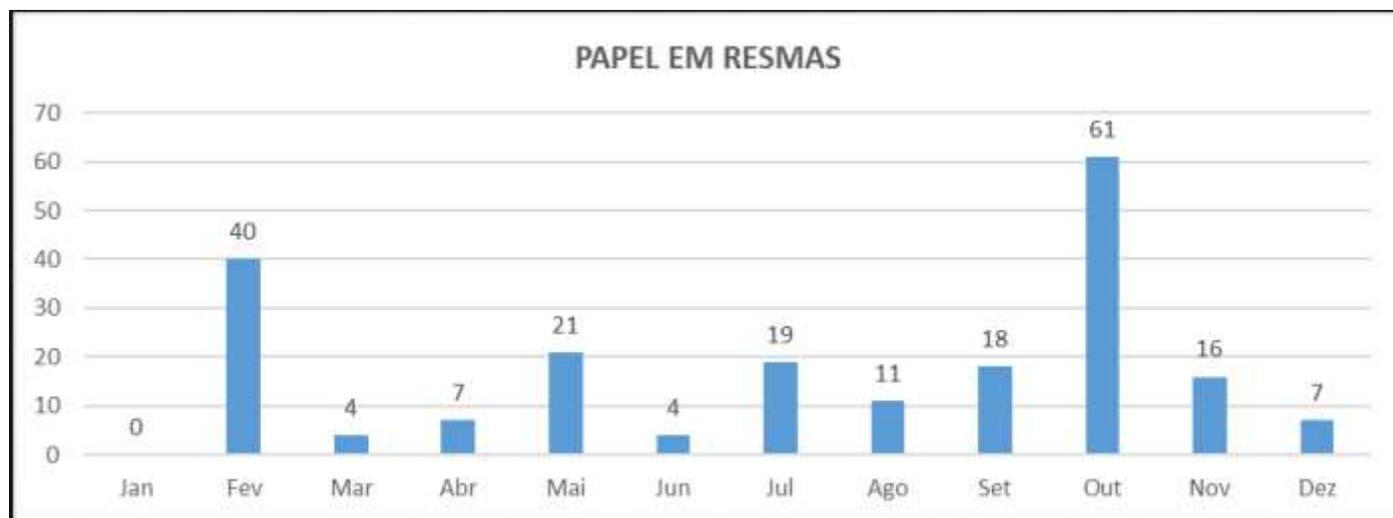


Figura 1: Resmas de papéis demandadas ao Almoxarifado no exercício de 2021

Volume de impressões

O volume de impressões comparado mês a mês no último biênio apresenta como resultado que os três primeiros meses de 2020, período anterior à pandemia, registraram um volume ainda alto de impressões.



Figura 2: Volume de impressões. Comparativo mês a mês no biênio 2020/2021

Com o trabalho remoto a queda do volume de impressões foi vertiginosa (figura 2), registrando-se o aumento sazonal no período eleitoral (setembro e outubro de 2020) e queda ainda maior nos meses seguintes.

Em 2021, mesmo com o retorno às atividades presenciais, os meses de outubro a dezembro não apresentaram volume de impressão similar ao observado nos meses de janeiro a março de 2020.

A Figura 3 apresenta a redução do volume de impressões no período de 2018 a 2021. Sendo os principais fatores de uso de impressões:

- Atendimento ao eleitor e emissão de títulos eleitorais;
- Acessibilidade: servidores que não têm saúde ocular suficiente para a leitura de documentos extensos nas telas;
- Cultura: servidores que têm o hábito de leitura em papel, que perdem o foco e concentração na leitura de telas.



Figura 3: Histórico anual do volume de impressões

Essas causas levantadas por meio de entrevistas e observações junto às principais unidades consumidoras de impressões, podem demandar ações da Comissão Gestora do PLS, o que atualmente é feito pelas comunicações de conscientização, via e-mail institucional, realizadas periodicamente pela Comissão

Consumo de copos descartáveis

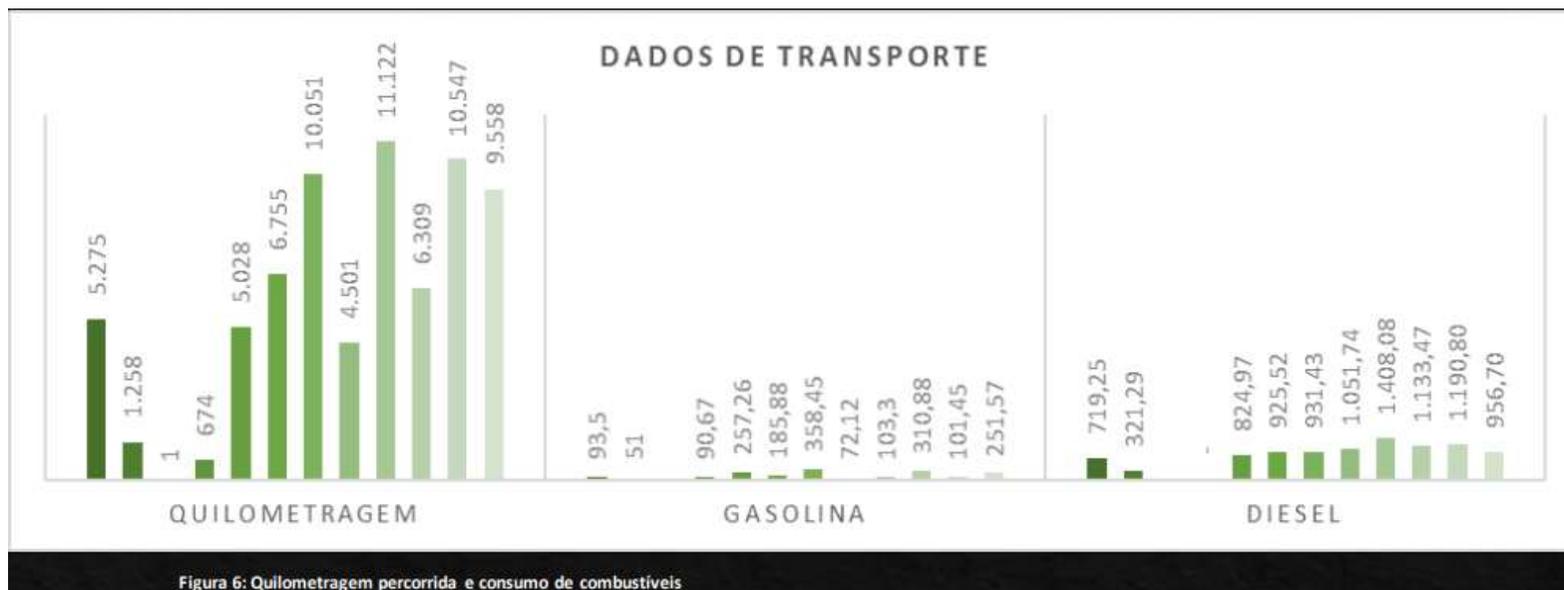
◆ Após a retirada de circulação dos copos descartáveis, o TRE-RO passou a liberar o uso desse material apenas para as centrais de atendimento ao eleitor e durante os eventos oferecidos ao público externo. Dessa maneira, os gráficos apresentados nas Figura 4 e 5, registram a quantidade de centos de copos disponibilizados às unidades no exercício de 2021.



Figura 4: Quantidade de copos 180ml, em centos, distribuídos às unidades

- ◆ Com as medidas adotadas para a redução do uso de copos descartáveis, o TRE-RO registrou a demanda nula por copos em vários meses do ano.
- ◆ Está em estudo, junto à Seção de Almojarifado, a possibilidade de descarte sustentável dos copos ainda em estoque e de aquisição de copos fabricados com materiais biodegradáveis.

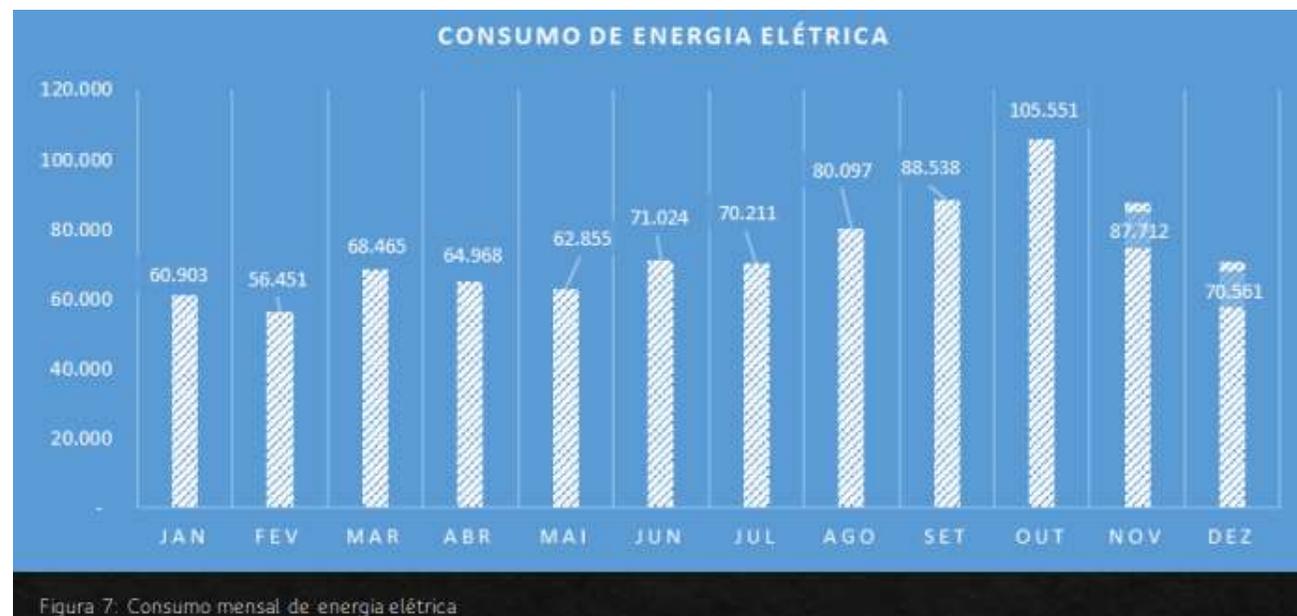
Transporte



- Os dados coletados referentes à quilometragem percorrida e consumo de combustíveis, Figura 6, apontam para uma curva irregular do uso do transporte próprio da Justiça Eleitoral em Rondônia.
- Os dados apresentados pela Seção de Transporte, demonstram que o uso dos veículos e combustíveis ainda ocorre por demanda, sendo necessário que se estabeleça uma ação mais efetiva para a normalização do uso desse recurso.

Energia Elétrica

O consumo de energia elétrica, Figura 7, ainda foi relativamente alto no exercício de 2021, gerando uma despesa de R\$ 620.945,23 (seiscentos e vinte mil, novecentos e quarenta e cinco mil reais e vinte e três centavos).



Observa-se que a redução do consumo de energia no exercício é compatível com a curva do trabalho presencial, sendo necessário enfatizar a implementação de ações que impactem radicalmente no consumo de energia elétrica, sendo as principais propostas: Alteração do horário de trabalho para o período da manhã, exigindo-se menor atividade dos climatizadores de ar; Impedimento do trabalho presencial a partir das 15 horas nos dias úteis; e Instalação de usinas fotovoltaicas para redução do consumo de energia elétrica produzida por fontes não renováveis.

Observações

- ◆ Os dados coletados pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável são muito mais amplos do que é possível expor em um único relatório, sendo apontados os principais para o contexto atual.
- ◆ A plena implementação das ações definidas pela Res. 400/2001 ainda depende da análise de diversos fatores, dado que o TRE-RO é um órgão de pequeno porte, que sofre com escassez de recursos materiais e humanos. Entretanto, observa-se o empenho da gestão e das unidades envolvidas no monitoramento e implementação dessas ações, de forma que já é possível observar uma boa movimentação em torno da sustentabilidade ambiental.
- ◆ Embora o CNJ estabeleça parâmetros de competição entre os tribunais, por meio do seu modelo de qualidade, as unidades responsáveis pela sustentabilidade têm atuado de forma solidária e colaborativa, o que fortalece a sustentabilidade ambiental do Poder Judiciário como um todo.
- ◆ A situação que foi imposta a todo o Poder Público, motivada pela pandemia por COVID-19, provocou redução significativa do consumo de alguns recursos materiais, o que distorceu sobremaneira a série histórica dos dados coletados. Por outro lado, os dados referentes ao período de 2020 e 2021, representam o limite de consumo de recursos naturais que a Justiça Eleitoral pode atingir, tendendo a se tornarem metas.

IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

No intuito de cumprir a Meta Específica n. 9 do CNJ, consistente em realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia escolheu O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n. 5 de Igualdade de Gênero.

As ações buscaram focar a garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para assunção da liderança feminina em todos os níveis da vida política, econômica e pública.

AÇÕES ALUSIVAS AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER



Por ocasião do Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2021, foram realizadas as seguintes ações:

- 🇧🇷 Semana da Mulher: Justiça e Equidade
- 🇧🇷 O que querem as mulheres?
- 🇧🇷 Campanha # LIDERA MULHER
- 🇧🇷 Rodas de Debates
- 🇧🇷 Projeto LER EMPODERA

SEMANA DA MULHER: JUSTIÇA E EQUIDADE

Organizada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia juntamente com os seguintes parceiros: Universidade Federal de Rondônia, Procuradoria da República de Rondônia, Defensoria Pública da União, Ministério Público do Trabalho, Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Tribunal de Justiça de Rondônia, Ministério Público do Estado de Rondônia, Tribunal de Contas de Rondônia.



O evento foi transmitido ao vivo pelo canal do Youtube da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça de Rondônia, nos dias 08 e 10 de março, disponível nos links: <https://www.youtube.com/watch?v=hPsP0gpQMH4> e <https://www.youtube.com/watch?v=FJbB8Kzv0IE> com os temas: equidade de gênero, prevenção à violência doméstica, desafios contemporâneos da mulher no trabalho e feminismo e deficiência.



O QUE QUEREM AS MULHERES?

O TRE RO participou do evento nacional “O que querem as mulheres?” realizado no período de 08 a 12 de março de 2021 pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos TRE’s de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Com temas como o papel da mulher na política e na sociedade, violência de gênero no ambiente de trabalho e violência política contra as mulheres.

Vídeos e matérias disponíveis nos endereços:

<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Marco/mulheres-debatem-discussao-sobre-igualdade-e-mais-espaco-feminino-na-politica-marcam-1a-edicao-do-encontro>

<https://www.youtube.com/watch?v=XKq980-bBUw>,

<https://www.youtube.com/watch?v=FXK6tK1zixw>,

<https://www.youtube.com/watch?v=TvITseCwBQo>

<https://www.youtube.com/watch?v=eGw99kqKgxA>

<https://www.youtube.com/watch?v=yQRqxZLAhSA>



CAMPANHA # LIDERA MULHER

A campanha #LideraMulher, publicada nas redes sociais, intranet e página da internet do TRE RO, teve como objetivo abordar temas inerentes à igualdade de gênero em cargos de liderança e questões relativas à atuação feminina no ambiente de trabalho. Foram abordados temas como: o desafio de tornar o Judiciário mais igualitário, assédio sexual no ambiente de trabalho, lideranças femininas na diretoria-geral do TRE RO.



RODAS DE DEBATES

Nos dias 7 de julho e 25 de outubro, por meio da Comissão Gestora de Políticas de Gênero, o TRE realizou “Roda de Debates”, de forma virtual pelo aplicativo Zoom, com o tema “Financiamento Público de Campanhas Eleitorais Femininas”. Os eventos contaram com a participação da professora e servidora da Justiça Eleitoral, Lara Marina Ferreira, palestrando o tema. A mediadora foi a Diretora Geral do TRE-RO, Lia Maria Araújo Lopes, e debatedores representantes dos Órgãos Partidários Regionais do Estado de Rondônia e representante do Conselho Regional de Contabilidade e Ordem dos Advogados de Rondônia.

Roda de Debates
#LideraMulher

Financiamento Público de Campanhas Eleitorais Femininas

Palestrante
Lara Marina Ferreira
Professora e servidora da Justiça Eleitoral

Mediadora
Lia Maria Araújo Lopes
Diretora-geral do TRE-RO

Debatedores
Jaqueleine Casati - Presidente Regional do PP
Rosária Helena - Presidente Regional do PSD
Elba Oliveira Araújo - Representante do CRECO
David Perobá - Presidente Regional do Solidareidade
Valter Queiroz da Silva - Presidente Regional do PTC

7 de julho de 2021 | 15h

Inscrições ABERTAS

LINK NA DESCRIÇÃO

Videoconferência zoom

justicialeitoral.gov.br

TRE-RO

FINANCIAMENTO PÚBLICO
CAMPANHAS ELEITORAIS FEMININAS

#LideraMulher

Palestrante
Lara Marina Ferreira
Servidora do TSE

Mediadora
Lia Maria Araújo Lopes
Diretora-geral do TRE-RO

Roda de Debates
#LideraMulher

Debatedores
Mariana Carvalho - PSDB -
Valter Queiroz - PMN -
Evaldo de Lima - PL -
Vinícius Miguel - CIDADANIA -
Marcos Neves - PATRIOTAS -
Herbert Lins - AVANTE -
Veralice Veris - DAB Mulher -
Marli Rosa - PDT -

Inscrições ABERTAS

Acesse pelo QR Code

ou Clique aqui!

25 de outubro de 2021
15:00 Horas

COMISSÃO GESTORA DE POLÍTICAS DE GÊNERO

TRE-RO

As “Rodas de Debates” buscaram esclarecer aspectos da legislação eleitoral sobre o financiamento público destinado às campanhas eleitorais femininas, fomentar maior participação das mulheres na política e promover reflexões sobre a igualdade de gênero nos espaços de poder.

PROJETO LER EMPODERA

O projeto “**LER EMPODERA - Mulheres venham para o clube do livro!**” visa o debate acerca da igualdade de gênero e da participação de mulheres na política mediante a conscientização de temas relacionados ao patriarcado estrutural, trajetória das sufragistas no mundo e no Brasil, violência de gênero, discriminação de gênero, assédio sexual e moral no ambiente de trabalho, entre outros, por meio da leitura de livros.

A ação é direcionada ao público feminino, magistradas, servidoras, terceirizadas e estagiárias do tribunal, com a disponibilização de livros e a realização de rodas de conversas.

Por meio da Comissão Gestora de Políticas de Gênero, foram realizadas duas rodas de leitura, via aplicativo zoom, nos dias **01/10/2021** e **02/12/2021** com a leitura do primeiro capítulo do livro “**Os homens explicam tudo para mim**”, da escritora Rebecca Solnit.

Foram franqueados para leitura exemplares de livros com a temática da igualdade de gênero e de empoderamento das mulheres.



RESGATE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ELEITORAL

Foi dada continuidade aos trabalhos de preservação e divulgação da memória da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia, com mostras no endereço <https://www.tre-ro.jus.br/o-tre/cultura-e-historia>.

O Tribunal instituiu a Política de Gestão de Memória no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia, por meio da Resolução n. 11/2021, em atenção à Resolução CNJ n. 324/2020, que instituiu diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental.

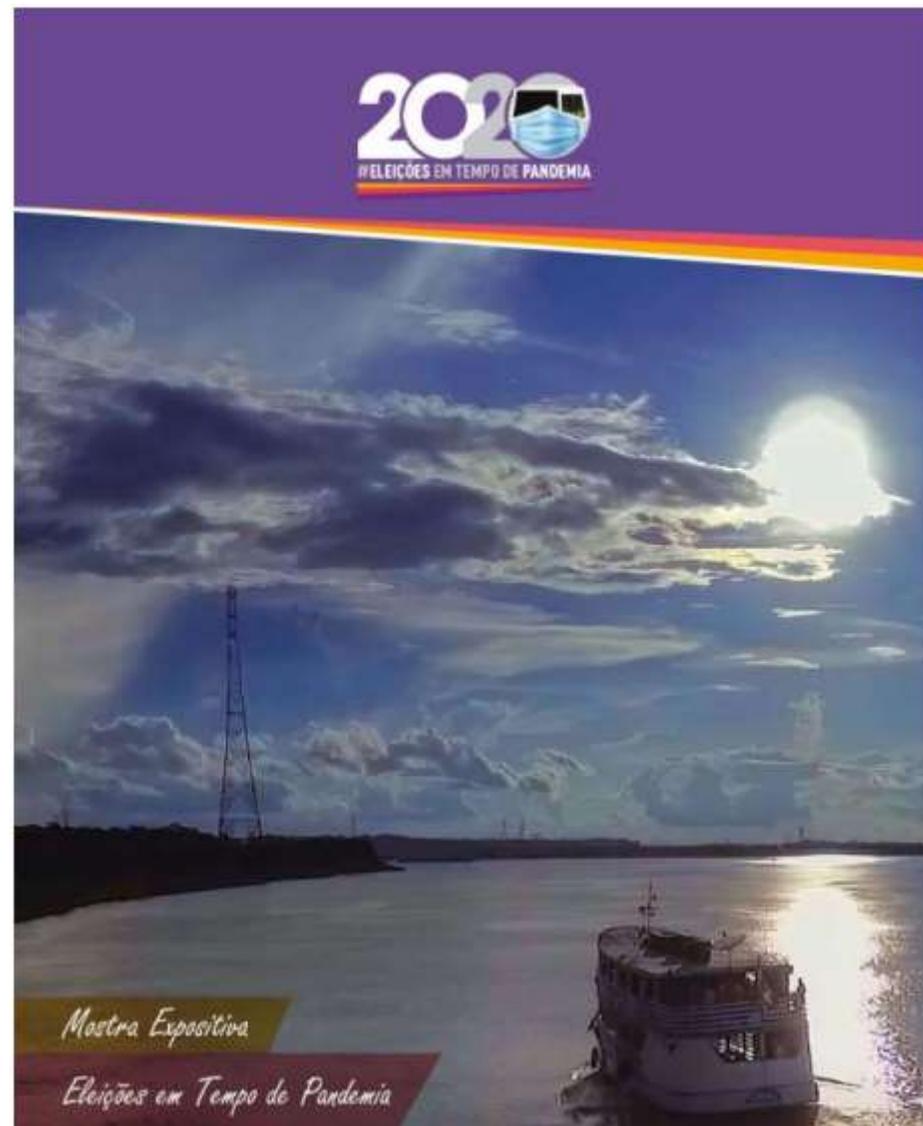
Foi realizada adequação do espaço reservado ao Centro de Memória e Documentação Histórica da Justiça Eleitoral de Rondônia no edifício sede, transferindo as mostras do piso térreo para o saguão do primeiro e segundo pisos.

Em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário, instituído pela Resolução nº 316/2020, do Conselho Nacional de Justiça, celebrado em 10 de maio, foi feito o lançamento da mostra expositiva Eleições em Tempo de Pandemia.

A exposição encontra-se disponibilizada no formato físico, nos espaços do prédio sede do TRE, e virtual, no endereço: <https://www.tre-ro.jus.br/o-tre/cultura-e-historia/2021-dia-da-memoria-do-poder-judiciario>.

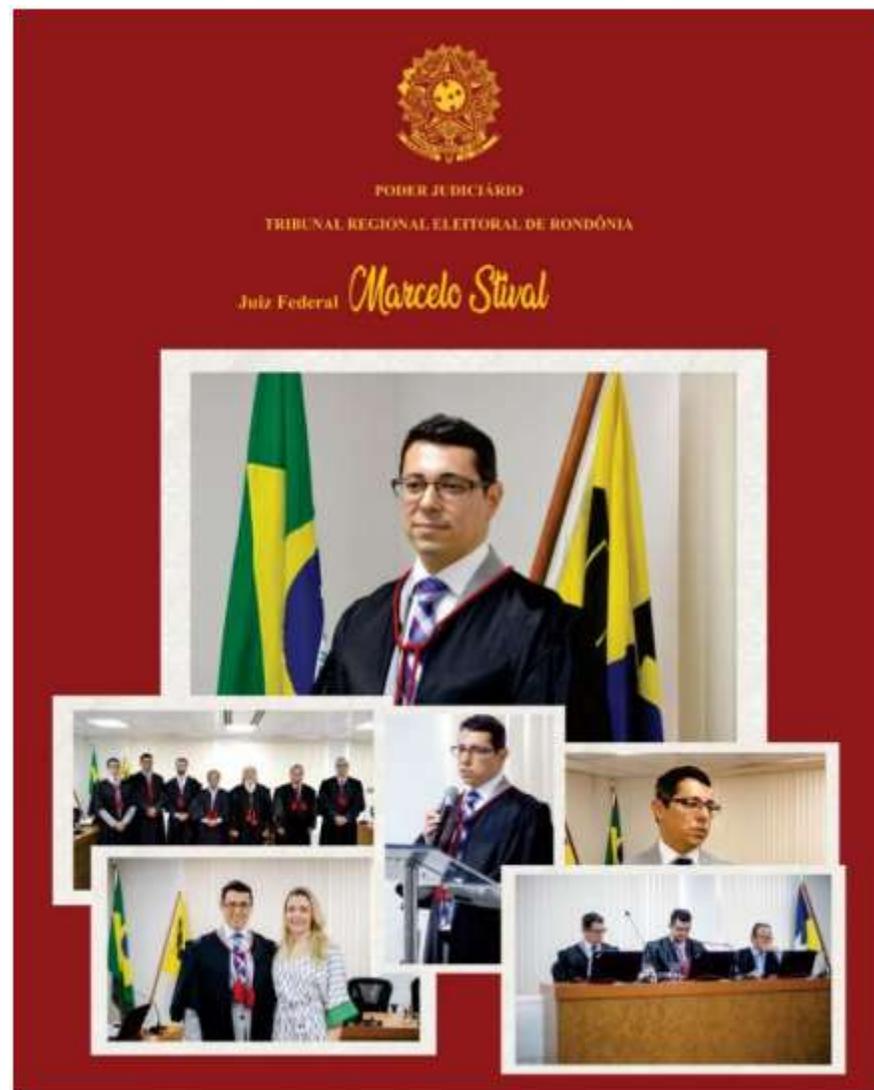
A mostra faz um recorte cronológico das eleições municipais no contexto da pandemia da covid-19.

Dia da Memória do Poder Judiciário



Book de Membro da Corte

Com enfoque na produção da narrativa acerca da história do Poder Judiciário e na busca da consolidação da imagem institucional, foi editado um livro de memória do membro da Corte Eleitoral, Juiz Federal Marcelo Stival, por ocasião do seu desligamento da Corte deste Tribunal no ano de 2021.



Entrevista com os Ex-Presidentes

Com o fim de compor vídeo documentário da Memória Eleitoral, a Comitê Gestor da Memória captou depoimentos dos ex-presidentes do TRE-RO. O objetivo é criar um arquivo com registros históricos das gestões passadas de desembargadores que passaram pela Justiça Eleitoral de Rondônia.



Galeria dos Membros da Corte

Por ocasião da solenidade de posse da Gestão do TRE-RO 2022-2023, dia 25/11/2021, foi inaugurada a Galeria das Cortes de 1982 a 2021 no Hall da Presidência no segundo piso do prédio sede do Tribunal. Disponibilizada, também, no Portal da Memória do TRE no endereço: https://www.tre-ro.jus.br/otre/cultura-e-historia/arquivos/corte-eleitoral-1982-a2021/rybena_pdf?file=https://www.tre-ro.jus.br/o-tre/cultura-e-historia/arquivos/corte-eleitoral-1982-a-2021/at_download/file.



Edição e Publicação do Livro Biografias e Discursos dos

No intuito da preservação da memória institucional, foi editado e publicado o livro de Biografias e Discursos dos Presidentes que contém a trajetória profissional e coletânea dos principais discursos dos presidentes de 1982 a 2021. O conteúdo do material impresso encontra-se na rede mundial https://www.tre-ro.jus.br/otre/cultura-e-historia/arquivos/biografias-e-discursos-dos-presidentes-1982-2021/rybena_pdf?file=https://www.tre-ro.jus.br/o-tre/cultura-ehistoria/arquivos/biografias-e-discursos-dos-presidentes-1982-2021/at_download/file





NOVO REGIMENTO INTERNO DO TRE

Na 78ª sessão ordinária, a Corte aprovou o novo Regimento Interno do TRE-RO, por meio da Resolução n. 14/2021. O trabalho de atualização do regimento foi capitaneado pela Comissão Revisora do Regimento, sob a coordenação do Corregedor, Desembargador Alexandre Miguel. O novo regimento revogou integralmente a Resolução TRE-RO n. 36/2009.



Em atendimento à determinação do Presidente, com vistas à preservação da memória institucional, foi providenciada a editoração do Regimento Interno e a impressão de vários exemplares, sendo destinados para a guarda da Biblioteca do TRE-RO e para o Centro de Memória e Documentação Histórica da Justiça Eleitoral de Rondônia.

DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO

Biblioteca Física e Digital



Para difusão do conhecimento foram adquiridos para a biblioteca física do Tribunal 339 livros das áreas de interesse dos serviços inerentes ao Tribunal.

Para manter o acesso remoto aos serviços da biblioteca digital foram disponibilizados aos magistrados e servidores em trabalho remoto, os serviços das bibliotecas digitais da Editora Fórum, Editora Saraiva, JUSBRASIL, além de publicações de boletins e revistas da área administrativa da Editora Governet e Revista JML.

Editoração e Publicação

Visando a sedimentação e difusão da jurisprudência, o TRE-RO publicou a seleção de julgados que compõem publicações como a Revista de Jurisprudência do TRE-RO e o Informativo BiblInforme.



A Revista, de periodicidade anual, compila os julgados paradigmas e relevantes exarados pela Corte, apresentando decisões sobre temas afetos ao processo eleitoral, sobretudo os relativos a abuso de poder econômico, político e dos meios de comunicação, condições de elegibilidade e inelegibilidade, uso de recurso públicos por partidos políticos e candidatos, captação ilícita de votos, dentre outros.

O Informativo BiblInforme, de periodicidade mensal, contém, além de decisões judiciais relativas à matéria eleitoral, indicação de artigos e obras sobre os diversos ramos do direito, temas relacionados às relações de trabalho, saúde coletiva, bem-estar, além de dicas culturais, com indicação de links para acesso a obras consagradas de nossa literatura.

O Serviço de Legislação Compilada permite o fácil acesso a todos os atos normativos do Tribunal e às suas atualizações, de modo que tão logo editados estejam disponíveis para consulta na página do TRE-RO.

Gestão Documental



A gestão documental no TRE-RO é disciplinada pela Resolução nº 38, de 1º de setembro de 2016, e pela Instrução Normativa nº 05/2016 que contém os instrumentos para a adequada gestão documental, dentre eles, o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos.

No âmbito desta Justiça, a Comissão Permanente de Avaliação Documental, de composição multidisciplinar, é responsável pela orientação e realização do processo de análise, avaliação e destinação da documentação produzida e acumulada na instituição, identificando, definindo e zelando pela aplicação dos critérios de valor secundário dos documentos e analisando a eliminação daqueles não revestidos desse valor.

O TRE-RO dispõe de um arquivo central sediado em Porto Velho e arquivos locais nas zonas eleitorais.

O TRE-RO promoveu a eliminação de 2.935 documentos/processos da Secretaria do Tribunal e até o final do exercício ainda serão eliminados o total de 7.092 documentos/processos.

A eliminação de documentos e processos é indispensável e faz parte de iniciativas estratégicas do Tribunal, otimizando os espaços destinados aos arquivos e mantendo, na medida do possível, apenas aqueles de guarda permanente.

Os processos são triturados de maneira que não será possível identificar as informações dos documentos, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados, bem como as diretrizes de sustentabilidade e preservação ambiental, pois todo o material é destinado à reciclagem.



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL



Vídeos Institucionais

O TRE-RO, por meio da Comunicação Institucional, produziu mais de 150 horas de filmagens e editou mais de 20 vídeos institucionais, destacando-se: “10 dicas do TRE-RO para prevenção do coronavírus”, “Março Lilás”, “Fechamento de cadastro via TítuloNet”, “Momento eleitoral: dicas para o trabalho em home office”, “Saúde mental na quarentena”, “Covid-19: Essa luta é nossa”, “Sinal Vermelho contra a violência doméstica”, “Calendário Eleitoral”, “Coordenação de Segurança das Eleições”, entre outros. Os vídeos institucionais encontram-se publicados no Canal do Youtube do TRE-RO.

Redes Sociais

Durante o ano de 2021, o TRE-RO utilizou os canais de redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e Whatsapp), todos coordenados pela Seção de Comunicação Social (SECOMS), com publicações de vídeos e posts institucionais sobre temas relevantes, tais como: biometria, valorização da Justiça Eleitoral, dicas de como desenvolver melhor a cidadania, além da divulgação de 199 notícias e informativos no portal da internet, buscando aumentar o alcance ao público, especialmente quanto às matérias de interesse dos eleitores.

RELATÓRIO DE ENGAJAMENTO - REDES SOCIAIS 2021



Demonstrações Contábeis

Neste capítulo encontra-se um resumo da situação financeira da UPC (saldos das principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício, bem como os principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR GERAL: expressando a responsabilidade do contador, as normas contábeis aplicáveis e a asseguaração razoável das demonstrações contábeis

A conformidade contábil das demonstrações contábeis no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é realizada pela Seção de Contabilidade Analítica, que desempenha o papel de Setorial Contábil de unidade gestora perante o Sistema de Contabilidade Federal instituído pela Lei nº 10.180/2001, sob a responsabilidade de profissional de contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia e sob supervisão da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

O processo de verificação da conformidade contábil no TRE-RO baseia-se nas instruções do Manual SIAFI e demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, visando assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes do Sistema de Administração Financeira – SIAFI, onde são registrados os atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União.

Cuida-se de acompanhamento diário dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, com suporte na conformidade de registro de gestão, nos auditores contábeis do SIAFI e outras técnicas de acompanhamento próprias desta Setorial, com especial atenção aos registros contábeis no SIAFI e integração dos saldos destes, bem como, dos sistemas de controle de materiais de consumo e de registro de movimentação de bens móveis, promovendo-se tempestivamente os ajustes devidos de modo a atestar mensalmente a ausência de inconsistências ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis.

Assim, declaramos que as informações constantes das demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxo de, regidos pela Lei nº 4.320/1964, Decreto nº 93.872/1986, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público (NBCT TSP) e às orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição, relativos ao exercício de 2021, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com ressalva para inconsistências no Resultado Patrimonial, nos termos informados nas notas explicativas do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.



Josafá Kuriyama

Contador Responsável
CRC/RO nº 7.727/O

Ricardo Moura Silva

Coordenador de Orçamento, Finanças e
Contabilidade
CRC/RO nº 7.376/O

Demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial

Quadro Principal

		Em R\$	
ATIVO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		8.132.724,15	7.571.458,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	5.343.177,08	5.005.640,92
Créditos a Curto Prazo	2	54.581,48	125.740,41
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	54.581,48	125.740,41
Estoques	3	1.678.481,88	909.895,90
VPD s Pagas Antecipadamente	4	1.056.483,71	1.530.181,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE		65.660.888,05	42.907.641,04
Ativo Realizável a Longo Prazo			-
Investimentos			-
Imobilizado	5	60.824.213,06	37.225.984,73
Bens Móveis		10.928.622,34	11.560.077,92
Bens Móveis		24.162.291,35	23.827.959,78
(-) Depreciação/Amortização Acum. de Bens Móveis		-13.233.669,01	-12.267.881,86
Bens Imóveis		49.895.590,72	25.665.906,81
Bens Imóveis		51.374.693,50	27.123.723,84
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis		-1.479.102,78	-1.457.817,03
Intangível	6	4.836.674,99	5.681.656,31
Softwares		6.464.296,74	6.464.296,74
(-)Amortização Acumulada de Softwares		-1.627.621,75	-782.640,43
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		73.793.612,20	50.479.099,55

		Em R\$	
PASSIVO	NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		8.310.356,96	11.763.504,31
Obrigações Trabalh., Previd. a Pagar a Curto Prazo	7	6.999.895,62	9.782.074,98
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8	1.063.720,50	1.664.000,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	9	246.740,84	317.429,33
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		8.310.356,96	11.763.504,31
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	2021	2020
Resultados Acumulados		65.483.255,24	38.715.595,24
Resultado do Exercício		22.702.077,39	-7.239.062,90
Resultados de Exercícios Anteriores		38.715.595,24	47.081.213,94
Ajustes de Exercícios Anteriores		4.065.582,61	-1.126.555,80
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		65.483.255,24	38.715.595,24
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.793.612,20	50.479.099,55

Balanço Patrimonial

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO			PASSIVO	NE	Em R\$	
	2021	2020			2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	5.343.177,08	5.005.640,92	PASSIVO FINANCEIRO		13.358.434,76	9.672.655,43
ATIVO PERMANENTE	68.450.435,12	45.473.458,63	PASSIVO PERMANENTE		3.420.655,82	6.202.835,18
			SALDO PATRIMONIAL	11	57.014.521,62	34.603.608,94

Quadro das Contas de Compensação (controle)

ATIVO			PASSIVO	NE	Em R\$	
	2021	2020			2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		19.353.323,09	13.910.953,64
Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Atos Potenciais Passivos		19.353.323,09	13.910.953,64
	0,00	0,00	Obrigações Contratuais		19.353.323,09	13.910.953,64
TOTAL			TOTAL	12	-19.353.323,09	13.910.953,64

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-8.108.359,13
Recursos Vinculados	93.101,45
Seguridade Social (Exceto Previdência)	492,64
Previdência Social (RPPS)	-2.900,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	95.508,81
TOTAL	-8.015.257,68

Demonstração das Variações Patrimoniais

		Em R\$	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Financeiras			
Juros e Encargos de Mora		1.783,16	2.254,99
		1.783,16	2.254,99
Transferências e Delegações Recebidas	13	95.913.633,84	99.084.026,14
Transferências Intragovernamentais		95.747.898,34	98.801.188,60
Outras Transferências e Delegações Recebidas	14	165.735,50	282.837,54
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		23.836.674,16	2.265.576,13
Reavaliação de Ativos	15	23.760.578,34	2.138.336,90
Ganhos com Incorporação de Ativos	16	76.067,82	127.239,23
Ganhos com Desincorporação de Passivos		28,00	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17	888.422,21	807.329,21
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		888.422,21	807.329,21



		Em R\$	
Variações Patrimoniais Quantitativas	NE	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas		120.640.513,37	102.159.186,47
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas		97.938.435,98	109.398.249,37
Resultado Patrimonial do Período	23	22.702.077,39	-7.239.062,90

		Em R\$	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
	18	64.497.314,67	69.430.390,22
Remuneração a Pessoal		51.208.182,86	56.325.959,67
Encargos Patronais		9.449.181,46	9.171.019,14
Benefícios a Pessoal		3.144.515,13	3.131.758,67
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		695.435,22	801.652,74
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19	9.263.981,00	8.713.573,46
Aposentadorias e Reformas		7.894.218,19	7.489.791,08
Pensões		1.360.406,75	1.201.469,90
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		9.356,06	22.312,48
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20	22.317.975,48	22.151.991,91
Uso de Material de Consumo		581.961,03	1.896.453,55
Serviços		18.636.553,34	17.128.722,46
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.099.461,11	3.126.815,90
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	10,51
Descontos Financeiros Concedidos		-	10,51
Transferências e Delegações Concedidas	21	1.518.533,69	1.127.263,99
Transferências Intragovernamentais		889.494,29	802.747,39
Outras Transferências e Delegações Concedidas		629.039,40	324.516,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	22	273.983,97	7.902.865,85
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		30.151,33	687.911,17
Perdas Involuntárias		-	5.469,11
Desincorporação de Ativos		243.832,64	7.209.485,57
Tributárias		40.077,61	38.207,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		18.160,49	14.354,83
Contribuições		21.917,12	23.852,99
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		26.569,56	33.945,61
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		26.569,56	33.945,61

Balanco Orcamentário

Em R\$

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES					
RECEITAS DE CAPITAL					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS					
DEFICIT				99.547.399,58	99.547.399,58
TOTAL	24			99.547.399,58	99.547.399,58
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			6.571.923,00		-6.571.923,00
Créditos Cancelados			6.571.923,00		

Em R\$

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		90.834.193,00	96.860.606,00	96.632.765,37	91.588.722,73	91.367.083,39	227.840,63
Pessoal e Encargos Sociais		70.603.736,00	72.541.772,00	72.241.070,83	71.069.078,09	70.847.438,75	300.701,17
Outras Despesas Correntes		20.230.457,00	24.318.834,00	24.391.694,54	20.519.644,64	20.519.644,64	-72.860,54
DESPESAS DE CAPITAL		2.436.000,00	2.981.510,00	2.914.634,21	708.906,03	708.906,03	66.875,79
Investimentos		2.436.000,00	2.981.510,00	2.914.634,21	708.906,03	708.906,03	66.875,79
SUBTOTAL DAS DESPESAS		93.270.193,00	99.842.116,00	99.547.399,58	92.297.628,76	92.075.989,42	294.716,42
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		93.270.193,00	99.842.116,00	99.547.399,58	92.297.628,76	92.075.989,42	294.716,42
TOTAL	25	93.270.193,00	99.842.116,00	99.547.399,58	92.297.628,76	92.075.989,42	294.716,42

Balço Orçamentário

Em R\$

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados							
Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		1.496.596,44	2.447.676,24	2.313.635,93	2.185.915,43	411.673,95	1.346.683,30
Pessoal e Encargos Sociais		1.208.634,00	1.118.224,03	869.960,31	869.960,31	245.263,72	1.211.634,00
Outras Despesas Correntes		287.962,44	1.329.452,21	1.443.675,62	1.315.955,12	166.410,23	135.049,30
DESPESAS DE CAPITAL		40.323,18	127.390,44	128.157,26	128.157,26	39.556,36	-
Investimentos		40.323,18	127.390,44	128.157,26	128.157,26	39.556,36	-
TOTAL	26	1.536.919,62	2.575.066,68	2.441.793,19	2.314.072,69	451.230,31	1.346.683,30

Em R\$

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados						
Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		3.604.341,30	292.268,89	292.268,89	-	3.604.341,30
Pessoal e Encargos Sociais		3.604.341,30	292.268,89	292.268,89	-	3.604.341,30
Outras Despesas Correntes		-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL		-	1.664.030,94	728.030,94	-	936.000,00
Investimentos		-	1.664.030,94	728.030,94	-	936.000,00
TOTAL	26	3.604.341,30	1.956.299,83	1.020.299,83	-	4.540.341,30

Balanço Financeiro

INGRESSOS	Em R\$	
	2021	2020
Receitas Orçamentárias		
Ordinárias		
Vinculadas		
(-) Deduções da Receita Orçamentária		
Transferências Financeiras Recebidas	95.739.749,18	98.766.560,62
Resultantes da Execução Orçamentária	94.877.860,00	98.249.666,28
Sub-repasse Recebido	94.877.860,00	98.249.666,28
Independentes da Execução Orçamentária	861.889,18	516.894,34
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	861.889,18	516.843,39
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	50,95
Recebimentos Extra orçamentários	8.508.522,65	3.754.827,65
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	221.639,34	292.299,83
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	7.249.770,82	2.575.066,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	139.441,28	50.136,72
Outros Recebimentos Extraorçamentários	897.671,21	837.324,42
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	28,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	889.494,05	802.696,44
Demais Recebimentos	8.149,16	34.627,98
Saldo do Exercício Anterior	5.005.640,92	4.952.137,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.005.640,92	4.952.137,35
TOTAL	109.253.912,75	107.473.525,62

DISPÊNDIOS	Em R\$	
	2021	2020
Despesas Orçamentárias	99.547.399,58	98.810.675,16
Ordinárias	87.035.868,59	87.206.621,80
Vinculadas	12.511.530,99	11.604.053,36
Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.793.685,00	1.757.339,91
Previdência Social (RPPS)	8.569.229,99	7.792.073,69
Outros Rec. Vinc. Fundos, Órgãos e Programas	2.148.616,00	2.054.639,76
Transferências Financeiras Concedidas	889.494,29	802.747,39
Resultantes da Execução Orçamentária	0,24	-
Sub-repasse Devolvido	0,24	-
Independentes da Execução Orçamentária	889.494,05	802.747,39
Movimento de Saldos Patrimoniais	889.494,05	802.747,39
Pagamentos Extraorçamentários	3.473.841,80	2.854.462,15
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.020.299,83	216.054,54
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.314.072,69	2.584.625,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	139.441,28	50.136,72
Outros Pagamentos Extraorçamentários	28,00	3.645,56
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	28,00	3.645,56
Saldo do Exercício Seguinte	5.343.177,08	5.005.640,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.343.177,08	5.005.640,92
TOTAL	109.253.912,75	107.473.525,62

Resultado Financeiro



Caixa 2021	-	Caixa 2020	=	Superávit
5.005,64	-	4.952,14	=	53,5

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Em R\$	
	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.902.630,39	3.505.609,27
INGRESSOS	96.776.861,67	99.654.021,76
Outros Ingressos das Operações	96.776.861,67	99.654.021,76
Ingressos Extra orçamentários	139.441,28	50.136,72
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	28,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	95.739.749,18	98.766.560,62
Arrecadação de Outra Unidade	889.494,05	802.696,44
Demais Recebimentos	8.149,16	34.627,98
DESEMBOLSOS	-94.874.231,28	-96.148.412,49
Pessoal e Demais Despesas	-84.612.045,21	-86.329.486,80
Judiciário	-75.367.875,97	-77.630.558,95
Previdência Social	-9.239.951,87	-8.694.143,60
Encargos Especiais	-4.189,37	-1.138,69
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-28,00	-3.645,56
Transferências Concedidas	-9.233.250,50	-8.966.041,58
Intragovernamentais	-9.233.250,50	-8.966.041,58
Outros Desembolsos das Operações	-1.028.935,57	-852.884,11
Dispêndios Extra orçamentários	-139.441,28	-50.136,72
Transferências Financeiras Concedidas	-889.494,29	-802.747,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.565.094,23	-3.452.105,70
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-1.565.094,23	-3.452.105,70
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.565.094,23	-1.988.553,78
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-1.463.551,92
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	337.536,16	53.503,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.005.640,92	4.952.137,35
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.343.177,08	5.005.640,92

Notas Explicativas

Informações gerais: natureza jurídica da entidade; domicílio da entidade; natureza das operações e principais atividades da entidade; declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é órgão integrante do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ sob o número 04.565.735/0001-13, com sede em Porto Velho, Rondônia, situado na Av. Presidente Dutra, nº 1889 Baixa da União, CEP 76.805-901, tem como finalidade precípua gerir o processo eleitoral em Rondônia e assegurar a organização e o exercício dos direitos políticos aos cidadãos, especialmente o direito de sufrágio, estabelecendo para tanto diretrizes que visam garantir a segurança, a lisura e a eficiência do processo eleitoral. Contribuindo, assim, para o fortalecimento da democracia e a consolidação do estado democrático de direito.

Suas principais competências estão fixadas pela Constituição Federal e pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), regulamentadas em seu Regimento Interno (Resoluções 14/2021 e 6/2015).

A Justiça Eleitoral de Rondônia, como justiça especializada, atua em três esferas: na jurisdicional, em que exerce a competência para julgar questões eleitorais; na administrativa, em sua competência para organizar e realizar as eleições, referendos e plebiscitos; e na regulamentar, em sua competência para elaborar normas de funcionamento e organização de suas atividades.

Resumo das políticas contábeis significativas: bases de mensuração utilizadas, como: a. custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável; b. novas normas e políticas contábeis alteradas; c. julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial. Os direitos e as obrigações são mensurados pelo valor original, em moeda nacional. Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades e o método utilizado para mensuração e avaliação é o custo médio ponderado.

Os Ativo Imobilizado, composto pelos bens móveis e imóveis e o Ativo Intangível, são mensurados inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a reavaliação e redução ao valor recuperável, deduzida a respectiva amortização ou depreciação acumulada.

O Imobilizado e o Intangível foram amortizados e depreciados, em observância as técnicas estabelecidas nas normas de contabilidade e no MCASP seus respectivos valores foram contabilizadas mensalmente durante o exercício, utilizando-se a metodologia de cálculo de quotas constantes ou depreciação linear para os bens, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. A depreciação dos bens imóveis é contabilizada diretamente pela Secretaria do Tesou Nacional e segue as diretrizes da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas

Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

	Em R\$			
Fonte/Vinculação de pagamento	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)	AV(%)
100/310 - PAGAMENTO PESSOAL	240.772,17	304.177,25	-20,84	4,51
100/400 - CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	3.080.230,35	2.522.355,91	22,12	57,65
100/412 - PAG.DE CARTAO DE CREDITO-RESUL.PRIM= 2	49.932,98	32.208,72	55,03	0,93
100/499 - PAG.DE DESPESA OBRIGATÓRIA- RESUL.PRIM=1	1.844,02	165.419,89	-98,89	0,03
100/510 - FOLHA - CUSTEIO OBRIGATÓRIO - RESUL.PRIM.=1	250.998,11	204.104,15	22,98	4,70
127/400 - CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	666.956,32	33.528,00	1889,25	12,48
150/400 - CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	70.210,00	70.210,00	0,00	1,31
151/499 - PAG.DE DESPESA OBRIGATÓRIA- RESUL.PRIM=1	46.233,13	4.543,09	917,66	0,87
156/310 - PAGAMENTO PESSOAL	0,00	5.093,91	-100,00	0,00
188/400 - CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	936.000,00	1.664.000,00	-43,75	17,52
TOTAL	5.343.177,08	5.005.640,92	6,74	100

Todos os valores de Caixa e Equivalente de Caixas nos exercícios 2020 e 2021 estavam concentrados na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento que registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única destinado a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

A variação de 6,74 % decorre da existência de saldos de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas inscritas em restos a pagar encerramento do exercício 2021, bem como as reinscritas de exercícios anteriores.

Nota 2 - Créditos a Curto Prazo/Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

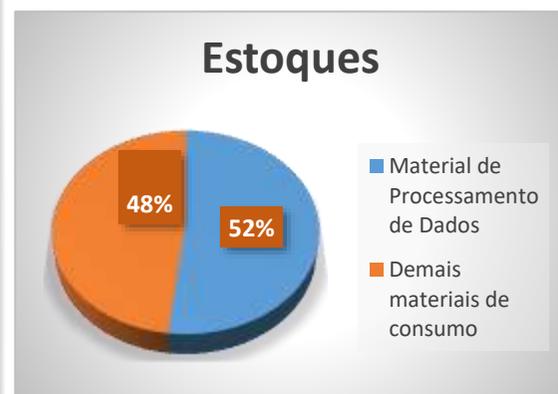
Conta Contábil	Em R\$			
	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)	AV(%)
Salários e Ordenados – Pagamento antecipado	52.578,66	91.891,66	-42,78	96,33
Crédito a Receber Decorrentes de Infrações	2.002,82	33.848,75	-94,08	3,67
TOTAL	54.581,48	125.740,41	-56,59	100

No exercício 2021 estão representados por adiantamentos de salários a servidores do Tribunal nos termos autorizados na legislação de pessoal (R\$ 52.578,66) antecipação de férias. O Créditos a Receber Decorrentes de Infrações no exercício de 2021 houve uma redução no valor (R\$ 32.557,250 correspondente a 94,08%. A redução decorreu do envio de créditos à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para cobrança e inscrição em Dívida Ativa da União, no entanto, à PGFN informou ao TRE/RO através do Ofício nº146624/ME a não inscrição por ocorrência da prescrição (extinção por prescrição-rotina automática) sendo referidas prescrições nos seguintes valores (R\$11.881,12) Viacon Construtora e Incorporadora, (R\$1.829,45) Campo Grande Ind. Comer. Repres (R\$1.150,82) A. Ferreira de Oliveira e (R\$17.695,86) Amara Muniz Ribeiro.

Nota 3 - Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Conta Contábil	Em R\$			
	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)	AV(%)
Gêneros de Alimentação	13.677,39	18.170,68	-24,73	0,81
Material Químico	4.505,02	1.814,54	148,27	0,27
Material de Expediente	277.093,06	274.469,09	0,96	16,51
Material de Processamento de Dados	871.614,48	149.525,87	482,92	51,93
Material de Acondic. E Embalagem	28.407,84	16.346,51	73,79	1,69
Material de Copa e Cozinha	46.942,57	39.499,86	18,84	2,80
Material de Limpeza e Prod. Higienização	160.302,89	143.952,07	11,36	9,55
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	14.813,67	16.486,12	-10,14	0,88
Material Elétrico e Eletrônico	120.090,88	140.954,60	-14,80	7,15
Material de Proteção e Segurança	64.979,31	29.689,40	118,86	3,87
Material para Áudio, Vídeo e Foto	43.950,26	44.594,16	-1,44	2,62
Material de Utilização em Gráfica	1.269,16	1.275,82	-0,52	0,08
Ferramentas	1.213,30	1.294,51	-6,27	0,07
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	14.675,62	15.295,94	-4,06	0,87
Material para Divulgação	641,68	1.044,14	-38,54	0,04
Material de Consumo Estoque Interno para Distribuir	14.304,75	15.482,59	-7,61	0,85
TOTAL	1.678.481,88	909.895,90	84,47	100



Nos exercícios 2020 e 2021 os estoques do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia estiveram registrados na conta de Almoarifado que compreende o valor dos materiais destinados ao consumo interno da unidade.

Houve um aumento de 84,47% em relação ao ano de 2020, principalmente em razão de entradas de materiais de informática com variação de 482,92% referente à aquisição de webcam, Baterias para Nobreak e outros. Também ocorreram aumento de 118,86% com aquisição de Material de Proteção e segurança para atender a capital e as zonas eleitorais do interior para enfrentamento da pandemia Covid-19 (proteção das pessoas).

Conforme observa-se no demonstrativo supra, não houve variação nos percentuais de materiais de consumo mantidos em almoxarifado, nem variações significativas nas espécies de materiais estocados.

Nota 4 - VPDs Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo.

Conta Contábil	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)	AV(%)
Prêmios de Seguro a Apropriar	22.776,78	19.791,66	15,08	2,16
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	127.936,22	51.690,95	147,50	12,11
Alugueis Pagos a Apropriar	905.770,71	1.458.698,67	-37,91	85,73
TOTAL	1.056.483,71	1.530.181,28	-30,96	100

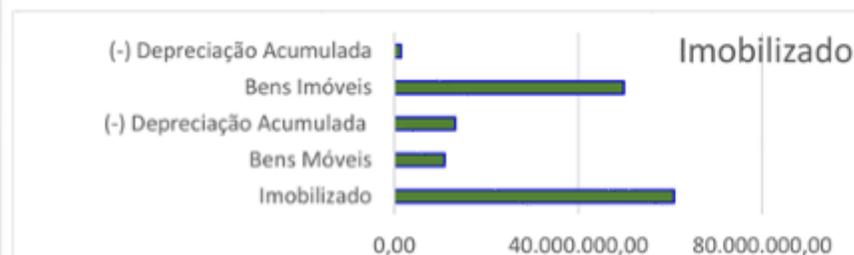
O aumento significativo de 147,50% em relação ao ano e 2020 deu-se em função da apropriação de serviços de concessão de licenças de usos de software, assinatura eletrônica boletim de licitações, plataforma biblioteca digital, dentre outros que estarão disponíveis durante o ano de 2021, cujas parcelas terão suas baixas patrimoniais contabilizadas à medida que ocorre a prestação do serviço (regime de competência). Do valor de R\$ 127.936,22 é previsto pagamento as empresas MCR Sistemas e Consultoria (R\$ 78.149,40); Governet Editora (R\$ 12.185,86); Saraiva Educação (R\$ 17.187,50) e demais empresas (R\$ 20.422,46).

Nota 5 - Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado está dividido pelos bens móveis e os imóveis, bem como suas respectivas depreciações, que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo.

Bens	Em R\$		
	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
Imobilizado	60.824.213,06	37.225.984,73	63,39
Bens Móveis	10.928.622,34	11.560.077,92	-5,46
Bens Móveis	24.162.291,35	23.827.959,78	1,40
(-) Depreciação Acumulada	13.233.669,01	12.267.881,86	7,87
Bens Imóveis	49.895.590,72	25.665.906,81	94,40
Bens Imóveis	51.374.693,50	27.123.723,84	89,41
(-) Depreciação Acumulada	1.479.102,78	1.457.817,03	1,46



Bens Móveis	Em R\$			
	Conta Contábil	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
Aparelho de Medição e Orientação	35.413,29	35.413,29	0,00	0,15
Aparelho e Equip. de Comunicação	297.564,42	300.233,13	-0,89	1,23
Equipam/Utensílios Med. Odonto, Lab e Hosp.	108.159,52	136.682,82	-20,87	0,45
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	124.473,21	157.235,21	-20,84	0,52
Máquinas e Equipamentos Industriais	1.692,40	1.692,40	0,00	0,01
Máquinas e Equipamentos Energéticos	651.966,31	654.835,94	-0,44	2,70
Máquinas e Equipamentos Gráficos	3.512,50	3.583,50	-1,98	0,01
Máq. Ferramentas e Utensílios de Oficina	54.490,70	54.490,70	0,00	0,23
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	74.329,84	74.474,84	-0,19	0,31
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	21.848,25	21.848,25	0,00	0,09
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	461.071,22	511.155,33	-9,80	1,91
Equip. de Tecnologia da Informação e Com.TIC/Proc. de Dados	12.876.722,84	12.685.843,98	1,50	53,29
Aparelhos e Utensílios Domésticos	314.185,67	339.949,05	-7,58	1,30
Máquinas e Utensílios de Escritório	111.378,44	114.158,44	-2,44	0,46
Mobiliário em Geral	4.362.286,50	4.093.152,92	6,58	18,05
Coleções e Materiais Bibliográficos	215.073,25	208.759,30	3,02	0,89
Equipamento para Audio, Video e Foto	460.316,72	422.703,04	8,90	1,91
Obras de Arte e Peças para Exposição	12.155,02	12.155,02	0,00	0,05
Veículos Diversos/Geral	99.170,97	99.170,97	0,00	0,41
Veículos de Tração Mecânica	3.566.081,07	3.612.292,07	-1,28	14,76
Peças não Incorporáveis a Imóveis	310.399,21	288.129,58	7,73	1,28
Total de Bens Móveis	24.162.291,35	23.827.959,78	1,40	100
(-)Depreciação Acumulada	-13.233.669,01	-12.267.881,86	7,87	
Saldo Contábil Líquido	10.928.622,34	11.560.077,92	-5,46	

Os **bens móveis** do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia são controlados analiticamente através do sistema ASI-web sob gestão da Seção de Patrimônio, que controla a movimentação entre as diversas unidades do TRE-RO, onde ainda são realizados os registros de depreciação e reavaliação.

Em razão da característica de órgão prestador de serviços à sociedade aliada aos investimentos necessários para manutenção da votação eletrônica, justifica-se a composição de 53% de bens de tecnologia da informação e comunicação.

A conta Equipamento de Tecnologia da Informação houve um acréscimo de 1,50% no exercício de 2021 proveniente de reavaliação de urnas eletrônicas conforme Ofício do TSE 110/2021 consignando um valor a maior R\$ 1.582.419,85. Foram feitas aquisição de impressoras multifuncional (R\$ 123.280,00; R\$ 45.242,08 e R\$ 8.040,00), bem como foram transferidas urnas eletrônicas para TRE-AC (R\$ 296.115,80) e TRE-AM (R\$ 321.865,00) e foram recebidas 250 unidades de urnas eletrônicas oriundas do TRE-MT (R\$ 30.365,00).

As variações negativas nas contas Aparelho e Equip. de Comunicação (-0,89%); Equipam/Utensílios Med. Odonto, Lab e Hosp. (-20,87%); Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro (-20,84%), Máquinas e Equipamentos Energéticos(-0,44%); Máquinas e Equipamentos Gráficos(-1,98%); Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos(-9,80%); Aparelhos e Utensílios Domésticos(-7,58%); Máquinas e Utensílios de Escritório(-2,44%) e Veículos de Tração Mecânica(-1,28%) foram decorrentes de doações a entidades/associações de bens inservíveis, devidamente autorizado pela Administração do TRE/RO no exercício de 2021.

Bens Imóveis

Conta Contábil	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	Em R\$	
			AH(%)	AV(%)
Edifícios Registrados no SPIUnet	27.726.536,52	17.009.135,10	63,01	53,97
Terrenos e Glebas Registrados no SPIUnet	14.461.433,22	1.658.569,43	771,92	28,15
Edifícios Não Registrados no SPIUnet	5.790.272,84	5.235.142,51	10,60	11,27
Estudos e Projetos	2.332.000,00	2.332.000,00	0,00	4,54
Instalações	1.064.450,92	888.876,80	19,75	2,07
Total	51.374.693,50	27.123.723,84	89,41	100
(-) Depreciação Acumulada	-1.479.102,78	-1.457.817,03	1,46	
Saldo Contábil Líquido	49.895.590,72	25.665.906,81	94,40	



Os **bens imóveis** do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia são controlados analiticamente através do Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet sob gestão da Seção de Manutenção Predial, onde ainda são realizados os registros de depreciação e reavaliação.

No exercício de 2021 foram reavaliados, pela Seção de Manutenção Predial, vinculada à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, na conta Edifícios Registrados o imóvel edifício sede do TRE-RO (R\$ 10.957.714,55) RIP 0003001855004, o qual apresentava inconsistência no cadastro do SPIunet. Bem como, o imóvel de Espigão do Oeste/RO encontrava-se em duplicidade, ou seja, possuía dois RIPs tendo a unidade responsável providenciado a baixa do RIP 0025000145004 no valor de (R\$ 210.161,80) por duplicidade e feito a reavaliação para RIP correto de Espigão do Oeste nº 0025000125003 que anteriormente se encontrava no valor de (R\$ 123.522,92) e após registro no sistema SPIunet ocorreu uma desvalorização no importe de (R\$ 30.151,33) acarretando um decréscimo, passando ao valor de (R\$ 93.371,59).

Registra-se que essas informações eram desconhecidas da Contabilidade do Tribunal, até sua regularização pela Seção de Manutenção Predial.

A conta Terrenos RIP 0003007455008 registrado no SPIunet que será destinado a construção da nova Sede do TRE/RO também foi reavaliado no referido sistema (R\$ 12.802.863,79).

Bens Imóveis de Uso Especial Não Registrados no SpiuNet (Edifícios), Instalações e Estudos e Projetos

Conta	Em R\$		
	Edifícios	Instalações	Estudos e Projetos
Construção Edifício Sede do TRE-RO		1.064.450,92	
Instalações			2.332.000,00
Reforma e Ampliação - Forum Guajará -Mirim/RO	307.829,93		
Seção de Transportes e Estacionamento TER-RO	1.385.369,40		
Cartório Eleitoral de Alta Floresta. RO	287.995,04		
Ampliação Forum Eleitoral Alvorada do Oeste	424.856,95		
Construção Forum Eleitoral de Burity/RO	598.116,26		
Cartório Eleitoral do Mun. De Costa Maques	502.116,62		
Construção Forum Eleitoral de Colorado do Oeste	555.130,33		
Construção Cartório Eleitoral de Guajará-Mirim	71.030,84		
Cartório Eleitoral de Ji-Paraná. RO	318.588,30		
Const. Do Cart. Eleitoral de Machadinho do Oeste.RO	242.715,11		
Cartório de Nova Brasilândia. RO	312.513,44		
Construção do Cart. Eleit. De Pimenta Bueno.RO	226.280,00		
Cartório Eleitoral de Presidente Médice.RO	287.981,80		
Construção Cartório Eleitoral de Santa Luzia.RO	60.000,00		
Const. Do Cart. Eleitoral de São Miguel do Guaporé.RO	209.748,68		
TOTAL	5.790.272,70	1.064.450,92	2.332.000,00

Referem-se aos valores das construções acima listadas no valor (R\$ 5.790.272,70) cujas obras estão encerradas, porém carecem de cadastramento no SPIunet (os mesmos ainda não foram incorporados ao domínio da União). As Instalações considerando a recente finalização da montagem e ainda não realizado a reavaliação do imóvel e que, portanto, não há efeitos financeiros e patrimoniais considerados em relação aos registros no SPIUNET. Quanto ao Estudos e Projetos referidos permanecem em fase de elaboração e referido objeto encontra-se parcialmente executado estando o processo em fase de análise do projeto executivo.

Nota 6 - Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Conta Contábil	Em R\$		
	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
Intangível	4.836.674,98	5.681.656,31	-14,87
Softwares	6.464.296,73	6.464.296,74	0,00
Vida útil definida	2.733.546,60	2.733.546,61	0,00
Vida útil indefinida	3.730.750,13	3.730.750,13	0,00
(-) Amortização Acumulada	-1.627.621,75	-782.640,43	107,97

O valor total de intangível é formado exclusivamente de licenças de software adquiridas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

No exercício 2020 houve a implementação dos procedimentos de amortização de softwares com vida útil definida, bem como houve ainda a baixa de softwares em desuso, sem capacidade de geração de benefícios

A amortização acumulada em 2021 de R\$ 1.627.621,75 ocorre de acordo com a expectativa do tempo de uso, pelo sistema ASI do patrimônio, e são registrados mensalmente em despesas em contrapartida à conta de amortização acumulada.

Nota 7 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Conta Contábil	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)	AV(%)
Salários, Remunerações e Benefícios	4.966.488,51	4.966.488,51	0,00	70,95
Férias a Pagar	287.809,47	3.069.805,09	-90,62	4,11
PSSS-Contribuição S/ Vencimentos e Vantagens	45.329,38	45.329,38	0,00	0,65
INSS-Contrib.S/Salários e Remunerações	0,00	183,74	-100,00	0,00
PSSS-Contrib.S/Vencimentos e Vantagens	1.700.268,26	1.700.268,26	0,00	24,29
TOTAL	6.999.895,62	9.782.074,98	-28,44	100

Cabe esclarecer a ocorrência negativa de (-90,62%) na conta de Férias a Pagar. Foi implantado no exercício de 2018 em toda Justiça Eleitoral os procedimentos para apropriação do passivo de férias e do 13º salário por competência e, com isso, ocorreu alteração no sistema SGRH de Folha de Pagamento para gerar as informações necessárias para dar suporte aos registros contábeis. Esses procedimentos foram divulgados por meio do Ofício-Circular GAB-DG/TSE nº 301, de 11 de outubro de 2018 e pela Orientação SOF/TSE nº 10/2018. Após a implantação dos referidos procedimentos, a equipe do TSE identificou que os registros do passivo de férias estavam sendo proporcionalmente maior que a baixa desse passivo, elevando o respectivo saldo em toda Justiça Eleitoral. Dessa forma, foi enviado a Mensagem 2021/0368047 para todos os Regionais para que todos os TRES providenciassem à atualização no sistema SGRH. De pronto este Tribunal providenciou os ajustes referente aos exercícios 2018, 2019, 2020 e valores referente a 2021.

Nota 8 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a fornecedores com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Em R\$		
DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
1.063.720,50	1.664.000,00	-36,07

O passivo de R\$ 1.063.720,50 refere-se a despesa com os projetos arquitetônicos da obra da nova sede do Tribunal, liquidada no exercício, contudo, não atingidos os requisitos contratuais para efetivação do pagamento

Nota 9 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Em R\$			
Conta Contábil	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
PSSS - Vencimentos e Vantagens	25.101,50	25.101,50	0,00
Plano de Previdência e Assistência Médica	221.639,34	292.268,89	-24,17
Depósitos Retidos de Fornecedores	0,00	30,94	-100,00
Valores em Transitos Exigíveis	0,00	28,00	-100,00
TOTAL	246.740,84	317.429,33	-22,27

A conta PSSS Vencimentos e Vantagens vem sendo mantido o referido valor, pois trata-se de passivo referente a despesas com quintos de servidor, cuja inscrição foi autorizada e vem sendo mantida e sua manutenção se dá com base no processo de inscrição de restos a pagar.

O saldo em Dez/2021 na conta Plano de Previdência e Assistência Médica representa os valores a serem repassados a terceiros (planos de saúde, bancos, fisco) após retenção nas folhas de pagamentos de servidores e magistrados.

Nota 10 - Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido: É constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.

Resultados Acumulados sob a ótica patrimonial, compreendem o resultado do exercício somado ao resultado de exercícios anteriores que compõem o Patrimônio Líquido da Entidade Pública.

Conta Contábil	Em R\$	
	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)
Resultados Acumulados	65.483.255,24	38.715.595,24
Resultado do Exercício	22.702.077,39	-7.239.062,90
Resultados de Exercícios Anteriores	38.715.595,24	47.081.213,94
Ajustes de Exercícios Anteriores	4.065.582,61	-1.126.555,80

Resultado do Exercício

O resultado apurado decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (R\$ 120.640.513,37) com as variações patrimoniais diminutivas (R\$ 97.938.435,98) estas detalhadas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. O Resultado do Exercício 2021 foi positivo em R\$ 22.702.077,39 representando um significativo aumento nas variações patrimoniais aumentativas do órgão. Esse aumento foi decorrente de que no mês de Dezembro de 2021 foram reavaliados, pela Seção de Manutenção Predial, vinculada à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, na conta Edifícios Registrados o imóvel Prédio SEDE do TRE/RO (R\$ 10.957.714,55) RIP 0003001855004 reavaliação de imóvel de uso especial no SPIunet e na conta Terrenos RIP 0003007455008 registrado no SPIunet que será destinado a construção da nova Sede do TRE/RO também foi reavaliado no referido sistema (R\$ 12.802.863,79).

Essas duas reavaliações no SPIUNET geraram saldo na conta Reavaliação de Bens Imóveis decorrentes de registros automáticos gerados pelo sistema SPIUNET quando da atualização de imóveis nesse sistema, e como não se pode registrar as reavaliações em contas de resultados a partir do exercício de 2021, o problema decorreu devido a não atualização do sistema SPIunet e por falta de rotina corretas no SIAFI estabelecida pela STN para ajuste, apesar de tão logo identificado o problema foram feitos vários contatos com a equipe do TSE que acionou a STN contudo sem resposta.

Nesse caso, o resultado do exercício restou superestimado, pois os efeitos dessas reavaliações deveriam ter sido lançados no PL, em reservas de reavaliação, tendo em vista que o MCASP orienta que seja dessa forma a partir de 2021. Referidas inconsistências levaram este Regional a lançar restrição contábil no SIAFI no mês de Dezembro de 2021, tendo em vista que resultaram em uma superestimação do Resultado Patrimonial no montante de R\$ 23.760.578,34, tendo em vista que o SPIUnet e o SIAFI não estavam padronizados para lançamento do resultado positivo da reavaliação de imóveis realizada pela SEMAP diretamente na Reserva de Reavaliação do Patrimônio Líquido, situação que foge às competências da Contabilidade do Tribunal, tendo em vista que esses sistemas são padronizados pela SPU e STN. Informações complementares na nota explicativa nº 15 da DVP.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Esta conta teve saldo positivo de R\$ 4.065.582,61 decorrente dos seguintes eventos: recomposição de saldo no ativo imobilizado referente a Obra de Construção do Fórum Eleitoral de Colorado do Oeste com baixa anterior feito em equívoco (R\$ 555.130,33); entradas (devolução) de material de consumo para o estoque do almoxarifado (R\$ 741.858,64); Ajustes no saldo da conta de férias a pagar referente aos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021(R\$ 1.478.648,26); Ajuste Contábil após a baixa de imóvel de uso especial no SPiunet por duplicidade de Espigão do Oeste (R\$ - 210.161,80); ajuste conta salários e ordenados pagamento antecipado (R\$ - 91.891,66); ajuste referente a reavaliação de bens móveis urnas eletrônicas (R\$ 1.582.419,85) e diversos registros de incorporações de bem móvel baixado nos exercícios anteriores e que passaram a compor a conta de bens móveis (R\$ 9.578,94).

Nota 11 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
ATIVOS	73.793.612,20	50.479.099,55	PASSIVOS	16.779.090,58	15.875.490,61
ATIVO FINANCEIRO	5.343.177,08	5.005.640,92	PASSIVO FINANCEIRO	13.358.434,76	9.672.655,43
ATIVO PERMANENTE	68.450.435,12	45.473.458,63	PASSIVO PERMANENTE	3.420.655,82	6.202.835,18
			SALDO PATRIMONIAL	57.014.521,62	34.603.608,94

O Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes apresenta os valores de liquidez imediata (Ativo Financeiro), e exigível a curto prazo Passivo Financeiro), os investimentos de caráter permanente, como os estoques, intangíveis, bens móveis e imóveis (Ativo Permanente), bem como os registros patrimoniais sem suporte orçamentário com as provisões de férias (Passivo Permanente).

Nota 12 - Quadro das Contas de Compensação (controle) - Saldos dos Atos Potenciais Passivos

Conta Contábil	DEZ/2021	DEZ/2020	AH(%)	AV(%)
CONTRATOS DE SEGUROS EM EXECUÇÃO	52.000,00	58.627,03	-11,30	0,27
CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUÇÃO	19.119.071,40	13.779.569,11	38,75	98,79
CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUÇÃO	123.308,09	29.638,00	316,05	0,64
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	58.943,60	43.119,50	36,70	0,30
TOTAL - Obrigações Contratuais a Executar	19.353.323,09	13.910.953,64	39,12	100

Quadro de Compensações evidencia os atos administrativos que não afetam o patrimônio do TRERO de imediato, mas que podem vir a afetá-lo no futuro. Em 31/12/2021 a entidade possuía um saldo de (R\$ 19.353.323,09) de obrigações contratuais relacionado a parcelas de contratos que serão executadas no próximo (s) exercício (s). Em seguida, são elencadas as entidades contratantes com valores mais expressivos referente a serviços.

Contratos de Serviços em Execução

CIEE - INTERMEDIÇÃO DE ESTÁGIOS	553.843,86
TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	369.907,88
CHAMA AZUL - MANUT PREV EW CORRETIVA AR SPLIT	331.918,82
CONTRATOS 023 E 024/2017 - ENERGIA ELÉTRICA.	1.081.268,06
CONTRATOS 025 E 026/2017 - ENERGIA ELÉTRICA.	1.565.345,33
ELABORAÇÃO DE PROJETO NOVA SEDE DO TRE-RO	416.000,00
CONT. 001 E 002/2018-ENER ELÉTRICA-ARIQUEMES	199.774,11
SERV MANUT PREV E CORRET SISTEMA DE AR COND	197.504,09
SERVIÇO DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO EM TRE-RO PVH	188.485,30
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL.	479.386,66
LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - INTERIOR.	970.984,53
MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TIC.	838.172,90
OI SA - TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC)	104.097,98
19CT006 - G3 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	1.181.545,30
19CT007 - SERV - CONSTRUTORA LTDA.	835.000,20

Notas Explicativas – Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Compreende as variações patrimoniais aumentativas com penalidades pecuniárias decorrentes da inobservância de normas e com rendimentos destinados a indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação representando o resultado das aplicações impostas ao contribuinte.

	Em R\$		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
Transferências e Delegações Recebidas	95.913.633,84	99.084.026,14	-3,20
Outras Transferências e Delegações Recebidas	165.735,50	282.837,54	-41,40
Reavaliação de Ativos	23.760.578,34	2.138.336,90	1011,17
Ganhos com Incorporação e Alienação de Ativos	76.067,82	127.239,23	-40,22
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	888.422,21	807.329,21	10,04

Nota 13 - Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
95.913.633,84	99.084.026,14	-3,20

Cuida-se dos recursos recebidos do Tesouro Nacional para adimplemento de despesas no decorrer do exercício 2021, esses recursos recebidos por meio de sub-repasse para pagamento de despesas de manutenção das atividades do TRE/RO, observa-se uma variação negativa (-3,20%) em razão de não ser ano eleitoral

Nota 14 - Outras Transferências e Delegações Recebidas

Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de demais transferências e delegações recebidas não compreendidas nas contas anteriores.

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
165.735,50	282.837,54	-41,40

O valor de R\$ 165.735,50 registrado nesta conta, refere-se a doações recebidas de outro regional (cartucho de limpeza) e transferências de Urnas Eletrônicas de outros Tribunais Regionais Eleitorais para a realização das eleições 2021.

Nota 15 - Reavaliação de Ativos

Compreende a variação patrimonial aumentativa relativa à adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil.

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
23.760.578,34	2.138.336,90	1011,17

Esse aumento foi decorrente de que no mês de Dezembro de 2021 foram reavaliados, pela Seção de Manutenção Predial, vinculada à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, na conta Edifícios Registrados o imóvel Prédio SEDE do TRE/RO (R\$ 10.957.714,55) RIP 0003001855004 reavaliação de imóvel de uso especial no SPIunet e na conta Terrenos RIP 0003007455008 registrado no SPIunet que será destinado a construção da nova Sede do TRE/RO também foi reavaliado no referido sistema (R\$ 12.802.863,79).

Essas duas reavaliações no SPIUNET geraram saldo na conta Reavaliação de Bens Imóveis decorrentes de registros automáticos gerados pelo sistema SPIUNET quando da atualização de imóveis nesse sistema, e como não se pode registrar as reavaliações em contas de resultados a partir do exercício de 2021, o problema decorreu devido a não atualização do sistema SPIunet e por falta de rotina corretas no SIAFI estabelecida pela STN para ajuste, apesar de tão logo identificado o problema foram feitos contatos com a equipe do TSE que acionou a STN contudo sem resposta.

Nesse caso, o resultado do exercício restou superestimado, pois os efeitos dessas reavaliações deveriam ter sido lançados no PL, em reservas de reavaliação, tendo em vista que o MCASP orienta que seja dessa forma a partir de 2021.

Referidas inconsistências levaram este Regional a lançar restrição contábil no SIAFI no mês de Dezembro de 2021.

Nota 16 - Ganhos com Incorporação e Alienação de Ativos

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
76.067,82	127.239,23	-40,22

Ganhos com incorporação de Ativos refere-se a recebimento de mídias de aplicação UE2020, mídias de resultado e estorno de bens móveis retornado ao patrimônio do tribunal.

Nota 17 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende outras variações patrimoniais aumentativas não classificadas em itens específicos

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
888.422,21	807.329,21	10,04

No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia compreende os valores arrecadados através de recolhimentos de multas administrativas e multas específicas da legislação eleitoral.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD	DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
Pessoal e Encargos	64.497.314,67	69.430.390,22	-7,11
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.263.981,00	8.713.573,46	6,32
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	22.317.975,48	22.151.991,91	0,75
Transferências e Delegações Concedidas	1.518.833,69	1.127.263,99	34,74
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	273.983,97	7.902.865,85	-96,53

Nota 18 - Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
64.497.314,67	69.430.390,22	-7,11

Representa as despesas com pagamento de pessoal do Tribunal, sem variação significativa em relação ao exercício anterior. Composta pelas contas de Remuneração a Pessoal (R\$ 51.208.182,86) e Encargos Patronais (R\$ 9.449.181,46). Verifica-se uma redução na rubrica Pessoal e Encargos de (-7,11%), atribuindo-se este ao fato de se tratar de ano não eleitoral, havendo um dispêndio menor com pessoal, notadamente inclusive com serviço extraordinário.

Nota 19 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), além das ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
9.263.981,00	8.713.573,46	6,32

O acréscimo também decorre da do aumento do número de servidores aposentados no exercício 2021.

Nota 20 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
22.317.975,48	22.151.991,91	0,75

Despesas no exercício 2021 não houve aumento expressivo, posto que não é ano de eleição. Esse grupo de contas representa as variações patrimoniais diminutivas necessárias à manutenção das atividades operacionais, correspondem às despesas com materiais de consumo imediato e para estoque, bolsa de estágio, serviços de assistência médico-hospitalar, capacitação, manutenção predial, serviços conservação e limpeza, dentre outros.

Nota 21 - Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
1.518.833,69	1.127.263,99	34,74

Acréscimo decorrente de aumento nos valores arrecadados de penalidades pecuniárias da legislação eleitoral em decorrência do período eleitoral, que, apesar de arrecadadas por esta unidade gestora, são automaticamente transferidas ao Tesouro Nacional, posto tratar-se de recursos consignados ao Tesouro Nacional da lei de orçamento, bem como desincorporação de ativos por doação/transferências a outros Regionais - Urnas Eletrônicas.

Nota 22 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)	AH(%)
273.983,97	7.902.865,85	-96,53

Varição representada pelo registro de desincorporação de bens imóveis no Ativo Imobilizado em atendimento a diretrizes de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, de reavaliação de bens móveis e imóveis, bem como desincorporação de ativos e baixa de bens móveis não localizados em processos de inventários, consoante autorização do ordenador de despesas.

Nota 23 - Resultado Patrimonial

Espelha o confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e a Variações Patrimoniais Diminutivas.

DEZ/2021 (R\$)	DEZ/2020 (R\$)
22.702.077,39	-7.239.062,90

O resultado patrimonial do exercício financeiro foi superavitário na ordem de R\$ 22.702.077,39 (vinte e dois milhões, setecentos e dois mil, setenta e sete reais e trinta e nove centavos), sendo esta importância consignada no Balanço Patrimonial, na conta do Patrimônio Líquido, cujos resultados acumulados totalizam R\$ 65.483.255,24

Nesse caso, o resultado do exercício restou superestimado, pois os efeitos dessas reavaliações deveriam ter sido lançados no PL, em reservas de reavaliação, tendo em vista que o MCASP orienta que seja dessa forma a partir de 2021. Maiores esclarecimentos constam na Nota Explicativa nº 10 do Patrimônio Líquido, no tópico Resultados de exercício.

Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

Nota 24 - Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

O balanço orçamentário apresenta déficit de receita orçamentária no montante de R\$ 99.547.399,58 em função deste órgão não possuir receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas orçamentárias para a prestação dos serviços públicos e realização de investimentos, não sendo, portanto, um agente arrecadador. Observe-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas.

Nota 25 - Despesas Orçamentárias – Empenhadas (Execução)

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

Apresenta valores empenhados (R\$ 99.547.399,58) superiores às disponibilidades da coluna “Dotação Atualizada” nas rubricas de “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes” tendo em vista que nas regras de cálculo da dotação atualizada no SIAFI não são considerados os valores recebidos de outras unidades do orçamento fiscal e da seguridade social por descentralização.

Nota 26 - Restos a Pagar

Compreende o valor de restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores acrescidos dos relativos ao exercício imediatamente anterior.

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia iniciou o exercício com um montante de R\$ 9.672.627,43 de restos a pagar processados e não processados inscritos e reinscritos no encerramento de 2020 para execução em 2021.

Restos a Pagar Processados e Não Processados					
Categoria	Reinscritos	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
Pessoal e Encargos Sociais	4.812.975,30	1.410.492,92	245.263,72	1.162.229,20	4.815.975,30
Outras Despesas Correntes	287.962,44	1.329.452,21	166.410,23	1.315.955,12	135.049,30
Investimentos	40.323,18	1.791.421,38	39.556,36	856.188,20	936.000,00
Total	5.141.260,92	4.531.366,51	451.230,31	3.334.372,52	5.887.024,60

Dos restos a pagar de pessoal e encargos sociais destaca-se a inscrição/reinscrição do montante de R\$ 4.815.975,30 referentes a passivos pendentes de pagamento e/ou cancelamentos por aguardar resultado de demandas administrativas.

Os investimentos inscritos em restos a pagar representados em maior peso pelo valor de R\$ 936.000,00 referente aos projetos da nova sede do Tribunal, cujas condições contratuais para pagamento não foram atingidas até o encerramento do exercício.

No grupo de outras despesas correntes reinscritos/inscritos num montante de R\$ 1.617.414,65 encontram-se as faturas de despesas continuadas referentes a dezembro/2020, serviços de manutenção predial ainda em execução no encerramento de 2020. Essas despesas tiveram execução praticamente integral até o encerramento do exercício financeiro de execução (2021).

Notas Explicativas – Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa

RESULTADO FINANCEIRO

Apuração do Resultado Financeiro	(R\$)
Caixa e Equivalentes de Caixa para o Exercício Seguinte	5.343.177,08
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa saldo do Exercício Anterior	5.005.640,92
Resultado Financeiro do Exercício (Superávit)	337.536,16

O **Resultado Financeiro** apurado no Balanço Financeiro e a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa apurada na Demonstração dos Fluxos de Caixa correspondem ao desempenho financeiro do órgão no exercício (fluxo de caixa líquido).

Cuida-se de valores concentrados na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento que registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única destinado a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES: por exemplo: passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas; reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro; ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Principais Mudanças nas estimativas Contábeis

- Em 2021 houve ajuste na conta de Férias a Pagar após o TSE identificar que os registros do passivo de férias estavam sendo proporcionalmente maior que a baixa desse passivo, elevando o respectivo saldo em toda Justiça Eleitoral, os ajustes foram referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021.
- Realizada Reavaliação de Bens Móveis (Urnas Eletrônicas) modelos 2009, 2010, 2013 e 2015 para atualização do valor patrimonial seguindo orientação do TSE (Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021).
- Reavaliações dos imóveis Edifício SEDE do TRERO, de Espigão do Oeste/RO e do Terreno onde será construído a nova Sede do Tribunal, no SPIunet pela equipe de engenharia do tribunal.
- O Imóvel de Espigão do Oeste possuía dois RIPs registrado no SPIunet havendo duplicidade de registro, com isso foi providenciado a baixa do RIP 0025000145004.

Todas as informações relevantes encontram-se expostas no conteúdo das notas explicativas do item acima.

Sobre itens específicos (diretriz materialidade), ressalta-se que:

1. **Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos;**
Tratamentos evidenciados no conteúdo das notas explicativas no item acima, não havendo outras informações relevantes a acrescentar.
2. **Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados;**
Não aplicável à realidade e atribuições do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
3. **Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber;**
Evidenciado no conteúdo das notas explicativas no item acima, não havendo outras informações relevantes a acrescentar.
4. **Evidenciação do del-credere das demonstrações contábeis;**
Não aplicável à realidade e atribuições do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
5. **Revisão dos critérios adotados classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras;**
Não houve revisão desses critérios no exercício 2018 no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
6. **Informações sobre as operações de financiamento;**
Não aplicável à realidade e atribuições do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
7. **Demonstrativo específicos sobre subsídios e resultado operacional.**
Nada a acrescentar, além das informações e demonstrativos auxiliares das notas explicativas.

Indicações de locais ou endereços eletrônicos em que balanços, demonstrações e notas explicativas estão publicadas e/ou podem ser acessadas em sua íntegra:

Todas as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas podem ser encontradas no endereço eletrônico a seguir: <https://www.tre-ro.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis>

Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis em caso de a UPC possuir em sua composição mais de uma entidade contábil, considerando que: - as UPC que compreenderem apenas um órgão no Siafi devem considerar os valores contábeis consolidados nesse órgão; - as UPC que compreenderem mais de um órgão no Siafi devem apresentar informações referentes aos principais dados desses órgãos de forma individualizada e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC; - as UPC que não atuam no Siafi devem adotar procedimento semelhante, considerando que, caso haja em sua composição unidades com estrutura contábil independente, devem apresentar informações contábeis resumidas referentes aos principais saldos das contas dessas unidades de forma individualizada, e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC:

Registra-se que o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não possui mais de uma entidade em sua composição, não compreende mais de um órgão no SIAFI, não comporta unidades com estrutura contábil independente e toda sua escrituração contábil está registrada no SIAFI e espelhada nas suas demonstrações contábeis.

ANEXOS, APÊNDICES E LINKS se aplicáveis, documentos e informações de elaboração da UPC ou de terceiros úteis à compreensão do relatório, que podem ser fornecidos mediante links, nesta ou nas seções anteriores ao longo do relatório de gestão, para documentos, tabelas, páginas ou painéis de informação já produzidos pela UPC:

Todas as informações necessárias à compreensão do relatório seguem registradas em seu bojo.

The background is a collage of various financial data visualizations. It includes several bar charts with different axes and scales, some showing monthly data from August to December. There are also line graphs with upward trends, pie charts with percentages like 34.9%, 73%, and 54.9%, and a network diagram with nodes and connecting lines. The overall color scheme is a monochromatic yellow-green.

08

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

PROCESSO PARA DETERMINAR A MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Cumprindo as diretrizes do Tribunal de Contas da União para elaboração do Relatório de Gestão 2021, baseada na Estrutura Internacional para Relato Integrado (IRRC), a estrutura do relatório de gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia foi construída de forma a demonstrar o relacionamento entre sua Cadeia de Valor e a Arquitetura de Processos ao Planejamento Estratégico Institucional, a Missão institucional, os Macrodesafios, por fim, demonstrando o resultado das ações realizadas no exercício para alcance das estratégias.

Nesse sentido, o planejamento estratégico e a governança foram contextualizados e suas estruturas demonstradas ao longo do relatório com realce para as prioridades estabelecidas na gestão e para os resultados alcançados.

Todos os dados e resultados estão alicerçados em fontes verificáveis nos respectivos processos SEI, mencionados ao longo do relato, e nos planos e planilhas de acompanhamento da execução das ações. Outra fonte de constatação do esforço deste Tribunal pela realização de seu mister é o link da transparência e os canais de comunicação constantes de seu Portal na Internet (www.tre-ro.jus.br).



TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

1. Portaria nº 67 de 7 de abril de 2020 –Que estabelece critérios e itens a serem avaliados no Ranking da Transparência do Poder Judiciário no ano 2020.

Resultado: Resultado do Ranking da Transparência, ano 2021, o este Tribunal atingiu 99,48% do total da pontuação estabelecida, classificando-se como o **2º Tribunal** do Poder Judiciário no Ranking, dentre um total de 92 Tribunais participantes

The background is a grayscale collage of various business data visualizations. It includes several bar charts with different axes and scales, some with values like \$1000, \$500, \$300, \$400, \$500, \$600, \$700, \$800, \$900, and \$1000. There are also line graphs with multiple data series, some showing trends over time with months labeled (Apr., May., Jun., Jul., Aug., Sep., Oct., Nov., Dec.). Pie charts and donut charts are scattered throughout, with percentages such as 54%, 73%, 84%, and 10% visible. A large, faint number '09' is positioned in the upper left quadrant. A white dashed border frames the central content area.

09

ANEXOS E APÊNDICES





Plano Estratégico 2021 – 2026

[CLIQUE AQUI](#)

Declaração de Integridade do Relato Integrado pelos responsáveis pela Governança

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

Considerando a Resolução TRE-RO n. 07/2017, que dispõe sobre o Sistema de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, e o disposto em seu art. 10, que atribui ao Comitê Estratégico a competência para acompanhar e avaliar os resultados da gestão estratégica deste Tribunal, na qualidade de Presidente do Comitê Gestor, atesto a integridade do Relatório Integrado de Gestão do Exercício 2021, bem como confirmo a aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação do mesmo.

Lia Maria Araújo Lopes

Relatório da Comissão de Processo Disciplinar e Sindicância

No exercício de 2021 não houve tramitação de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

LISTA DE ABREVIÇÕES

SIGLA	DESCRIÇÃO
AJDG	Assessoria da Diretoria Geral
ASEPA	Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias
ASPLAN	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
ASSPLENO	Assessoria ao Pleno
ASGP	Assessoria da Secretaria de Gestão de Pessoas
ASSACOM	Assessoria de Acompanhamento e Orientação da Gestão
ASSAUD	Assessoria de auditoria e exame de contas eleitorais
ASSCRE	Assessoria da Corregedoria
ASSIMCOS	Assistência de Imprensa e Comunicação Social
ASSPRES	Assessoria da Presidência
A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
BDA	Boletim de Direito Administrativo
BLC	Boletim de Licitações e Contratos
BSC	Balanced Scorecard (Indicadores Balanceados de Desempenho)
BU	Boletim de Urna
CAND	Módulo interno do sistema de Registro de Candidaturas
CANDEX	Módulo externo do sistema de Registro de Candidaturas
CANDIN	Cadastro Informativo
CATRE	Colegiado Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
CETTRAN	Conselho Estadual de Trânsito
CCIA	Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria
CGE	Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral
CJD	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação
CIOP	Centro Integrado de Operações Policiais
CLOG	Coordenadoria de Logística
CNAE	Classificação Nacional de Atividades
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COEDE	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento
COFC	Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
COINFE	Coordenadoria de Infra-estrutura
COMAP	Coordenadoria de Material e Patrimônio
COPAG	Coordenadoria de Pagamento
COPES	Coordenadoria de Pessoal
COVID-19	doença infecciosa causada por um coronavírus
COSE	Coordenação de Segurança das Eleições
COSEG	Coordenadoria de Serviços Gerais
COSUP	Coordenadoria de Suporte
COTEP	Coordenadoria Técnica e de Pagamento
COSUP	Coordenadoria de Suporte
COORCRE	Coordenadoria da Corregedoria
COZEL	Comissão das Zonas Eleitorais
CPAD	Comissão Permanente de Avaliação Documental
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPPDS	Comissão Permanente de Processo Disciplinar e Sindicância
CRE	Corregedoria Regional Eleitoral
CRIP	Coordenadoria de Registro e Informações Processuais
CUCO	Sistema de controle do serviço extraordinário
DG	Diretoria Geral

DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
JE	Justiça Eleitoral
DJE	Diário da Justiça Eletrônico
EAD	Educação à Distância
EJE	Escola Judiciária Eleitoral
GABDG	Gabinete da Diretoria Geral
GABPRES	Gabinete da Presidência
GABSAOFC	Gabinete da SAOFC
GABSJGI	Gabinete da SJGI
GABSTI	Gabinete da STI
GOV	Governmental
HE	Hora extra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN	Instrução Normativa
INTOSAI	International Organization of Supreme Audit Institutions (Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores)
ITAR	Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções
JECRIME	Juizado Especial Criminal Eleitoral
INFODIP	Sistema de Informações de Direitos Políticos e Óbitos
LOA	Lei do Orçamento Anual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LTCAT	Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPU	Ministério Público da União
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OS	Ordem de Serviço
PAA	Plano Anual de Auditoria Interna e Fiscalizações
PAC	Plano Anual de Capacitação
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PCO	Pesquisa de Clima Organizacional
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETIC	Plano Estratégico de Tecnologia de Informática e Comunicação
PIE	Planejamento Integrado das Eleições
PJE	Processo Judicial Eletrônico
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS	Plano de Logística Sustentável
PORT-CRE	Portal Transparência da Corregedoria
PRES	Presidência
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
RAE	Requerimento de Alistamento Eleitoral
RP	Restos a pagar
SADP	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
AMES	Seção de Assistência Médica e Social
SAOFC	Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
SEAGES	Seção de Acompanhamento de Gestão Contábil e Custos
SEATOS	Seção de Acompanhamento de Atos Administrativos
SEAU	Seção de Apoio ao Usuário
SEAUD	Seção de Auditoria e Prestação de Contas
SEBAD	Seção de Bando de Dados

SEBAP	Seção de Benefícios, Aposentadorias e Pensões
SECA	Seção de Contabilidade Analítica
SEDES	Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional
SEDESC	Seção de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos
SEDIP	Seção de Diárias e Passagens
SEDUC	Secretaria de Educação
SEGED	Seção de Lotação e Gestão de Desempenho
SEGOV	Seção de Governança e Controle
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEPAG	Seção de Pagamento
SEREF	Seção de Registros Funcionais
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SGRH	Sistema de Gestão de Recursos Humano
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICEL	Sistema de Inspecções e Correções Eleitorais
SIGEC	Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SJE	Seção de Controle de Juizados Eleitorais
SJGI	Secretaria Judiciária e de Gestão de Informação
SJUR	Sistema de Jurisprudência
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPCE	Sistema de Prestação de Contas Eleitorais
SPUNET	Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
SPCWEB	Sistema para recebimento das contas de campanha
SPF	Superintendência de Polícia Federal
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia de Informação
TIC	Tecnologia de Informática e Comunicação
TRE/RO	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEs	Urnas Eletrônicas
UNIRON	União das Escolas Superiores de Rondônia
UPC	Unidade Prestadora da Conta
VPN	Rede Privada Virtual
ZE	Zona Eleitoral
ZE's	Zonas Eleitorais